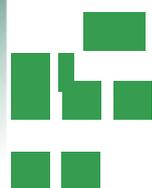


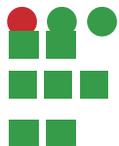
RELATÓRIO FINAL

***Projeto Diagnóstico
Regional São Miguel
do Guaporé - RO***



INSTITUTO FEDERAL

Rondonia



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

OBSERVATÓRIO
REGIONAL DDIFRD

RELATORIO FINAL

Relatório Final do Projeto Diagnóstico Regional São Miguel do Guaporé apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia realizada em 2021.

PORTO VELHO - RONDONIA
Dezembro 2024

REITOR

Moisés José Rosa Souza

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Mauro Henrique Miranda de Alcântara

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Elisandro de Moura Martins

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Jean Peixoto Campos

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Marcela Regina Stein dos Santos

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Xênia de Castro Barbosa

DIRETOR DO CAMPUS SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

Mauro Sérgio Demício

COORDENAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO IFRO

Márcio Marinho Martins

PESQUISADORA ARTICULADORA DOS DADOS

Josélia Fontenele Batista

EQUIPE DE PESQUISADORES - AUTORES

COLETA, TABULAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Dimensão/ Atuação	Situação	Pesquisadores
Coleta e tabulação dos dados primários (quantitativos e qualitativos)	Organização de dados quantitativos e qualitativos primários com análises estatísticas	Alberto Ayres Benício Mauro Sérgio Demício Miguel Fabrício Zamberlan
Dimensão Socioeducacional e Cultural	Populacional	Rosa Martins Costa Pereira
	Educacional	
	Étnico Racial, Cultural e Política Interveniente	
Dimensão Socioeconômica	Econômica	Alberto Ayres Benício Mauro Sérgio Demício Miguel Fabrício Zamberlan
	Mobilidade Intra e Intermunicipal e fatores de acessibilidade ao Campus Jaru	
Dimensão Geopolítica-Institucional	Ordenamento Territorial	Maria Angélica Petrini
	Sustentabilidade e Meio Ambiente	
Pesquisador Articulador	Articulação dos pesquisadores, análise dos dados, estruturação do relatório geral, boletim informativo e organização da Audiência Pública	Josélia Fontenele Batista

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
O IFRO - CAMPUS SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	8
CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS	11
DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL	21
DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	45
DIMENSÃO GEOPOLÍTICA-INSTITUCIONAL	128
PROPOSTA DE ITINERÁRIO FORMATIVO	175

APRESENTAÇÃO

Relatório Final do Projeto Diagnóstico Regional São Miguel do Guaporé apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia é resultado da política institucional do IFRO em atenção à Lei 11.892, de 29/12/2008 em que pese destacar a estrutura multicampi em atenção e respeito à vocação regional e cada unidade. Na referida Lei com destaque para o inciso I do Art. 6º onde afirma que

Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (grifo nosso).

A cidadania é uma campo especial na educação técnica e tecnológica proposta pela lei em que pese o respeito à identidade, a valorização cultural, a articulação com os arranjos produtivos locais e a tecitura social historicamente construída em cada lugar. Esta formação cidadã, segundo o itinerário formativo, deve se desenvolver com a integração ensino– pesquisa– extensão buscando atuar sobre situações e problemáticas reais numa visão parte–totalidade social, econômica e tecnológica.

Dessa forma, a pesquisa aqui denominada diagnóstico regional, busca ir além de números populacionais e econômicos, mas tenta revelar os atores sociais locais que estarão envolvidos e/ou impactados nessa mobilização de construção de um novo *campus* do IFRO. O inciso IV do Art. 6º da Lei ainda ressalta que uma das finalidades dos Institutos Federais é

orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (grifo nosso).

A cidadania não é uma condição dada como inata, é uma construção social e, portanto, a atenção às bases territoriais de inserção do novo campus é que poderá assegurar que a nova unidade estará a serviço desta comunidade, de seus anseios, projetos sociais como foco na melhoria da qualidade de vida e inclusão das condições materiais de suporte à dignidade humana que são a renda, o trabalho, a propriedade, entre outros valores.

É preciso considerar a participação da comunidade local no processo de construção desta inserção pois a democracia se faz com a comunidade, em alinhamento a esta, e não de uma forma pré-fabricada onde os valores e saberes locais sejam desconsiderados, mas, a partir destes, poderemos estabelecer itinerários formativos, metodologias, projetos pedagógicos, projetos de pesquisa e de extensão para uma educação politécnica onde os trabalhadores poderão ter verdadeira autonomia para se inserir criticamente no mundo do trabalho e capazes de realizar seu progressivo aperfeiçoamento.

O IFRO - CAMPUS SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um desafio no que diz respeito às oportunidades de acesso pela sociedade em geral como um todo. Existem as barreiras socioeconômicas, mas também as geográficas. O Instituto Federal de Rondônia (IFRO), com o intuito de oferecer EPT de qualidade à todos, busca, por meio da interiorização de sua atuação, um maior impacto social.

Para isso, o Campus IFRO São Miguel busca alcançar a população mais a noroeste do estado de Rondônia, em especial a população do Chamado Vale do Guaporé, que abriga os municípios de Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques, todos cortados pela rodovia estadual 421 a qual tem se constituído num importante eixo de desenvolvimento regional para aquela região.

O Campus IFRO São Miguel ou Campus Avançado São Miguel do Guaporé se constitui na 10ª unidade de ensino da Rede Federal em Rondônia. Esta iniciativa leva oportunidades de ensino de ensino, pesquisa e extensão a uma região muito peculiar do estado onde a preservação, a conservação, a pequena produção agrícola e a grande produção hoje se encontram. No dia 20 de agosto de 2019 ocorreu a reunião pública de “Apresentação do Projeto de Implantação do Campus Avançado São Miguel do Guaporé”, realizada pelo IFRO na Câmara de Vereadores do município. O campus funciona com sede provisória no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA).

No dia 28 de fevereiro de 2020 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) oficializou o lançamento das obras do Campus Avançado São Miguel do Guaporé. O valor previsto para a construção de um bloco Administrativo/Pedagógico, com 12 salas de aula e espaço para a biblioteca, foi de R\$ 6.201.513,60 na Avenida Jorge Teixeira, Loteamento Terra Nova.

A previsão da estrutura são 12 salas de aula de 60,65 m²/cada. Mais quatro laboratórios de 60,62 m²/cada; almoxarifado de 49,05 m²; e a biblioteca terá 184,05 m². As salas administrativas possuem área total de 250 m², sendo compostas por secretaria, reprografia, coordenação de estágio, coordenação pedagógica, recepção, diretoria e salas administrativas.

No dia 04 de fevereiro de 2020, no auditório do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de São Miguel do Guaporé, o campus recebeu a primeira turma de alunos do ensino presencial do campus, que foi a aula inaugural do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio.

Atualmente, o Campus Avançado São Miguel do Guaporé ainda está ocupando as salas do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), com 333 estudantes matriculados, sendo 128 nos dois cursos presenciais (Técnico em Administração Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio) e os demais em cursos de Educação a Distância (EaD) ofertados pelo IFRO. Com a construção da sede definitiva, planeja-se ampliar a oferta de vagas na região para 400 alunos presenciais.

Situação Educacional – Campus São Miguel do Guaporé em 2021

CURSO	MATRÍCULAS
FIC – Curso de Formação Inicial e Continuada Aplicativos do cotidiano em tempo de Pandemia.	49
Pós-Graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos	7
Pós-Graduação Lato Sensu Master Business Administration em Gestão de Instituições Públicas	111
Superior de Tecnologia em Gestão Comercial	19
Superior de Tecnologia em Gestão Pública	19
Técnico em Administração Concomitante	43
Técnico em Administração Subsequente	85
TOTAL	333

Fonte: Dados extraídos do SUAP em 09/06/2021

SERVIDORES

SERVIDORES	QUANTIDADE
Professores Efetivos	5
Professores Temporários	2
Técnicos Efetivos	4
Outros	0
TOTAL	11

Fonte: Dados extraídos do SUAP em 09/06/2021

Faz-se importante esse registro histórico para que as memórias institucionais possam motivar os próximos passos e inspirar novas políticas da e na instituição.

CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

INTRODUÇÃO

O delineamento metodológico do estudo constitui-se em tecnologia própria do Instituto Federal de Rondônia, construída pelo grupo de trabalho observatório regional do IFRO iniciado em 2015. A metodologia foi publicada na Revista Presença Geográfica sob o título Diagnóstico Regional Como Suporte À Tomada De Decisão Sobre Itinerários Formativos: Experiências Metodológicas Do Observatório do IFRO¹.

Para fins de registro neste relatório é importante fazer um resgate desta metodologia que se apoia numa visão multidisciplinar do meio sob investigação. De maneira geral, foram planejadas as pesquisas a partir de uma realidade pensada em três dimensões:

a) Dimensão sociocultural - diz respeito à realidade social, educacional, e étnico cultural com ênfase nos quantitativos, políticas e características das populações envolvidas que influenciem sua inserção no mundo do trabalho regional e as possibilidades de interesse e restrições ao acesso, permanência e êxito nos cursos do IFRO.

b) Dimensão socioeconômica e educacional - aborda indicadores que retratem a realidade econômica local e regional na qual o IFRO/Campus Jaru deve se inserir. A economia em termos de tendências produtivas locais e regionais, fluxos de transporte de mercadorias e passageiros, e infraestrutura de apoio ao crescimento econômico e que interfiram na implantação dos cursos, na absorção de egressos e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão do IFRO/Campus.

c) Dinâmica Geopolítica e Institucional - Compreende o conhecimento dos vetores de organização do território e seus principais agentes que podem atuar como forças ou fraquezas no sucesso da inserção do IFRO/Campus Jaru de modo a construir propostas de atuação eficazes a partir de parcerias e potencializar as forças institucionais.

¹ DIAGNÓSTICO REGIONAL COMO SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO SOBRE ITINERÁRIOS FORMATIVOS: EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS DO OBSERVATÓRIO DO IFRO DISPONÍVEL EM <https://www.sumarios.org/artigo/diagn%C3%B3stico-regional-como-suporte-%C3%A0-tomada-de-decis%C3%A3o-sobre-itiner%C3%A1rios-formativos>

A pesquisa de caráter exploratório envolveu a coleta de dados primários (aplicação de questionários e realização de entrevistas) e secundários e, ainda, dados qualitativos e quantitativos.

Para os dados primários quantitativos obtidos a partir de alunos e população em geral foi traçada uma amostragem estatística conforme fórmula abaixo conforme Silva (1997, p. 135 *apud* CANTO, 2008, p. 54) onde a pesquisa apresenta 5% de Erro, com grau de confiança de 95%.

Onde:
$$n = \frac{Z^2 pq N}{(N-1)E^2 + Z^2 pq}$$

n = tamanho da amostra,

Z = valor correspondente ao nível de significância α na distribuição normal padrão.

p = variabilidade positiva,

q = variabilidade negativa,

N = tamanho da população,

E = precisão ou erro.

Fonte: Silva (1997, p. 135 *apud* CANTO, 2008, p. 54).

Para a coleta, tanto dos dados quantitativos quanto qualitativos, foi selecionado um grupo de pesquisadores locais que aplicou os instrumentais padronizados segundo as orientações metodológicas pré-definidas.

DADOS PRIMÁRIOS – QUANTITATIVOS

A pesquisa de coleta de dados primários ocorreu na área de estudo segundo as respectivas da amostragem definida. Para os grupos população em geral e estudantes, foram aplicados questionários estruturados denominados Cadernos de Campo 1 (População em Geral) e 2 (Estudantes) nos quantitativos definidos pela amostragem conforme quadro a seguir.



QUADRO 1 - DADOS PRIMÁRIOS – QUANTITATIVOS

Municípios (08 – oito)	População Total (Censo 2010)	Estudantes Ensino Fundamental – Anos Finais (Censo 2017)	Ensino Médio (Censo Escolar 2017)	AMOSTRA DA PESQUISA			
				População Total CADERNO DE Campo 1	Estudantes Ensino Fundamental - Anos Finais Caderno de campo 2	Ensino Médio	Total
1. São Miguel do Guaporé; 2. Alta Floresta D'Oeste; 3. Alvorada D'Oeste; 4. Costa Marques; 5. Nova Brasilândia D'Oeste; 6. Novo Horizonte do Oeste; 7. São Francisco do Guaporé; 8. Seringueiras.	134.529	9.222	4.840	187	184	180	551

Os dados foram tabulados e organizados em gráficos para melhor utilização pelos especialistas analistas das dimensões.

DADOS PRIMÁRIOS – QUALITATIVOS

Para obtenção dos dados qualitativos de interesse foram indicados grupos populacionais/pessoas que, por sua atuação social e econômica, possam ter informações relevantes e para tanto foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. A realização de entrevista semiestruturada foi aplicada pelo critério de acessibilidade em quantidade estimada com base em seleção prévia e mapeamento social e econômico local para entender quais os grupos locais, dependendo do interesse e disponibilidade dos respondentes. As entrevistas foram realizadas com os grupos descritos abaixo, conforme a necessidade do estudo, disponibilidade dos pesquisados e natureza da atuação (serviço prestado; representações sociais; setor hoteleiro; setor de transporte; setor imobiliário e gestores públicos).

Grupos e quantidades de questionários para a amostragem não probabilística.

QUADRO 2 - DADOS PRIMÁRIOS – QUALITATIVOS

Grupos populacionais	Quantidades	Instrumental
Associações, Cooperativas e outras Instituições da Sociedade civil;	12 (sendo pelo menos uma de cada município da região)	CADERNO DE CAMPO 03 – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
Maiores Empresas Empregadoras;	8 (uma de cada município da região)	CADERNO DE CAMPO 04
Gestores Públicos da Educação (estadual e municipal);	9 (uma em cada município e uma do Governo Estadual)	CADERNO DE CAMPO 05 – Gestores Públicos da Educação
Gestores Públicos Municipais (Prefeituras);	8 (um em cada município)	CADERNO DE CAMPO 06
Instituições e órgãos públicos ligados à produção, assistência técnica, monitoramento e setor produtivo e comercial e do turismo (SEAGRI, SEMAGRIC, SEDAM, IBAMA, EMATER e IDARON, JUNTA COMERCIAL).	10 formulários, a maioria do Governo do Estado de Rondônia.	CADERNO DE CAMPO 07
Total	47 formulários	-

Os dados foram organizados em quadros sintéticos e também disponibilizados na íntegra para utilização pelos pesquisadores analistas das dimensões.

INDICADORES E ANÁLISE DOS DADOS

Cada dimensão do estudo possui indicadores mínimos que os pesquisadores selecionados (especialistas) deveriam se ater para suas análises da área de estudo (os 8 municípios já indicados: São Miguel do Guaporé; Alta Floresta D'Oeste; Alvorada D'Oeste; Costa Marques; Nova Brasilândia D'Oeste; Novo Horizonte do Oeste; São Francisco do Guaporé; e Seringueiras). Portanto, as dimensões foram organizadas em situações de estudo e, para cada situação, foram estabelecidos indicadores (informações) mínimas que deveriam ser consideradas no estudo, da seguinte forma:

1. Dimensão sociocultural - diz respeito à realidade social, educacional e étnico cultural com ênfase nos quantitativos, políticas e características das populações envolvidas que influenciem sua inserção no mundo do trabalho regional e as possibilidades de interesse e restrições ao acesso, permanência e êxito nos cursos do IFRO. Esta dimensão foi subdividida em:

A) Situação Populacional - essa dimensão tem como base estudos sobre a caracterização, situação, migrações e dinâmicas populacionais da área de influência. Indicadores específicos mínimos:

1. Quantitativos e tendências populacionais por situação (rural e urbana);
2. População por faixas etárias;
3. Taxas de crescimento populacional;
4. Fluxos migratórios;
5. Sexo;
6. Taxa de analfabetismo;
7. Grau de instrução da população por faixa etária;
8. População abaixo da linha pobreza;
9. População residente em aglomerados subnormais;
10. Caracterização de populações indígenas, estrangeiros, quilombolas, ribeirinhas, agrossilvopastoris, entre outras;
11. Dados dos questionários.



B) Situação Educacional - estrutura-se a partir dos indicadores educacionais nacionais, regionais e institucionais, incluindo as modalidades presencial e à distância, bem como demandas externas ao IFRO, em especial, com relação à área de abrangência e influência do campus. Indicadores específicos mínimos:

1. Número e tendências de matrículas por segmento da educação básica (destaque para o primeiro ano do ensino médio), técnica e superior;
2. Taxa de crescimento das matrículas por segmento da educação básica, com ênfase nos últimos anos do ensino fundamental e médio, e ensino superior;
3. Instituições públicas e privadas de educação profissionalizante e superior, bem como cursos e vagas ofertadas e modalidades de ensino;
4. Demanda/interesses locais da sociedade civil e empresas e estudantes para cursos rápidos, cursos de nível médio técnico, graduação, pós-graduação;
5. Dados dos questionários.

C) Situação Étnico-Racial, Cultural e Política Interveniante - descrição e análise dos principais grupos humanos e suas redes de apoio, segundo sua etnia, modos de vida, ou situações específicas que estão presentes na área de influência do campus e que constituem situações intervenientes em sua atuação; descrição de políticas públicas implantadas na área de estudo; identificação da autonomia econômica por meio da inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, bem como da ampliação das oportunidades de qualificação; descrever o acesso à assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente para a população local. Indicadores específicos mínimos:

1. Número e tipos de organizações dos grupos e seus quantitativos;
2. Localização geográfica dos grupos;
3. Situação destes grupos em termos de vulnerabilidade/inclusão social;
4. Leis, decretos, regulamentos e infraestruturas criadas a partir das políticas existentes;
5. Análises dos levantamentos primários (realização de entrevista e/ou aplicação de questionários com representantes de grupos, etc);
6. Dados dos questionários.

2. A Dimensão Socioeconômica - aborda indicadores que retratam a realidade econômica local e regional na qual o IFRO/Campus Avançado São Miguel do Guaporé deve se inserir. A economia em termos de tendências produtivas locais e regionais, fluxos de transporte de mercadorias e passageiros, e infraestrutura de apoio ao crescimento econômico que interfiram na implantação dos cursos, na absorção de egressos e no desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão do IFRO/ Campus Avançado São Miguel do Guaporé.

A) Situação Econômica - essa dimensão é constituída de estudos voltados ao setor primário, indústria, serviços, rentabilidade, empregabilidade, entre outros indicadores socioeconômicos; comercialização e inserção econômica de produtos de pequenos e médios produtores em mercados diferenciados e convencionais e nas cadeias produtivas. Indicadores específicos mínimos:

1. Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita e valor adicionado por setor, participação % no Valor Adicionado Bruto;
2. Pessoas de 10 anos de idade ou mais e situação de ocupação na semana de referência;
3. Evolução dos empregos formais por setor da economia;
4. Quantidade de empregos formais e quantidade de empresa por cidade;
5. Análise dos arranjos/vetores produtivos locais em relação à produção diagnóstica;
6. Tendências produtivas dos setores de serviços, agropecuário (lavoura temporária, lavoura permanente e pecuária) e industrial;
7. Principais agentes financeiros locais e possíveis formas de comercialização e atividades econômicas formais e informais;
8. Dados dos questionários.

B) Situação da Mobilidade intra e intermunicipal e fatores de acessibilidade ao campus - diz respeito à estrutura de mobilidade intra e intermunicipal que influenciarão na acessibilidade das diferentes populações das áreas de influência e que poderão demandar novos arranjos curriculares a exemplo das populações indígenas, quilombolas, agrícolas, etc. Indicadores específicos mínimos:

1. Principais vias de acesso;

2. Distâncias rodoviárias, tempo de viagem, transportes públicos e privados, valores, documentação exigida (deslocamento e saúde), horários e caracterização do funcionamento tendo como referência de destino o Campus Avançado São Miguel do Guaporé e, como partida, os bairros da cidade de São Miguel do Guaporé e os municípios da área de influência;
3. Determinantes quanto ao horário de funcionamento;
4. Análise in loco da acessibilidade ao campus;
5. Dados dos questionários.

3. Dimensão sobre a Dinâmica Geopolítica e Institucional - compreende o conhecimento dos vetores de organização do território e seus principais agentes que podem atuar como forças ou fraquezas no sucesso da inserção do IFRO/ Campus Avançado São Miguel do Guaporé de modo a construir propostas de atuação eficazes a partir de parcerias e potencializar as forças institucionais.

A) Situação do Ordenamento Territorial - essa dimensão estrutura-se em estudos relacionados à localização geográfica, aspectos geoambientais e política de ordenamento territorial para a área de estudo. Indicadores específicos mínimos:

1. Localização geográfica;
2. Definição da abrangência do campus;
3. Situação quanto ao zoneamento e arranjos/vetores produtivos; áreas especiais de preservação e conservação; terras indígenas; estrutura de gestão para a área; principais instituições, atores e suas políticas para a área;
4. Dados dos questionários.

B) Situação da Sustentabilidade e Meio Ambiente - diz respeito à caracterização e interação do ambiente natural e da sociedade e análise dos fatores geoambientais intervenientes na produção e na qualidade de vida das populações. Indicadores específicos mínimos:

1. Caracterização quanto à vegetação, hidrografia, relevo e clima;
2. Tendências de usos do solo;
3. Taxas de desmatamento;

4. Situações problemas já detectadas para o desenvolvimento local como dados de saúde pública; saneamento; conflitos locais, etc.;
5. Correlação entre saúde e meio ambiente.

RESULTADOS ESPERADOS E PRODUTOS PARA ENTREGA

Como resultado final das análises dos pesquisadores selecionados para cada dimensão, entregaram um relatório analítico em formato .doc ou .docx, das dimensões, contemplando cada situação pré-estipulada, o qual deveria ser construído com base em dados secundários (levantados pelos pesquisadores) e primários (coletados pelo observatório), conforme modelo fornecido pelo Observatório do IFRO.

Ao final de cada relatório pediu-se ainda um quadro da seguinte forma com informações relevantes aos gestores: Forças/Potencialidades para a atuação do IFRO; Fraquezas/Fragilidades para atuação do IFRO; Oportunidades a aproveitar/Ações a implementar.

A conclusão do relatório ainda deveria apresentar como itens de análise:

1. Perspectivas de desenvolvimento e crescimento socioeconômico da região de São Miguel do Guaporé;
2. Necessidades de formação em nível técnico profissional para atender o crescimento econômico local e regional;
3. Necessidades de formação em nível superior para atender o crescimento econômico local e regional;
4. Principais necessidades de pesquisa para atender o crescimento econômico local e regional;
5. Principais necessidades de extensão para atender o crescimento econômico local e regional e a inclusão produtiva das populações mais vulneráveis.

Os pesquisados analistas das dimensões poderiam assim propor ações e cursos segundo suas análises, e coube ao pesquisador articulador a síntese das dimensões, assim como as correções das propostas de modo a propor um percurso formativo contemplando as propostas para o ensino, pesquisa e extensão.



DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL

Situações: Populacional, Educacional e Étnico Racial, Cultural e Política Interveniante

CAMINHOS PARA O IFRO NO VALE DO GUAPORÉ: ESTUDOS SOCIOEDUCACIONAIS

Rosa Martins Costa Pereira

Resumo: este estudo teve como propósito mapear aspectos da realidade social, educacional, étnico cultural com ênfase em dados quantitativos, políticas e características das populações envolvidas, possibilidades de interesse e seus fatores intervenientes na área de influência do IFRO– Campus São Miguel do Guaporé a fim de fornecer subsídios para tomada de decisão quanto às melhores alternativas de eixos de formação e cursos. Os procedimentos metodológicos aconteceram em 3 etapas: coleta de dados primários, levantamento de dados secundários e elaboração do relatório final. A primeira etapa foi realizada pela equipe do Observatório do IFRO e as duas últimas etapas pela pesquisadora. Os resultados indicam que os eixos gestão e negócios e recursos naturais são considerados aderentes ao contexto local para a elaboração de itinerários formativos e que há a necessidade de pesquisas de demandas específicas, considerando a diversidade de grupos sociais a serem alcançados.

Palavras-chave - escola; cultura; Vale do Guaporé.

Introdução

O município de São Miguel do Guaporé tem sua história contada a partir do início da década de 1980 quando, segundo a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé (2017), várias pessoas procuraram o executor do Projeto de Colonização Bom Princípio para demandar a criação do município que recebeu este nome em homenagem ao Rio São Miguel existente nas proximidades.

Para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO, 2016), a implantação do Campus São Miguel do Guaporé, além de induzir o desenvolvimento regional e fortalecer os arranjos produtivos locais, democratizou a educação, já que estendeu a presença do IFRO para todas as microrregiões do estado, pois a Microrregião Alvorada do Oeste era a única das oito do estado que ainda não contava com campus do IFRO. É a unidade mais recente do IFRO, criada em 28 de dezembro de 2018, por meio da Portaria nº 1429/MEC/2018, entretanto desde 2010, a comunidade local já solicitava a implantação de um campus do IFRO no município.

Ao longo desse período, houve várias reuniões entre o IFRO e as lideranças locais e, com o esforço da Reitoria, o município de São Miguel do Guaporé ganhou em 2012 um Polo de Educação a Distância (EaD). Até a chegada do IFRO, não havia na região uma Instituição Federal de Ensino que oferecesse cursos para a formação profissional da população.

Este estudo teve como propósito mapear aspectos da realidade social, educacional, étnico cultural com ênfase em dados quantitativos, políticas e características das populações envolvidas, possibilidades de interesse e seus fatores intervenientes na área de influência do IFRO – Campus São Miguel do Guaporé a fim de fornecer subsídios para tomada de decisão quanto as melhores alternativas de eixos de formação e cursos. Os procedimentos metodológicos aconteceram em 3 etapas: coleta de dados primários, levantamento de dados secundários e elaboração do relatório final. A primeira etapa foi realizada pela equipe do Observatório do IFRO e as duas últimas etapas pela autora.

1. A PESQUISA - CAMINHOS PERCORRIDOS

O planejamento da pesquisa teve início em 2018 quando foi elaborado o Projeto de Pesquisa “Diagnóstico Regional Campus São Miguel do Guaporé” pela equipe técnica do Observatório do Instituto Federal de Rondônia.

As informações a seguir constam no Projeto institucional dessa pesquisa (IFRO, 2018). Os procedimentos metodológicos adotados foram desenvolvidos em três etapas:

Etapa 1 – A primeira etapa foi o levantamento dos dados primários, com foco nos seguintes grupos de população de interesse com grupos de amostragem diferentes conforme quadro 1:

Quadro 1 - Grupos de dados primários

Amostragem	Grupos populacionais
Amostragem probabilística aleatória simples	População em geral;
	Estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;
Amostragem não probabilística por quotas aleatória simples pelo critério de acessibilidade	Associações, Cooperativas e outras Instituições da Sociedade civil;
	Maiores Empresas Empregadoras;
	Gestores Públicos da Educação (estadual e municipal) e
	Gestores Públicos Municipais (Prefeituras).
	Instituições e órgãos públicos ligados à produção, assistência técnica, monitoramento e setor produtivo e comercial (SEAGRI, SEMAGRIC, SEDAM, IBAMA, EMATER e IDARON, JUNTA COMERCIAL).

Fonte: IFRO (2018).



A pesquisa, entretanto, não foi centrada na opinião dos respondentes. Os dados primários e secundários foram cruzados e analisados em sua pertinência para com os objetivos do estudo. De acordo com o Projeto Diagnóstico Regional São Miguel do Guaporé, a amostragem ocorreu com 5% de erro, com grau de confiança de 90% que não compromete as finalidades da pesquisa (IFRO, 2018).

A definição da área de influência de São Miguel do Guaporé, conseqüentemente, os locais de fontes de coleta de dados, foi realizada considerando todos os municípios cuja distância de sua sede em relação ao núcleo urbano do município de São Miguel do Guaporé seja inferior à distância em relação ao campus do IFRO mais próximo. Os municípios que atendem a esse critério são, além de São Miguel do Guaporé: Seringueiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Alvorada D'Oeste, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta D'Oeste e Costa Marques.

Com relação aos procedimentos e instrumentais de coleta de dados primários foram utilizados questionários estruturados e entrevistas com roteiros semiestruturados. Conforme previsão metodológica, a aplicação dos instrumentais foi realizada com a seguinte amostragem conforme quadro 2:

Quadro 2 - Amostragem Probabilística

Amostra da Pesquisa							
Municípios	População Total (Censo 2010)	Matrículas no Ensino Fundamental – Anos Finais (Censo 2017)	Matrículas no Ensino Médio (Censo Escolar 2017)	População em Geral	Estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais	Estudantes do Ensino Médio	Total
8	134.529	9.222	4.840	187	184	180	551

Fonte: IFRO (2018).

Professora EBTB da área de Pedagogia do Instituto Federal de Rondônia. Pedagoga, especialista em Gestão escolar e em Metodologia do Ensino Superior. Mestre e Doutora em Geografia. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Tecnologias – GET/IFRO. Pesquisadora colaboradora do Observatório do IFRO. E-mail: rosa.martins@ifro.edu.br

Na segunda etapa foi realizado o levantamento de dados secundários, conforme os indicadores descritos nas dimensões relevantes do estudo e seus indicadores da área de inserção do campus, disponíveis em sites oficiais e instituições públicas e privadas. Os indicadores foram levantados por município.

A Sistematização, análise e produção de relatório final, terceira etapa, foi desenvolvida pela equipe técnica do Observatório, equipe local do Campus São Miguel do Guaporé e pesquisadores colaboradores. Os relatórios finais serão submetidos a audiências públicas.

Como se pode observar, a metodologia prevê etapas de coleta de dados primários e secundários, análise, elaboração de relatório final, apresentação e inclusão de contribuições da sociedade por meio de audiência pública.

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados estão organizados em dois elementos reflexivos: a construção identitária que situa o Município de São Miguel do Guaporé no contexto sociocultural do “Vale do Guaporé” e os indicadores populacionais e educacionais nos quais se analisa a condição socioeducacional do município e da área de influência do campus, bem como as demandas formativas da população em geral e dos estudantes, a partir do cruzamento de indicadores e de dados primários e secundários.

2.1 A construção identitária do Vale do Guaporé-RO: situação étnico-racial, cultural e política interveniente

Para considerar o contexto sociocultural das comunidades atendidas pelo campus, é necessário conhecê-las. O foco deste item é a descrição e análises dos principais grupos humanos, suas redes de apoio, segundo sua etnia, modos de vida, ou situações específicas que estão presentes da área de influência do campus e que constituem situações intervenientes na atuação do campus.

De acordo com Silva (2012) o “Vale do Guaporé” é formado de florestas de várzea e tropical, árvores gigantescas e matas de igapó quase intransponíveis. O Vale do Guaporé é um território localizado na porção sul/sudoeste do Estado de Rondônia, abrangendo os municípios de Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta, Alvorada d’Oeste, Primavera, Cerejeiras, Rolim de Moura, São Felipe, Alto Alegre, Pimenteiras, São Miguel do Guaporé, Parecis, Seringueiras e Cabixi. A maior população é formada por migrantes e seus descendentes que vieram para Rondônia entre os anos 1970 a 1990, durante as migrações para a formação das fronteiras agropastoris. Uma parte da população é constituída pelos caboclos ribeirinhos, descendentes de amazônidas e nordestinos, estes que chegaram ao território durante os ciclos da borracha. Também, ainda segundo Silva (2012), compõe a população os negros de origem quilombola, que

têm sua ancestralidade ligada aos projetos de ocupação colonial da região por portugueses e espanhóis, indígenas de diversas etnias e seus descendentes, e por fim as populações bolivianas habitantes da fronteira. A ocupação agrícola, segundo Batista, Muratori e Penha (2016), teve início na segunda metade da década de 1970, a partir dos desdobramentos do Projeto Integrado de Colonização – PIC Gy Paraná.

No território do Vale do Guaporé são encontradas as reminiscências da ocupação colonial portuguesa como as ruínas do Real Forte Príncipe da Beira e do Fortim da Conceição. Na região estão situados importantes sítios arqueológicos, fator que favorece a compreensão da formação dos povos ameríndios. Na atualidade, o Vale do Guaporé é um forte produtor de gado bovino e gêneros agrícolas diversos, tais como: café, inhame, arroz, mandioca, feijão, arroz, além de possuir um intenso fluxo de atividades extrativistas, voltadas para a castanha e outros produtos da floresta. A pesca abastece a região e os mercados de Porto Velho, Guajará-Mirim e parte dos estados sudestes brasileiros. (SILVA, 2012).

Ao que se depreende dos estudos, é uma região que se apresenta bastante promissora, mas sem infraestrutura para um desenvolvimento socioeconômico e ambiental efetivo. Com poucas estradas secundárias, sem asfalto e com pouca conexão com outros municípios, a produção agropecuária gravita em torno dos empreendimentos frigoríficos e laticínios do eixo Cacoal – São Miguel. A economia da área é orientada pelos eixos rodoviários, impulsionada pela produção pecuária que se articula em função dos laticínios, curtumes e frigoríficos locais. (BATISTA, MURATORI E PENHA, 2016).

A cultura local é marcada por uma intensa tradição africana e indígena com fortes matizes da religiosidade católica, constatação reforçada pela pesquisa de Silva e Silva (2019). Festejos seculares como a Festa do Divino, fluvial e binacional têm importância cultural e étnica indiscutível. Esta região se constitui em um mosaico de populações “tradicionais”: indígenas, caboclas, ribeirinhas, bolivianas e quilombolas, que se amalgamam na criação e recriação de modos de vida. (SILVA, 2012). A diversidade de agrupamentos humanos constitui a singularidade deste lugar.

Silva e Silva (2019) estudaram relações étnicas entre grupos que compõem o Vale do Guaporé, de modo especial a Folia de Reis, que segundo os autores, se perpetuam na região desde a década de 1940/50 trazidas por migrantes nordestinos que trouxeram muito mais do que o sonho de uma vida melhor nos seringais amazônicos. A pesquisa desses autores realizou o acompanhamento de grupos sociais de folias dos Municípios de Novo Horizonte, Santa Luzia, Castanheiras e Alta Floresta entre os anos de 2015 e 2016.

Ainda de acordo com a pesquisa, a região do Vale do Guaporé possui vários grupos de folias de reis surgidos nas comunidades católicas. Nesse espaço construído e conquistado para manifestar-se culturalmente, os participantes se percebem como protagonista de uma história muito mais do que recontadores do passado, rompendo a invisibilidade do negro, seus costumes e crenças. “Esses elementos étnicos são (re)significados nas folias de reis guaporeanas” . (SILVA e SILVA, 2019, p.420).

No Vale do Guaporé, longe dos grandes centros urbanos, sem acesso as agências de financiamentos culturais, fora dos holofotes das mídias televisivas e, sem constar no calendário oficial das festas nacionais e dos auspícios da Santa Igreja Católica, os devotos dos Santos Reis e os irmãos de folias carregam suas bandeiras, tocam e cantam versos de adoração, andam a pé ou em veículos sem as mínimas condições de segurança, pelas cidades, linhas, comunidades, atravessam atoleiros, piringuelas e pontes alagadas sem se preocupar com a sede, a fome, o repouso ou com as chuvas torrenciais [.]”.

(SILVA e SILVA, 2019, p. 416).

Entretanto, mais do que a afirmação da importância social de um grupo pela cor da pele, a pesquisa descreve as folias de reis guaporeanas como espaços de relação entre “negros e brancos, mulheres, homens, letrados, analfabetos, velhos e crianças, adultos e crianças” que expressa a pluralidade cultural e social permeada pela religiosidade.

Pela riqueza da expressão plural da cultura da região que envolve o Município de São Miguel, acredita-se que o campus tem a oportunidade de promover institucionalmente e de participar de editais de fomento externo que valorizem as manifestações culturais da população local ao tempo em que promovam uma relação de pertencimento entre a população local e o campus.

A Lei N. 2.746, de 18 de maio de 2012 que instituiu o Sistema Estadual de Cultura – SEC de Rondônia define no Art. 2º, incisos IV e V que tem como foco a valorização de todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Estado de Rondônia e catalogar, preservar e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial do Estado. Sendo a Lei um instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, de informação e formação na área cultural, é importante que em sua atuação, o campus considere tal instrumento e respaldo para criar seus documentos norteadores sem invisibilizar a riqueza cultural do local.

2.2 Indicadores populacionais e educacionais

O município de São Miguel do Guaporé é o 17º em número de população residente no panorama geral do Estado de Rondônia. No último censo, em 2010, registrou 21.828 pessoas residentes no município, com um leve crescimento para 23.077 na população estimada em 2020.

O rendimento mensal *per capita* da população é muito baixo, com mais de 40% da população que recebe até 1/2 salário mínimo. No censo de 2010, o município encontra-se na posição 11 de 52 dentre as cidades do estado. Ao realizar com o indicador “salário e outras remunerações” com dados do IBGE, dos municípios onde o IFRO possui campus, São Miguel do Guaporé é o que possui menor renda per capita unidade (R\$ x1000). Além disso, municípios que fazem parte da área de influência definida para o campus, como Alta Floresta D'Oeste, estão em pior situação, o que reforça a responsabilidade do IFRO como instituição de ensino que apoia o desenvolvimento local.

A religião católica é predominante (11.989 declarantes) seguida dos grupos denominacionais evangélicos (6.907 declarantes). Informação corroborada pelas pesquisas de Silva e Silva (2019).

O município possui uma boa taxa de escolarização na faixa etária de 06 a 14 anos (98%), mas com poucas escolas que ofertam ensino médio. Em 2018 somente uma escola ofertava este nível de ensino, de acordo com dados do IBGE, como se pode observar no quadro abaixo que apresenta dados do Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB) e de escolarização no município.

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	98 %	
	IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	5,7
	IDEB - Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	5,3
	Matrículas no ensino fundamental [2018]	3.431 matrículas
	Matrículas no ensino médio [2018]	838 matrículas
	Docentes no ensino fundamental [2018]	148 docentes
	Docentes no ensino médio [2018]	44 docentes
	Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	15 escolas
	Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	1 escolas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/sao-miguel-do-guapore/panorama>

Quando se compara com outros municípios da região, São Miguel do Guaporé é o primeiro em taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos e o 8º no ranking geral do Estado de Rondônia.

Ocupa uma posição intermediária no que tange ao IDEB das escolas públicas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (27º entre os 52 municípios do Estado de Rondônia) e uma excelente colocação nos anos finais do Ensino Fundamental (7º colocado) com relação à média do Estado.

Pelos indicadores educacionais, observa-se que o município precisa de investimento formativo na última etapa da Educação Básica. São necessários estudos mais aprofundados como a oferta do Ensino Médio no Município.

Com relação à infraestrutura, o município possui apenas pouco mais de 10% de esgotamento sanitário, ocupando a posição 23º no Estado. Destaca-se a presença de arborização de vias públicas (57,6%), algo cada vez mais raro em Rondônia. Neste item, São Miguel do Guaporé ocupa a 13º colocado em relação aos outros municípios rondonienses.

Em 2009, o município possui somente 4 estabelecimentos de saúde com atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e é o 15º município rondoniense em mortalidade infantil.

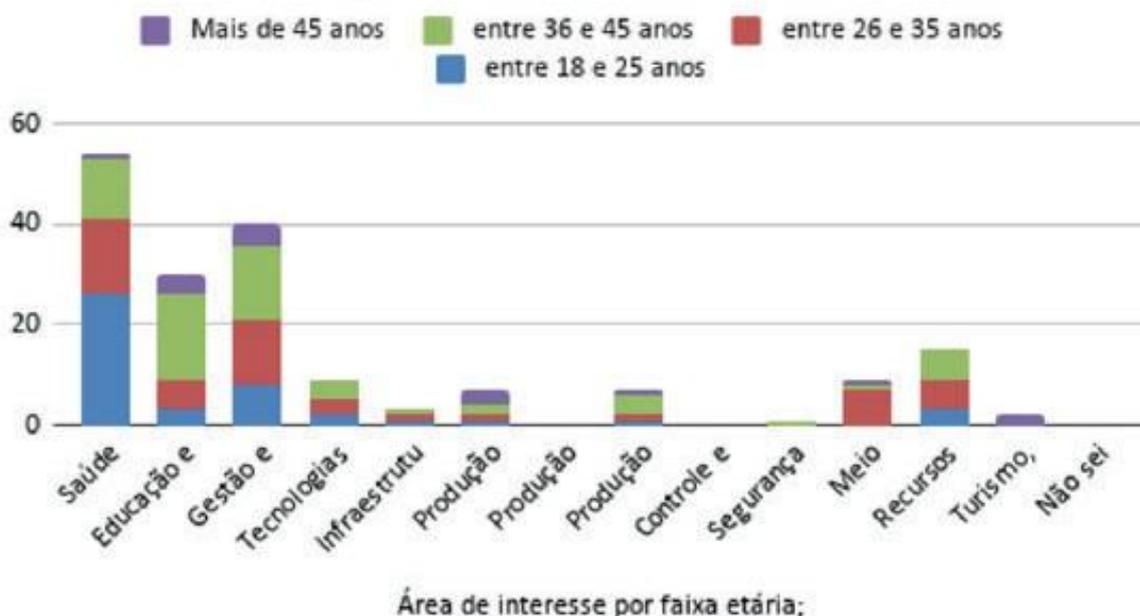
A partir do cruzamento de indicadores socioeducacionais do IBGE constata-se que quase 90% das receitas do município possuem origem de fontes externas, mesmo possuindo mais de 2 mil estabelecimentos agropecuários registrados e ocupando o 11º lugar entre os municípios rondonienses na atividade econômica agropecuária. Na série revisada do IBGE, o município saltou para o impressionante 2º lugar, ficando atrás somente da capital Porto Velho. No entanto, a produção agropecuária não teve reflexos na indústria que permaneceu no 10º lugar em Rondônia na atividade industrial. Observa-se também uma baixa escolarização dos produtores, já que a maioria nunca frequentou a escola ou cursou até o Ensino Fundamental I.

2.2.1 Análise de demandas formativas: população geral

Ao realizar o cruzamento entre os indicadores faixa etária e interesse por cursos com os dados primários coletados com a população pesquisada, observou-se:

GRÁFICO 1: INTERESSE FORMATIVO POR FAIXA ETÁRIA

Área de interesse por faixa etária;



Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

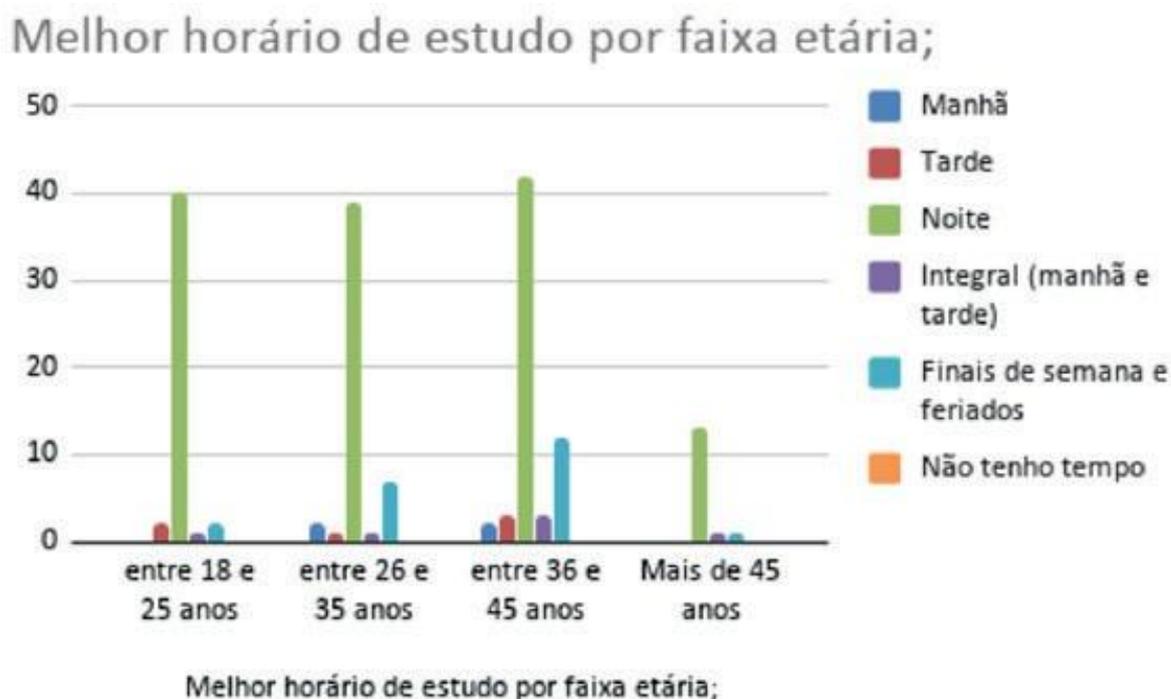
Quadro 1 - Área de interesse por faixa etária;				
	entre 18 e 25 anos	entre 26 e 35 anos	entre 36 e 45 anos	Mais de 45 anos
Saúde	26	15	12	1
Educação e Assistência Social	3	6	17	4
Gestão e Negócios	8	13	15	4
Tecnologias e Comunicação	2	3	4	0
Infraestrutura	1	1	1	0
Produção Alimentícia	1	1	2	3
Produção Cultural e Design	0	0	0	0
Produção Industrial	1	1	4	1
Controle e Processos Industriais	0	0	0	0
Segurança	0	0	1	0
Meio Ambiente	0	7	1	1
Recursos Naturais	3	6	6	0
Turismo, hospitalidade e lazer	0	0	0	2
Não sei	0	0	0	0

Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

A faixa etária entre 18 e 25 anos demonstrou maior interesse na área de saúde e em seguida, na gestão de negócios. A faixa etária entre 26 e 35 anos indicou como necessidade, em ordem de prioridade, as áreas de saúde, gestão de negócios, meio ambiente, educação e assistência social e recursos naturais. A população entre 36 e 45 anos indicou as áreas de educação e assistência social, gestão de negócios e saúde, mas com boa representação na área de recursos naturais. A população com mais de 45 anos indicou as áreas de gestão de negócios, educação e assistência social e produção alimentícia.

Com relação ao melhor horário para estudo, todas as faixas etárias indicaram predominantemente o turno da noite.

GRÁFICO 2: MELHOR HORÁRIO PARA ESTUDO POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

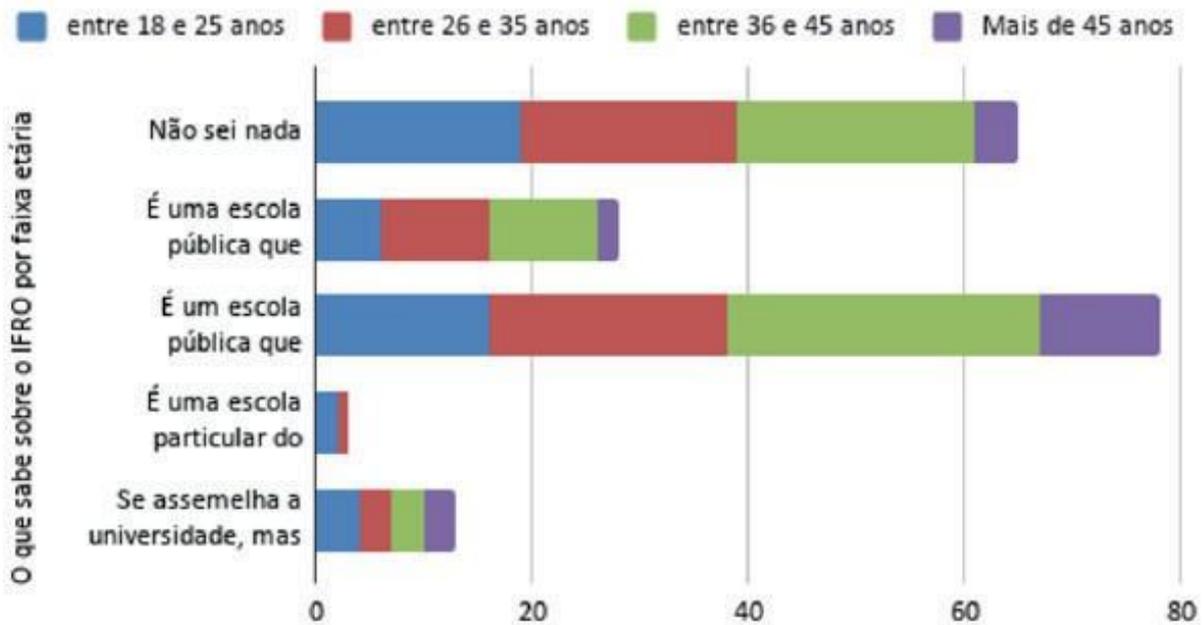
Quadro 2 - Melhor horário de estudo por faixa etária				
	entre 18 e 25 anos	entre 26 e 35 anos	entre 36 e 45 anos	Mais de 45 anos
Manhã	0	2	2	0
Tarde	2	1	3	0
Noite	40	39	42	13
Integral (manhã e tarde)	1	1	3	1
Finais de semana e feriados	2	7	12	1
Não tenho tempo	0	0	0	0

Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

As percepções sobre o IFRO mudam conforme a faixa etária. Observa-se maior desconhecimento da instituição entre a menor faixa etária, público-alvo prioritário. Há uma boa compreensão de que a oferta institucional não se limita ao ensino técnico-profissionalizante, mas uma falta de clareza quanto à identidade institucional, confundindo-se com as universidades e até mesmo com instituições privadas de ensino.

GRÁFICO 3: O QUE VOCÊ SABE SOBRE O IFRO POR FAIXA ETÁRIA

O que sabe sobre o IFRO por faixa etária



Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

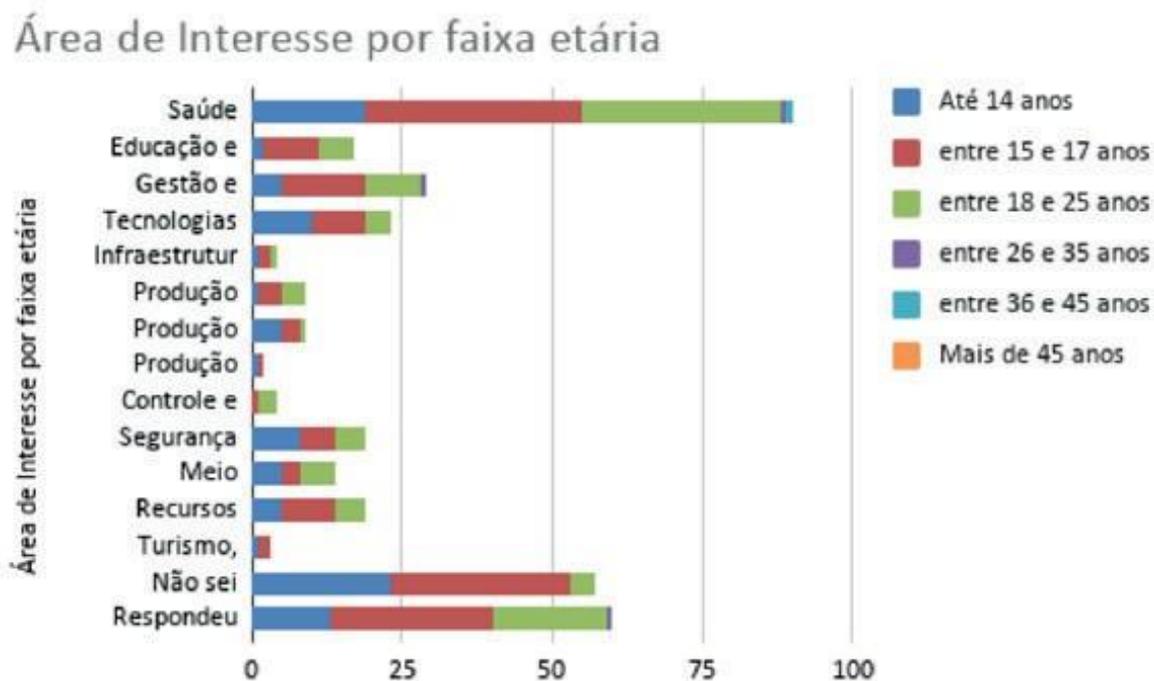
Quadro 3 - O que sabe sobre o IFRO por faixa etária				
	entre 18 e 25 anos	entre 26 e 35 anos	entre 36 e 45 anos	Mais de 45 anos
Não sei nada	19	20	22	4
É uma escola pública que oferece ensino técnico profissionalizante	6	10	10	2
É um escola pública que oferece ensino técnico profissionalizante e superior	16	22	29	11
É uma escola particular do ensino médio	2	1	0	0
Se assemelha a universidade, mas há várias possibilidades de cursos	4	3	3	3

Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

2.2.2 Análise de demandas formativas: Estudantes

A coleta de dados realizada com estudantes dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio constata que a área da saúde foi indicada como necessidade prioritária formativa para todas as faixas etárias. Entre a faixa etária até 25 anos indica-se a área de tecnologias e comunicação e gestão de negócios.

GRÁFICO 4: ÁREAS DE INTERESSE POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018)

Quadro 4 - Área de Interesse por faixa etária

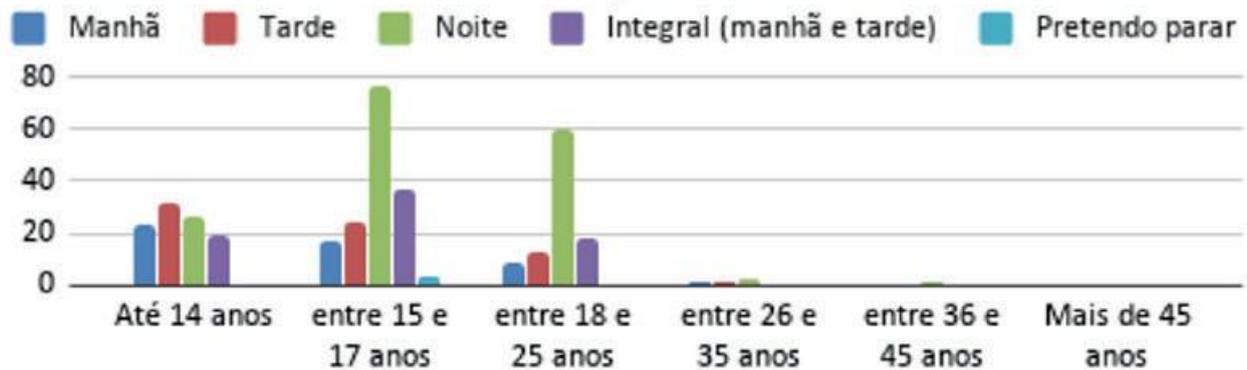
	Até 14 anos	entre 15 e 17 anos	entre 18 e 25 anos	entre 26 e 35 anos	entre 36 e 45 anos	Mais de 45 anos
Saúde	19	36	33	1	1	0
Educação e Assistência Social	2	9	6	0	0	0
Gestão e Negócios	5	14	9	1	0	0
Tecnologias e Comunicação	10	9	4	0	0	0
Infraestrutura	1	2	1	0	0	0
Produção Alimentícia	1	4	4	0	0	0
Produção Cultural e Design	5	3	1	0	0	0
Produção Industrial	1	1	0	0	0	0
Controle e Processos Industriais	0	1	3	0	0	0
Segurança	8	6	5	0	0	0
Meio Ambiente	5	3	6	0	0	0
Recursos Naturais	5	9	5	0	0	0
Turismo, hospitalidade e lazer	1	2	0	0	0	0
Não sei	23	30	4	0	0	0
Respondeu duas	13	27	19	1	0	0

Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Com relação ao melhor horário para estudar, as indicações são bastantes diferentes por faixa etária. Até 14 anos, predomina o turno da tarde; entre 15 e 25 anos predomina o turno da noite. Entretanto, destaca-se que há uma boa representação para estudos integrais (manhã e tarde) em todas as faixas etárias.

GRÁFICO 5: MELHOR HORÁRIO DE ESTUDO POR FAIXA ETÁRIA

Melhor horário de Estudo por faixa etária



Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Quadro 5 - Melhor horário de Estudo por faixa etária						
	Até 14 anos	entre 15 e 17 anos	entre 18 e 25 anos	entre 26 e 35 anos	entre 36 e 45 anos	Mais de 45 anos
Manhã	23	17	9	1	0	0
Tarde	32	24	13	1	0	0
Noite	26	76	60	2	1	0
Integral (manhã e tarde)	19	37	18	0	0	0
Pretendo parar	0	3	0	0	0	0

Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Os cursos rápidos indicados pelos respondentes tanto do sexo masculino quanto feminino foram prioritariamente nas áreas de agropecuária, informática e inglês, sendo que os respondentes do sexo feminino tiveram boa representação em demanda para cursos de espanhol também.

Quadro 6 - Cursos rápidos por sexo e faixa etária

Quadro 6 - Cursos rápidos por sexo e faixa etária													
MASCULINO							FEMININO						
Cursos	Até 14 anos	entre 15 e 17 anos	entre 18 e 25 anos	entre 26 e 35 anos	entre 36 e 45 anos	Mais de 45 anos	Cursos	Até 14 anos	entre 15 e 17 anos	entre 18 e 25 anos	entre 26 e 35 anos	entre 36 e 45 anos	Mais de 45 anos
Curso de Idiomas (Espanhol)	3	3	3	0	0	0	Curso de Idiomas (Espanhol)	5	9	2	0	1	0
Curso de Idiomas (Inglês)	8	11	9	0	0	0	Curso de Idiomas (Inglês)	14	22	8	0	0	0
Informática	7	14	12	0	0	0	Informática	17	21	19	1	0	0
Artesanato	0	1	0	0	0	0	Artesanato	2	1	0	0	0	0
Agropecuária	13	23	11	0	0	0	Agropecuária	15	19	11	1	0	0
Alimentação	0	0	1	0	0	0	Alimentação	1	2	1	0	0	0
Serviços (Vendas)	0	4	4	0	0	0	Serviços (Vendas)	4	7	5	1	0	0
Curso de Idiomas (Espanhol e Inglês)	0	0	1	0	0	0	Curso de Idiomas (Espanhol e Inglês)	1	0	0	0	0	0
Informática e Artesanato	0	0	0	0	0	0	Informática e Artesanato	0	0	0	0	0	0
Informática e Agropecuária	0	0	0	0	0	0	Informática e Agropecuária	0	1	0	0	0	0
Informática e Alimentação	0	0	0	0	0	0	Informática e Alimentação	0	1	1	0	0	0
Informática e Serviços (Vendas)	0	0	0	0	0	0	Informática e Serviços (Vendas)	0	1	0	0	0	0
Artesanato e Agropecuária	0	0	0	0	0	0	Artesanato e Agropecuária	0	0	0	0	0	0
Artesanato e Alimentação	0	0	0	0	0	0	Artesanato e Alimentação	0	0	0	0	0	0
Artesanato e Serviços (Vendas)	0	0	0	0	0	0	Artesanato e Serviços (Vendas)	0	0	0	0	0	0
Alimentação e Agropecuária	0	0	0	0	0	0	Alimentação e Agropecuária	0	0	1	0	0	0
Alimentação e Serviços (Vendas)	0	0	0	0	0	0	Alimentação e Serviços (Vendas)	0	0	0	0	0	0
Não sei	4	4	0	0	0	0	Não sei	2	6	3	0	0	0

Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Os cinco cursos técnicos mais escolhidos estão abaixo, em ordem e quantidade de escolha:

QUADRO 7 - CINCO CURSOS TÉCNICOS MAIS ESCOLHIDOS

Número de indicações	Curso Técnico
195	Técnico em Defesa Civil
135	Técnico em Laboratório de Ciências Natureza
132	Técnico em Administração
123	Técnico em Informática
120	Técnico em Agroindústria

Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Já os cinco cursos superiores mais escolhidos foram:

QUADRO 8 - CINCO CURSOS SUPERIORES MAIS ESCOLHIDOS

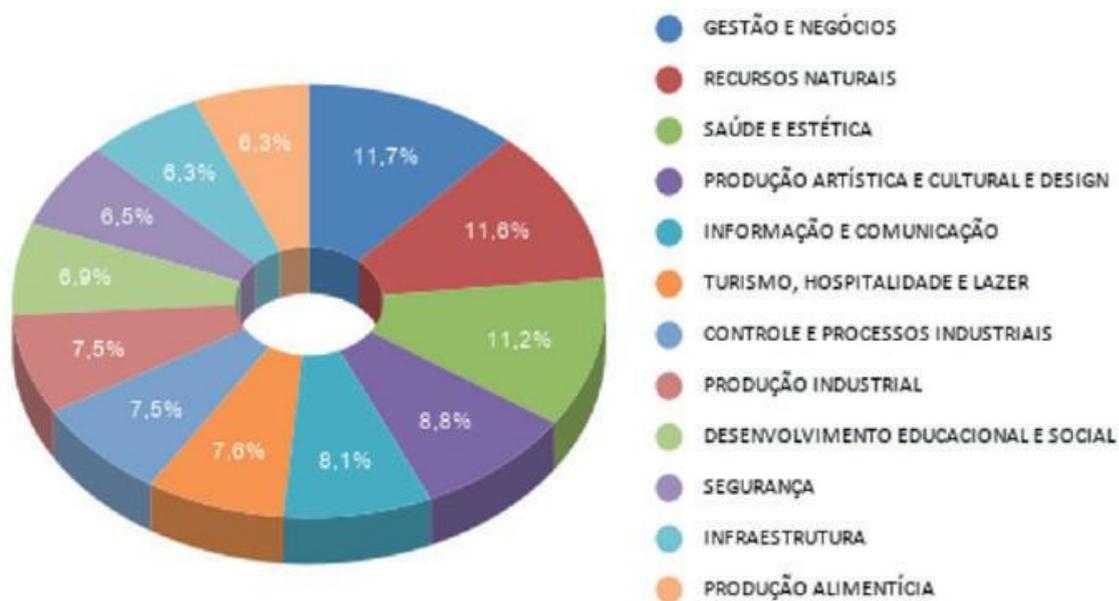
Número de indicações	Curso Superior
146	Fotografia
110	Gestão Ambiental
106	Agronegócio
97	Agroindústria
95	Eventos

Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

No gráfico abaixo, apresenta-se os cursos técnicos e superiores escolhidos por eixo com a finalidade de listar um portfólio de itinerários formativos possíveis ao campus:

GRÁFICO 6: EIXO POR INDICAÇÃO – CURSOS TÉCNICOS

EIXO POR INDICAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS



Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Quadro 9 - EIXO POR INDICAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS	
GESTÃO E NEGÓCIOS	453
RECURSOS NATURAIS	447
SAÚDE E ESTÉTICA	434
PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL E DESIGN	339
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	313
TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	293
CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	290
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	290
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	265
SEGURANÇA	251
INFRAESTRUTURA	245
PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	245
MILITAR	0

Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Quadro 10 - EIXO POR INDICAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES	
GESTÃO E NEGÓCIOS	359
RECURSOS NATURAIS	316
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	298
AMBIENTE E SAÚDE	290
PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	280
PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	275
CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	254
SEGURANÇA	250
HOSPITALIDADE E LAZER	249
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	204
INFRAESTRUTURA	195
APOIO ESCOLAR	88
MILITAR	0

Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Conclusão

Com base nos estudos, o Município de São Miguel do Guaporé está localizado em uma região que se apresenta bastante promissora, mas sem infraestrutura para um desenvolvimento socioeconômico e ambiental efetivo. Possui boa taxa de escolarização entre a população de 6 a 14 anos, mas com uma posição precária de ensino médio a melhor ser investigada. A escolarização dos produtores locais também parece ser uma demanda importante. Os indicadores de renda per capita, de mortalidade infantil e de infraestrutura básica refletem um descompasso com a intensa produção econômica, sobretudo agropecuária.

Esse cenário inicialmente identificado apresenta um desafio para o campus São Miguel do Guaporé como indutor local de políticas de educação inclusiva, tanto social quanto culturalmente.

Com base nas análises dos indicadores, apresentam-se os seguintes resultados:



Forças/ Potencialidades para a atuação do IFRO	Fraquezas/ Fragilidades para atuação do IFRO	Oportunidades a aproveitar/ Ações a implementar
Riqueza de manifestações culturais	Baixo investimento em políticas locais	<ul style="list-style-type: none">- Editais de extensão para fomento a projetos de cunho cultural;- Mapeamento de grupos culturais locais- Cartografias sociais de festejos, tradições e outras manifestações.
Boa taxa de escolarização entre 6 e 14 anos	Transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none">- Cursos Técnicos integrados ao ensino médio;- Projetos e formações voltadas à última etapa do ensino fundamental;- Parceria com as escolas locais em ações que tornem o campus mais conhecido pelos pais.
Horário de estudo	Predominância do noturno	<ul style="list-style-type: none">- Realização de pesquisa local e contínua antes da abertura de cursos que exijam a permanência dos alunos em mais de um turno.
Forças/ Potencialidades para a atuação do IFRO	Fraquezas/ Fragilidades para atuação do IFRO	Oportunidades a aproveitar/ Ações a implementar
Demanda para escolarização e profissionalização de trabalhadores da região	Baixa escolarização e profissionalização dos produtores	<ul style="list-style-type: none">- Cursos FIC's em áreas demandadas por produtores locais;- Pesquisa de demanda para EJA técnico;- Editais e ações de fomento;- Identificação de potencial de inovação e transferência de tecnologia.
Divulgação do IFRO	Pouco conhecimento da instituição, à época da coleta de dados, especialmente entre o público mais jovem.	<ul style="list-style-type: none">- Inclusão das manifestações culturais da região em campanhas publicitárias do processo seletivo de estudantes;- Realização de projetos com as escolas e comunidade local;- Realização de uma campanha em que alunos do IFRO, de todos os campi, cursos e idades digam o porquê eles amam o IFRO;- Realização de Projeto/Campanha para que alunos de outros campi e do próprio campus conheçam a região do Vale do Guaporé. Em tempos de pandemia, pode-se organizar uma visita virtual por meio de fotografias e vídeos, como exemplo realizar curso FIC de Fotografia e com o produto criar um museu virtual do campus, do município e da região.

Diante dos dados analisados por esta pesquisa, conclui-se:

1. Perspectivas futuras:

- a) Realização de estudos de casos de grupos sociais da região para melhor organização de itinerários formativos alternativos que atendam às necessidades tanto dos grupos mais jovens, que possuem disponibilidade para estudos integrais ou durante o dia, quanto para a população mais adulta trabalhadora;
- b) Investimento em tecnologias educacionais assíncronas para alcançar a população rural com pedagogias de alternância e com flexibilidade curricular;
- c) Mapeamento do potencial de inovação e investimento em práticas pedagógicas que favoreçam a criatividade para a solução tecnológica de problemas reais.

2. Necessidades de formação em nível técnico profissionalizante para atender o crescimento econômico local e regional:

Observa-se uma demanda de verticalização do ensino para o eixo de gestão e negócios, tanto em nível técnico como superior. Quanto aos cursos técnicos, propõe-se levantamentos específicos de demanda de cursos, conforme a disponibilidade de horário dos estudantes, pois identificou-se que há demanda para cursos integrais e para cursos noturnos, mas esses públicos podem ter necessidades formativas distintas que não foram alcançadas nesta pesquisa.

Entre os cursos técnicos indicados pelos estudantes e população em geral, acredita-se ter aderência ao desenvolvimento local:

- a) Técnico em administração;
- b) Técnico em agroindústria;
- c) Técnico em informática.

Propõe-se aprofundamento de estudo sobre a demanda dos cursos mais escolhidos Técnico em Defesa Civil e Técnico em Laboratório de Ciências da Natureza, com o fim de constatar se a população local entende a formação por eles oferecida e se esta é de fato uma demanda.

Na indicação de cursos técnicos por eixo, Recursos Naturais ficou em segundo lugar. Dos cursos deste eixo, cursos como **Técnico em Agronegócio** e **Técnico em Agropecuária** possuem aderência à atividade econômica da região. Mas é importante estudos da demanda específica para estes e outros cursos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, especialmente no eixo de Recursos Naturais e Gestão e Negócios.

3. Necessidades de formação em nível superior para atender o desenvolvimento local e regional:

Como já dito, os resultados indicam uma demanda de verticalização do ensino em cursos do eixo Gestão e Negócios e do eixo Recursos Naturais. Os cursos de agronegócio, agroindústria e gestão ambiental são representantes dessa demanda.

Importante destacar que o curso superior mais demandado foi fotografia, algo bastante inusitado à primeira vista. Entretanto, a inclusão do curso de Eventos pode representar demandas da riqueza cultural da região ainda não alcançadas pelas formações existentes. Para tais formações, sugere inicialmente a oferta de cursos FICs.

4. Principais áreas, segmentos, produtos, etc. de pesquisa que se correlacionam com o IFRO e o arranjo local estudado:

As principais áreas identificadas cuja aderência ao contexto sociocultural são formações constantes nos eixos Gestão e Negócios e Recursos Naturais.

5. Principais necessidades de atividades de extensão para atender o crescimento econômico local e regional e a inclusão produtiva das populações:

As necessidades de atividades que contribuam para o desenvolvimento local podem ser agrupadas em quatro grupos:

- a) Administrativo/gestão/recursos naturais: demanda de cursos FICs, técnicos e de graduação no eixo Gestão e Negócios sobretudo integrados com o eixo Recursos Naturais;
- b) Cursos de idiomas, de fotografia e relacionados à produção cultural e escolarização profissional de adultos;
- d) Atenção à transição do ensino fundamental para o ensino médio com cursos e atividades que envolvam jovens recém-saídos do ensino fundamental, bem como jovens e adultos que não deram continuidade aos estudos após os 14 anos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Josélia Fontenele; MURATORI, Ana Maria; PENHA, Maranei Rohers. Novo Cenário no Vale do Guaporé: uma leitura geográfica sobre os impulsos econômicos da pecuária e sua influência na paisagem. Rondônia, espaço de grandes transformações. Confins – Revue franco-brésilienne de géographie. Número 29, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11608?lang=pt#tocto1n1>. Acesso em 03 de set. de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ. História do Município. 2017. Disponível em: <http://www.saomigueldoguaopore.ro.leg.br/institucional/historia-do-municipio#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20do%20Munic%C3%ADpio%20de,Costa%20Marques%20%C3%A0%20BR%2D364>. Acesso em 20 de nov. de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. O Campus. 09 de nov. de 2016. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/sao-miguel-do-guaopore/o-campus>. Acesso em 15 de nov. de 2020.

RONDÔNIA. LEI N. 2.746, DE 18 DE MAIO DE 2012. Institui o Sistema Estadual de Cultura – SEC e dispõe sobre sua composição. Disponível: <http://cnpq.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/09/LEI-N%C2%BA-2.746-DE-18-DE-MAR%C3%87O-DE-2012-SISTEMA-ESTADUAL-DE-CULTURA-E-CONSELHO-DE-CULTURA.pdf>. Acesso em 24 de nov. de 2020.

SILVA, Avacir Gomes dos Santos. Vale do Guaporé: território das espacialidades das culturas desviantes. Revista Labirinto – Ano XII, nº 16 – junho de 2012. Disponível: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/download/976/100>. Acesso em 10 de out. de 2020.

SILVA, Avacir Gomes dos Santos; SILVA, Valdinei Backes da. Os guardiões dos reis magos: as espacialidades étnicas vividas nas folias de reis do Vale do Guaporé-RO. In: BLACKMAN, Cledenice; SILVA, Gilberto Paulino da; PEREIRA, Rosa Martins Costa. (Orgs.). Dossiê Rondônia – O rio que nos une: educação, migração e cultura nestas paragens. Porto Velho – RO: Temática, 2019.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Situações: Econômica, Mobilidade Intra e Intermunicipal e fatores de acessibilidade ao Campus São Miguel do Guaporé

Alberto Ayres Benício³; Mauro Sérgio Demício⁴; Miguel Fabrício Zamberlan⁵

Resumo: o presente relatório tem por objetivo apresentar a dimensão socioeconômica do projeto Diagnóstico Regional Campus São Miguel do Guaporé. A dimensão socioeconômica compreende aspectos da realidade social e econômica da região de abrangência do Campus São Miguel do Guaporé, como dados e indicadores da produção econômica, tendências produtivas e infraestrutura de apoio, além da movimentação e fluxo de transporte de mercadorias e pessoas, bem como dados populacionais da ocupação urbana, rural e de Povos e Comunidades Tradicionais presentes na região. Como procedimento metodológico foi realizado levantamento bibliográfico, assim como foram coletados dados secundários de pesquisas já realizadas e em sítios eletrônicos de instituições públicas e privadas. Com relação à pesquisa com os dados primários, foram aplicados 598 questionários junto à comunidade acadêmica das escolas de ensino fundamental e médio, junto a gestores públicos, empresários e população em geral, além de grupos organizados como associações, cooperativas, maiores empresas empregadoras e instituições e órgãos públicos ligados à produção, assistência técnica e monitoramento de setores produtivos, comerciais e de turismo. Esse material foi analisado em conjunto, resultando nos dados ora apresentados, bem como nas tabelas, mapas e gráficos que compõem este relatório. A análise dos dados se deu conforme os temas e subdivisões apresentados no projeto de diagnóstico elaborado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Para a definição da área de influência da região objeto da pesquisa, foram considerados todos os municípios cuja distância de sua sede em relação ao núcleo urbano do município de São Miguel do Guaporé seja inferior à distância de sua sede a um outro

³Mestre em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR (2013). Tem experiência em Desenvolvimento com ênfase em Linguagens de Programação Desktop, WEB e também na área de banco de dados.

⁴Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR (2012) e doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus Marília. Tem experiência nas áreas de Letras, com ênfase em Linguística, e de Administração Pública, com ênfase em Educação.

⁵Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR (2012) e doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus Marília. Tem experiência nas áreas de Letras, com ênfase em Linguística, e de Administração Pública, com ênfase em Educação.

campus do IFRO mais próximo. Dados do Produto Interno Bruto (PIB) da região em 2015 apontam que o município de São Miguel do Guaporé posiciona-se na 12ª posição no ranking estadual do PIB e ocupa a primeira posição dentre os municípios que compõem a região. Com relação ao Valor Adicionado Bruto (VA) também correspondente ao ano 2015, verifica-se que o setor de agropecuária ocupa a primeira colocação, seguido pela administração pública e pelos serviços exceto a administração pública. De acordo com os aspectos demográficos estimados pelo IBGE (2020), a região objeto da pesquisa conta com 139.826 habitantes, sendo que destes, 56,92% habitam a zona rural. A região é habitada por Povos e Comunidades Tradicionais, compreendendo povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e de extrativistas. Os dados apontam para um desenvolvimento do setor agropecuário significativo, aliado aos setores de serviços e tecnologia, que advém da expansão do comércio, da forte agricultura familiar e das agroindústrias da região, contudo, a manutenção das atuais taxas de crescimento, dentro de um modelo sustentável, constitui um desafio em razão da impossibilidade de expansão de áreas para a produção sem comprometer a preservação do meio ambiente, prevista na legislação, o que exigirá investimentos em tecnologia de produção. Diante do quadro observado, seria importante o planejamento e oferta de cursos na área de gestão para os mais diversos segmentos (comércio, indústria, agropecuário, agricultura familiar, povos indígenas e população ribeirinha e quilombolas, etc.), em conjunto com o desenvolvimento de tecnologias para melhorar a produção nos espaços já ocupados.

Palavra-chave: Instituto Federal de Rondônia; planejamento; socioeconomia.

Introdução

O presente estudo apresenta os resultados da Pesquisa de Atividade Econômica Regional realizada entre abril e junho de 2019, bem como a análise de dados secundários levantados a partir de pesquisas em sites e documentos institucionais de órgãos estaduais e federais. A pesquisa consiste nos estudos dos arranjos produtivos locais, para levantamento de interesses e necessidades das comunidades envolvidas e diagnóstico das condições de aplicação de programas e projetos, com foco na dimensão socioeconômica.

Os Institutos Federais foram criados no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para atender a uma necessidade urgente de qualificação de pessoal. As demandas por mão de obra especializada no país são grandes e urgentes, conforme atestam pesquisas a respeito, especialmente os boletins da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC). De acordo com a Lei 11.892/2008, artigo 6º, especialmente os incisos I, II e IV, as finalidades dos Institutos Federais envolvem justamente atuações contextualizadas pelos arranjos produtivos locais e peculiaridades regionais. O inciso



IV é bem específico quanto à necessidade de uma inserção orientada dos institutos:

(...) orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008)

O município de São Miguel do Guaporé está localizado no Leste Rondoniense, especificamente na microrregião de Alvorada D'Oeste, a 490 km da capital Porto Velho. Criado em 06/07/1988, através da Lei nº 206/1988, com uma área de 7.460,219 km², possui, segundo estimativa populacional do IBGE para o ano de 2018, uma população de 22.931 habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 2,93 hab./km² e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,646.

Com base nas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), a cidade de São Miguel do Guaporé surgiu de um povoado assentado por colonos vindos principalmente dos municípios de Rolim de Moura e Presidente Médici, nas proximidades do Rio São Miguel. O nome do município é uma homenagem ao rio.

Fora elevado à categoria de município com a denominação de São Miguel do Guaporé pela Lei Estadual nº 200, de 06 de julho de 1988, têm alterados seus limites pela Lei Estadual nº 206, também de 06 de julho 1988, desmembrando do município de Costa Marques, estabelecendo sede no ex-distrito de São Miguel e adotando oficialmente o nome de São Miguel do Guaporé, sendo finalmente instalado em 31 de dezembro de 1988. Em 1993 é criado o distrito de Santanado Guaporé, pela Lei Municipal nº 142, de 25 de fevereiro de 1993, e anexado ao município de São Miguel do Guaporé.

A história do IFRO em São Miguel do Guaporé teve início em 2012, com a criação de um polo de educação a distância no município, ofertando inicialmente os cursos técnicos presenciais virtuais, na modalidade subsequente ao ensino médio, em administração e em serviços públicos. Seis anos depois foi anunciada a criação do Campus São Miguel do Guaporé, abrindo-se uma oportunidade para a realização de pesquisa sobre o contexto socioeconômico, educacional e cultural da região em que o campus teria sua área de abrangência, a fim de subsidiar as decisões institucionais sobre itinerários formativos e demandas para atividades de ensino, pesquisa e extensão que estejam alinhados aos vetores locais de desenvolvimento e às demandas econômicas e sociais por cursos de formação profissional e tecnológica.

Este relatório da dimensão socioeconômica da região de abrangência do Campus Avançado São Miguel do Guaporé insere-se nesse contexto, especificamente, pretende nortear a localização sócio-histórica do campus, apurar as necessidades de formação e identificar



as tendências de desenvolvimento regional. Por meio dos dados levantados e sistematizados, busca-se subsidiar, por exemplo, a elaboração de projetos pedagógicos de cursos e orientar atividades de pesquisa e extensão. Contudo, a pesquisa não se basta em si mesma nem impede a realização de outras pesquisas mais abrangentes ou específicas. Na pesquisa com os dados primários foram aplicados 598 questionários junto à comunidade acadêmica das escolas de ensino fundamental e médio, junto a gestores públicos, empresários e população em geral, além de grupos organizados como associações, cooperativas, maiores empresas empregadoras e instituições e órgãos públicos ligados à produção, assistência técnica e monitoramento de setores produtivos, comerciais e de turismo.

Além da pesquisa com dados primários, foi realizado levantamento bibliográfico, assim como foram coletados dados secundários de pesquisas já realizadas e em sítios eletrônicos de instituições públicas e privadas. Esses dados foram analisados em conjunto com os dados primários coletados através de entrevistas e pesquisa direta, resultando nos dados ora apresentados, bem como nas tabelas, mapas e gráficos que compõem este relatório. A análise dos dados se deu conforme os temas e subdivisões apresentados no projeto da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, sendo apresentados neste documento os resultados referentes à dimensão socioeconômica.

Desenvolvimento

1. Dimensão Socioeconômica

A dimensão socioeconômica, objetivo desta análise, aborda indicadores que retratem a realidade econômica local e regional na qual o IFRO – Campus Avançado São Miguel do Guaporé deve se inserir. Foram levantados dados socioeconômicos em termos de tendências produtivas locais e regionais, fluxos de transporte de mercadorias e passageiros, infraestrutura de apoio ao crescimento econômico que possam apontar para implantação de cursos, com vistas à absorção de egressos e ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão do IFRO – Campus São Miguel do Guaporé.

Atualmente, de acordo com os aspectos demográficos estimados pelo IBGE (2020), a região objeto desta pesquisa conta com 139.826 habitantes, sendo que destes, 56,92% habitam a zona rural.

Para a definição da área de influência da região objeto da pesquisa (de ora em diante denominada “Região de São Miguel do Guaporé”), foram considerados todos os municípios cuja distância de sua sede em relação ao núcleo urbano do município de São Miguel do Guaporé seja inferior à distância de sua sede a um outro campus do IFRO mais próximo.



Tabela 1 - Distância em quilômetros para outros campi do IFRO

Sede Municipal	Distância	
	São Miguel do Guaporé	Campus IFRO mais próximo
São Miguel do Guaporé	0 km	146 km (Ji-Paraná)
Seringueiras	39 km	183 km (Ji-Paraná)
Nova Brasilândia D'Oeste	52 km	132 km (Ji-Paraná)
Alvorada D'Oeste	68 km	78 km (Ji-Paraná)
Novo Horizonte do Oeste	90 km	100 km (Cacoal)
São Francisco do Guaporé	111 km	255 km (Ji-Paraná)
Alta Floresta D'Oeste	112 km	121 km (Cacoal)
Costa Marques	221 km	365 km (Ji-Paraná)

Fonte: Elaborada pelos autores

1.2 Situação econômica

Essa dimensão é constituída de estudos voltados ao setor primário, indústria, serviços, rentabilidade, empregabilidade, entre outros indicadores socioeconômicos como comercialização e inserção econômica de produtos de pequenos e médios produtores em mercados convencionais e diferenciados.

Assim, buscou-se selecionar dados de diversos órgãos e empresas que norteiam os aspectos socioeconômicos da região. A seguir demonstramos os dados referentes aos empregos formais extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2018.

Setor	Quantidade
Extrativa Mineral	30
Indústria de Transformação	1685
Serviços Industriais de Utilidade Pública	125
Construção Civil	397
Comércio	3620
Serviços	1634
Administração Pública	5385
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1203

Fonte: RAIS in Brasil (2020b)

O Produto Interno Bruto (PIB) da região pode ser observado na Tabela 3 e verifica-se que o município de São Miguel do Guaporé, local identificado como oportuno para sediar a nova unidade do IFRO, posiciona-se em 12º no ranking estadual do PIB e ocupa a primeira posição dentre os municípios que compõem a região.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto dos Municípios da Região de São Miguel do Guaporé

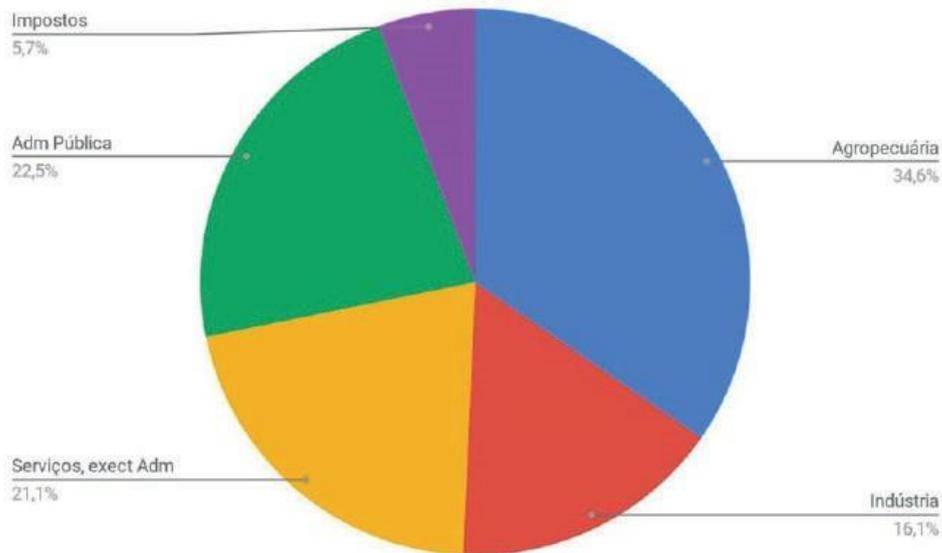
Município	Produto Interno Bruto (PIB) PIB per capita e Valor Adicionado por setor - 2017								
	PIB(R\$ mil)	Posição *	PIB per capita (R\$)	Posição *	VA Agropecuário (R\$ mil)	VA Indústria (R\$ mil)	VA Serviços, exceto Adm. Pública (R\$ mil)	VA Adm. Pública (R\$ mil)	VA Imposto (R\$ mil)
São Miguel do Guaporé	649.904	12º	26.877	7º	223.964	104.368	138.317	145.668	37.587
Alta Floresta D'Oeste	498.864	16º	19.612	21º	169.623	27.805	117.717	154.926	28.793
Nova Brasilândia D'Oeste	360.966	20º	16.598	39º	115.926	17.463	82.518	122.069	22.990
São Francisco do Guaporé	341.413	21º	17.336	33º	132.787	15.362	64.068	112.061	17.134
Alvorada D'Oeste	262.692	30º	15.686	45º	82.744	10.370	57.921	99.693	11.963
Seringueiras	240.537	31º	19.010	25º	88.836	11.214	48.595	77.251	14.641
Costa Marques	215.992	33º	12.413	52º	62.852	5.952	40.995	98.159	8.034
Urupá	208.989	35º	15.946	43º	72.654	8.608	43.433	74.660	9.634
Novo Horizonte do Oeste	168.303	38º	16.745	38º	63.004	9.440	30.186	58.762	6.911
Total do Região	2.947.660		160.223		1.012.391	210.582	623.750	943.250	157.688

* Posição = Posição em relação aos municípios de Rondônia

Fonte: IBGE Produto Interno bruto dos Municípios - 2017

Com relação ao Valor Adicionado Bruto (VA) correspondente ao ano 2015, verifica-se que o setor de agropecuária ocupa a primeira colocação, correspondendo a 34,6% do total, seguido pela administração pública, que corresponde a 22,5%, e pelos serviços exceto a administração pública, com 21,1%.

Gráfico 1 - Participação no Valor Adicionado Bruto (2015)



Fonte: IBGE (2020)

Dentre todo o cenário de geração de empregos e renda da Região de São Miguel do Guaporé, deve-se avaliar as ocupações que mais admitiram, assim, conforme pode ser observado na Tabela 4, temos as 50 ocupações que mais admitiram no período de jan/2018 a dez/2019.

Tabela 4 - Profissões que mais admitiram de jan/2018 a dez/2019

Profissão	Admissão
521110:Vendedor de Comércio Varejista	809
784205:Alimentador de Linha de Produção	366
421125:Operador de Caixa	339
623110:Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	301
521125:Repositor de Mercadorias	300
411005:Auxiliar de Escritório em Geral	289
621005:Trabalhador Agropecuário em Geral	246
514120:Zelador de Edifício	202
521135:Frentista	173
514225:Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	146
411010:Assistente Administrativo	139
422105:Recepcionista em Geral	130

514320:Faxineiro (Desativado em 2010)	125
783225:Ajudante de Motorista	125
782510:Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	123
848510:Açougueiro	115
717020:Servente de Obras	108
623015:Trabalhador de Pecuária Polivalente	95
848525:Retalhador de Carne	84
521130:Atendente de Farmácia – Balconista	79
513435:Atendente de Lanchonete	63
715210:Pedreiro	62
521140:Atendente de Lojas e Mercados	60
622020:Trabalhador Volante da Agricultura	54
783215:Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	49
513205:Cozinheiro Geral	46

412205:Contínuo	45
223405:Farmacêutico	44
513505:Auxiliar nos Serviços de Alimentação	43
711130:Mineiro	41
914415:Mecânico de Manutenção de Motocicletas	40
334115:Monitor de Transporte Escolar	39
772115:Secador de Madeira	38
914405:Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	38
641015:Tratorista Agrícola	37
252305:Secretaria Executiva	36
774105:Montador de Móveis e Artefatos de Madeira	34
772105:Classificador de Madeira	32
142105:Gerente Administrativo	32
414105:Almoxarife	28

313220:Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	28
421105:Atendente Comercial (Agência Postal)	28
519110:Motociclista no Transporte de Documentos e Pequenos Volumes	28
782410:Motorista de Ônibus Urbano	28
142305:Gerente Comercial	25
141415:Gerente de Loja e Supermercado	25
632120:Operador de Motosserra	24
413110:Auxiliar de Contabilidade	23
724315:Soldador	23
782305:Motorista de Carro de Passeio	22
784105:Embalador a Mão	21
641010:Operador de Máquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	20

Fonte: CAGED in Brasil (2020a)

Entretanto, ao observar o mesmo cenário de admissões e desligamento no período de jan/2018 a dez/2019 e considerando os saldos, ou seja, quais profissões contrataram mais do que demitiram, temos outro cenário que pode ser observado na Tabela 5. Dessa forma, é possível visualizar as profissões em crescimento na região, uma vez que a contratação para elas superou o desligamento.

Tabela 5 - Saldo de contratações e demissões de jan/2018 a dez/2019

Profissão	Admissão	Demissão	Saldo
848525:Retalhador de Carne	84	0	84
411005:Auxiliar de Escritório, em Geral	289	247	42
421125:Operador de Caixa	339	300	39
514120:Zelador de Edifício	202	164	38
422105:Recepcionista, em Geral	130	100	30
521125:Repositor de Mercadorias	300	271	29
711130:Mineiro	41	13	28
623015:Trabalhador de Pecuária Polivalente	95	73	22
521105:Vendedor em Comércio Atacadista	17	0	17
513435:Atendente de Lanchonete	63	48	15
772115:Secador de Madeira	38	24	14
782510:Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	123	110	13
414105:Almoxarife	28	15	13
848515:Desossador	13	0	13
313220:Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	28	16	12
412205:Contínuo	45	34	11

334115:Monitor de Transporte Escolar	39	28	11
784105:Embalador, a Mão	21	10	11
514310:Auxiliar de Manutenção Predial	12	2	10
313205:Técnico de Manutenção Eletrônica	11	1	10
252305:Secretaria Executiva	36	28	8
413210:Caixa de Banco	15	7	8
641010:Operador de Máquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	20	13	7
953115:Eletricista de Instalações (Veículos Automotores e Máquinas Operatrizes, Exceto Aeronaves e Embarcações)	16	9	7
413205:Atendente de Agência	11	4	7
521130:Atendente de Farmácia – Balconista	79	73	6
414110:Armazenista	20	14	6
413225:Escriturário de Banco	11	5	6
515215:Auxiliar de Laboratório de Análises Clínicas	10	4	6
512105:Empregado Doméstico nos Serviços Gerais	9	3	6
521140:Atendente de Lojas e Mercados	60	55	5
774105:Montador de Móveis e Artefatos de Madeira	34	29	5
411030:Auxiliar de Pessoal	13	8	5

313305:Tecnico de Comunicação de Dados	5	0	5
223405:Farmacêutico	44	40	4
725205:Montador de Máquinas	9	5	4
519935:Lavador de Veículos	9	5	4
354125:Assistente de Vendas	6	2	4
732130:Instalador-Reparador de Redes Telefônicas e de Comunicação de Dados	4	0	4
620115:Supervisor de Exploração Pecuária	13	10	3
766205:Impressor (Serigrafia)	10	7	3
354145:Vendedor Pracista	7	4	3
222110:Engenheiro Agrônomo	7	4	3
391210:Tecnico de Garantia da Qualidade	6	3	3
351415:Escrivão Extra - Judicial	4	1	3
623215:Trabalhador da Suinocultura	4	1	3
611005:Produtor Agropecuário, em Geral	4	1	3
354120:Agente de Vendas de Serviços	4	1	3
818110:Auxiliar de Laboratório de Análises Físico-químicas	4	1	3
991315:Pintor de Veículos (Reparação)	4	1	3

513315:Camareiro de Hotel	3	0	3
514225:Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	146	144	2
783215:Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	49	47	2
513505:Auxiliar nos Serviços de Alimentação	43	41	2

Fonte: CAGED in Brasil (2020a)

Considerando que o setor de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca é aquele com maior Valor Adicional Brutos da região e o terceiro maior empregador e gerador de receitas para a região, atrás apenas da Administração Pública e do Comércio, foi avaliado o perfil de contratação para os profissionais desse setor no mesmo período de jan/2018 a dez/2019. Neste caso, estão apresentados na Tabela 6 a organização por saldo, ou seja, quais estão sendo contratados e com menor desligamento.

Tabela 6 - Saldo de contratações e demissões setor Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca de jan/2018 a dez/2019

Profissão	Admissão	Demissão	Saldo
623015:Trabalhador de Pecuária Polivalente	95	73	22
772115:Secador de Madeira	38	24	14
782510:Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	123	110	13
641010:Operador de Máquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	20	13	7
620115:Supervisor de Exploração Pecuária	13	10	3
611005:Produtor Agropecuário em Geral	4	1	3
623215:Trabalhador da Suinocultura	4	1	3

354120:Agente de Vendas de Serviços	4	1	3
222110:Engenheiro Agrônomo	7	4	3
622015:Trabalhador na Produção de Mudas e Sementes	4	3	1
630105:Supervisor da Aquicultura	1	0	1
862120:Operador de Caldeira	5	5	0
414210:Apontador de Produção	2	2	0
513215:Cozinheiro Industrial	3	3	0
622020:Trabalhador Volante da Agricultura	54	55	-1
623115:Trabalhador da Pecuária (Bovinos Leite)	13	14	-1
613110:Criador de Bovinos (Corte)	2	3	-1
622005:Caseiro (Agricultura)	8	9	-1
421305:Cobrador Externo	13	14	-1
622320:Trabalhador na Olericultura (Talos, Folhas e Flores)	0	1	-1
623020:Tratador de Animais	15	16	-1
517330:Vigilante	7	9	-2
715135:Operador de Pá Carregadeira	18	20	-2
514325:Trabalhador da Manutenção de Edificações	14	16	-2

919205:Mecânico de Manutenção de Máquinas Cortadoras de Grama, Roçadeiras, Motosserras e Similares	7	9	-2
141420:Gerente de Operações de Serviços de Assistência Técnica	0	2	-2
513210:Cozinheiro do Serviço Doméstico	1	3	-2
354205:Comprador	2	4	-2
641005:Operador de Colheitadeira	0	2	-2
641015:Tratorista Agrícola	37	40	-3
521120:Demonstrador de Mercadorias	11	14	-3
632125:Trabalhador de Extração Florestal, em Geral	7	10	-3
621005:Trabalhador Agropecuário em Geral	246	250	-4
141115:Gerente de Produção e Operações Agropecuárias	10	14	-4
773110:Operador de Serras no Desdobramento de Madeira	4	8	-4
715130:Operador de Motoniveladora	14	18	-4
141110:Gerente de Produção e Operações Florestais	0	4	-4
620110:Supervisor de Exploração Agropecuária	3	8	-5
715145:Operador de Trator de Lâmina	14	19	-5
715125:Operador de Máquinas de Construção Civil e Mineração	12	17	-5
772105:Classificador de Madeira	32	37	-5

141615:Gerente de Logística (Armazenagem e Distribuição)	3	9	-6
642015:Operador de Trator Florestal	6	12	-6
514320:Faxineiro (Desativado em 2010)	125	132	-7
724315:Soldador	23	31	-8
848520:Magarefe	12	20	-8
513205:Cozinheiro Geral	46	57	-11
142105:Gerente Administrativo	32	54	-22
784205:Alimentador de Linha de Produção	366	390	-24
783225:Ajudante de Motorista	125	154	-29
623110:Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	301	341	-40

Fonte: CAGED in Brasil (2020a)

Já na Tabela 7 são apresentadas as 20 vagas que mais admitiram no setor da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, sempre considerando o mesmo período.

Tabela 7 - Admissão setor Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca de jan/2018 a dez/2019

Profissão	Admissão	Demissão	Saldo
784205:Alimentador de Linha de Produção	366	390	-24
623110:Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	301	341	-40
621005:Trabalhador Agropecuário em Geral	246	250	-4
514320:Faxineiro (Desativado em 2010)	125	132	-7
783225:Ajudante de Motorista	125	154	-29
782510:Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	123	110	13
717020:Servente de Obras	108	148	-40
623015:Trabalhador de Pecuária Polivalente	95	73	22
622020:Trabalhador Volante da Agricultura	54	55	-1
513205:Cozinheiro Geral	46	57	-11
772115:Secador de Madeira	38	24	14
641015:Tratorista Agrícola	37	40	-3
772105:Classificador de Madeira	32	37	-5
142105:Gerente Administrativo	32	54	-22
724315:Soldador	23	31	-8
641010:Operador de Máquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	20	13	7

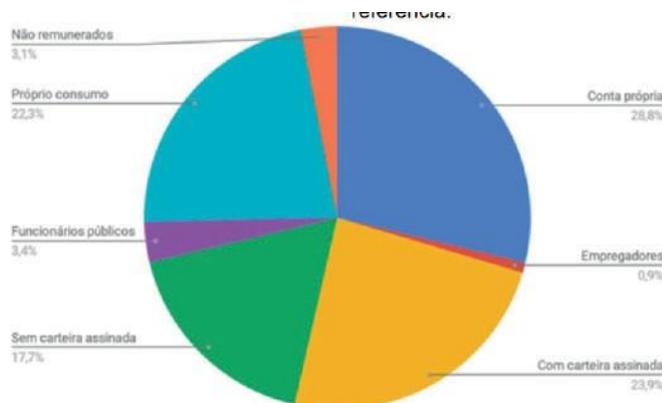
715135:Operador de Pá Carregadeira	18	20	-2
623020:Tratador de Animais	15	16	-1
514325:Trabalhador da Manutenção de Edificações	14	16	-2
715130:Operador de Motoniveladora	14	18	-4
715145:Operador de Trator de Lâmina	14	19	-5
620115:Supervisor de Exploração Pecuária	13	10	3
623115:Trabalhador da Pecuária (Bovinos Leite)	13	14	-1

Fonte: CAGED in Brasil (2020a)

O desenvolvimento econômico na Região de São Miguel do Guaporé tem se dado de forma constante, como se percebe na evolução do Produto Interno Bruto (Tabela 9), movido sobretudo pelo setor agropecuário, o que reflete, entre outros, na disponibilidade de vagas de emprego. Quando analisados dados dos empregos formais, percebe-se um significativo número de trabalhadores assalariados, seguidos pelos que buscam empreender e abrem seus próprios empreendimentos, conforme se pode verificar nos dados do censo de 2010 referentes à ocupação da população da região.

No Gráfico 2 são apresentadas as informações de ocupação da população em 2010, ficando em primeiro lugar os que trabalham por conta própria, atingindo 28,8%, seguidos pelos trabalhadores com carteira assinada, 23,9%, e pelos trabalhadores que trabalham para produzir o seu próprio consumo, com 22,3%.

Gráfico 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Na Tabela 8 são apresentadas as informações referentes à quantidade de empresas e outras organizações atuantes, a quantidade de pessoal ocupado e os assalariados da Região de São Miguel do Guaporé.

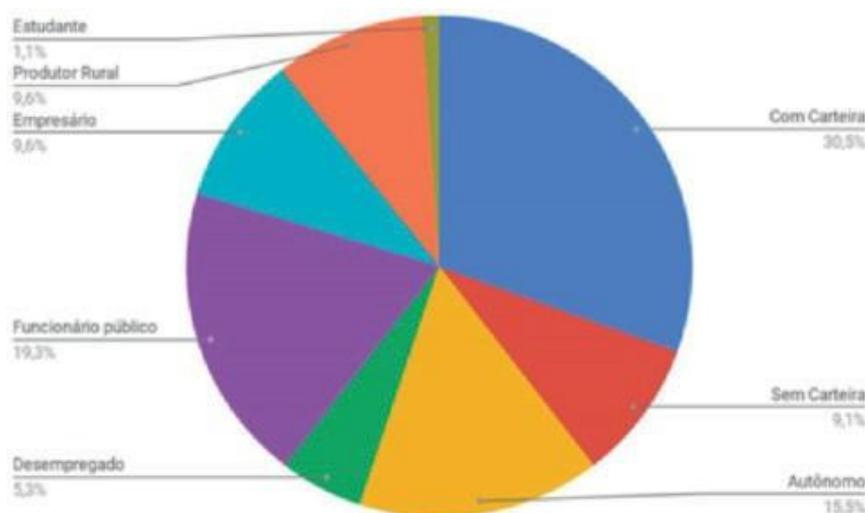
Tabela 8 - Empresas e Empregos formais

Município	Empresas e outras org. atuantes	Pessoal Ocupado	Pessoal Ocupado Assalariado
São Miguel do Guaporé	262	3455	3124
Alta Floresta D'Oeste	582	3318	2567
Nova Brasilândia D'Oeste	276	1922	1589
Alvorada D'Oeste	216	1515	1247
Seringueiras	129	1303	1161
Costa Marques	201	1013	873
Urupá	139	1333	1119
Novo Horizonte do Oeste	117	909	780

Fonte: IBGE (2020)

No Gráfico 3 são apresentadas as informações sobre a ocupação das pessoas entrevistadas para o observatório, em que se consegue verificar que a maior parte dos entrevistados foi de pessoas que trabalham em iniciativa privada com carteira de trabalho assinada (30,5%), seguidas pelos funcionários públicos (19,3%). O gráfico também mostra a abrangência da pesquisa, atingindo pessoas de várias áreas de ocupação.

Gráfico 3 - Ocupação dos Pessoas Entrevistadas



Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Ao analisar os dados sobre trabalho e comércio apresentados pelo IBGE (2020) referentes ao município de São Miguel do Guaporé, vemos que em 2018, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.7%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 32 de 52 e 12 de 52, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3263 de 5570 e 2025 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 44.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 11 de 52 dentre as cidades do estado e na posição 2158 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2020).

Na Tabela 9 temos a evolução do PIB no período de 2014 a 2017, onde se pode notar uma elevação do PIB em todos os municípios da região de influência do Campus São Miguel do Guaporé, principalmente em São Miguel do Guaporé, que no último ano dessa série histórica apresenta um PIB per capita de R\$26.876,64 (IBGE, 2020).

Tabela 9 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes no período de 2014 a 2017 (Unidade: R\$ x1000)

Município	2014	2015	2016	2017
São Miguel do Guaporé	411.122,01	454.047,63	514.605,51	649.904,11
Alta Floresta D'Oeste	377.799,00	421.299,98	478.216,98	498.864,19
Nova Brasilândia D'Oeste	257.254,90	272.574,34	307.759,94	360.965,75
Alvorada D'Oeste	205.518,24	220.490,94	243.598,86	262.691,54
Seringueiras	166.738,18	180.367,26	200.122,56	240.536,67
Costa Marques	168.604,50	187.170,10	206.100,60	215.992,26
Urupá	171.461,44	183.099,66	196.241,68	208.989,47
Novo Horizonte do Oeste	127.667,52	134.272,53	150.378,01	168.303,31

Fonte: IBGE (2020), em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Na Tabela 10, temos os dados do PIB per capita durante 4 anos, apresentando a evolução dos municípios da Região de São Miguel do Guaporé, tendo o município sede do campus evoluído da 16^a posição no ranking do estado de Rondônia 2014 para a 7^a no ano de 2017, segundo o IBGE (2020).

Tabela 10 - PIB per capita no período de 2014 a 2017 (Unidade: R\$)

Município	2014	2015	2016	2017
São Miguel do Guaporé	17.271,86	18.971,61	21.389,31	26.876,64
Alta Floresta D'Oeste	14.727,86	16.471,19	18.749,20	19.611,75
Nova Brasilândia D'Oeste	11.959,23	12.922,17	14.202,12	16.598,42
Alvorada D'Oeste	11.929,31	12.623,86	14.412,43	15.685,89
Seringueiras	13.293,33	14.336,48	15.861,34	19.010,25
Costa Marques	10.370,56	11.240,77	12.101,50	12.413,35
Urupá	12.804,23	13.774,14	14.869,05	15.946,09
Novo Horizonte do Oeste	12.283,99	13.066,61	14.799,53	16.744,93

Fonte: IBGE (2020), em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Na Tabela 11, tem-se o PIB de 2017 dos municípios da Região de São Miguel do Guaporé estratificado por atividade econômica, onde se registra a atividade econômica “agropecuária” como aquela com a maior geração de valor, tendo atingido a marca de R\$223.963.770,00 em São Miguel do Guaporé naquele ano.

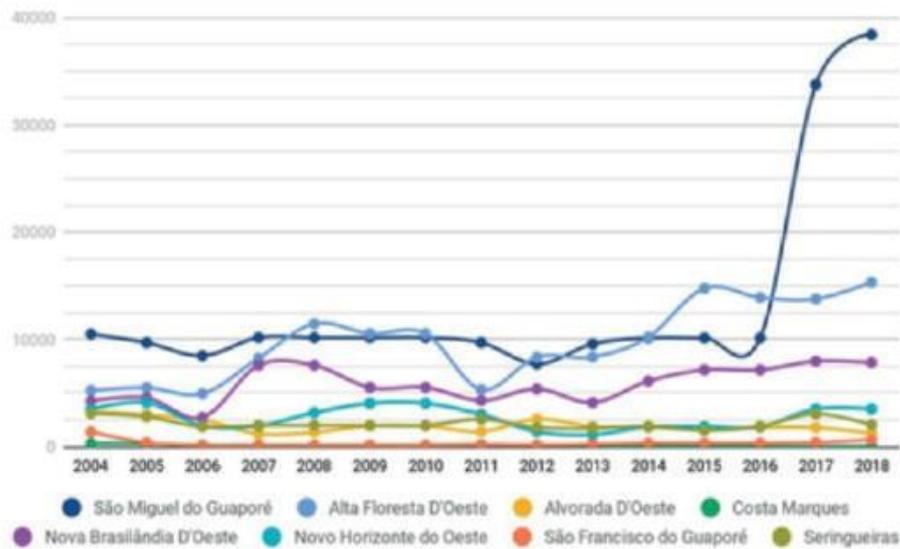
Tabela 11 - Produto Interno Bruto dos Municípios da Região de São Miguel do Guaporé por atividade econômica no ano de 2017 (Unidade: R\$ x1000)

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços Excluídos Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
São Miguel do Guaporé	223.963,77	104.367,87	138.316,97	145.668,31
Alta Floresta D'Oeste	169.623,26	27.804,79	117.717,15	154.926,48
Nova Brasilândia D'Oeste	115.926,12	17.463,03	82.517,52	122.068,60
Alvorada D'Oeste	82.744,32	10.369,78	57.921,31	99.693,26
Seringueiras	88.836,41	11.213,77	48.594,62	77.251,21
Costa Marques	62.851,88	5.951,60	40.995,39	98.159,02
Urupá	72.653,63	8.608,22	43.432,80	74.660,46
Novo Horizonte do Oeste	63.004,29	9.440,45	30.185,69	57.590,83

Fonte: IBGE (2020), em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

O Gráfico 4 indica o crescimento da produção de café em grãos no município de São Miguel do Guaporé no período de 2016 a 2018, mostrando uma evolução acentuada a partir do ano 2016.

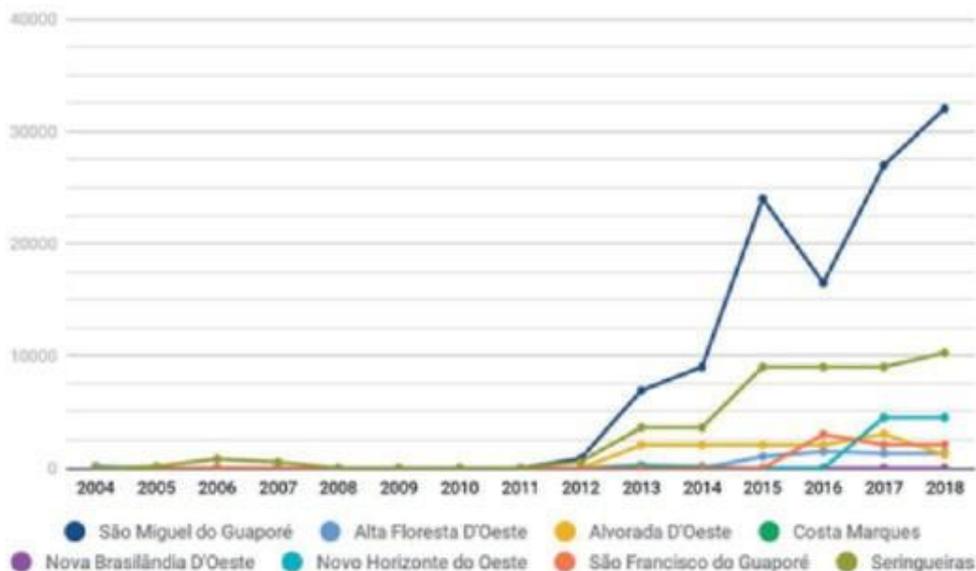
Gráfico 4 - Café em Grão por quantidade produzida (unidade: ton.)



Fonte: IBGE (2020)

No Gráfico 5 é possível acompanhar a evolução da produção de soja em grão no município de São Miguel do Guaporé, que se destaca dos demais municípios da região numa crescente desde 2012, posicionando o município na 8ª posição em produção de soja no estado de Rondônia, com 32.010 toneladas produzidas no ano de 2018, segundo o IBGE (2020).

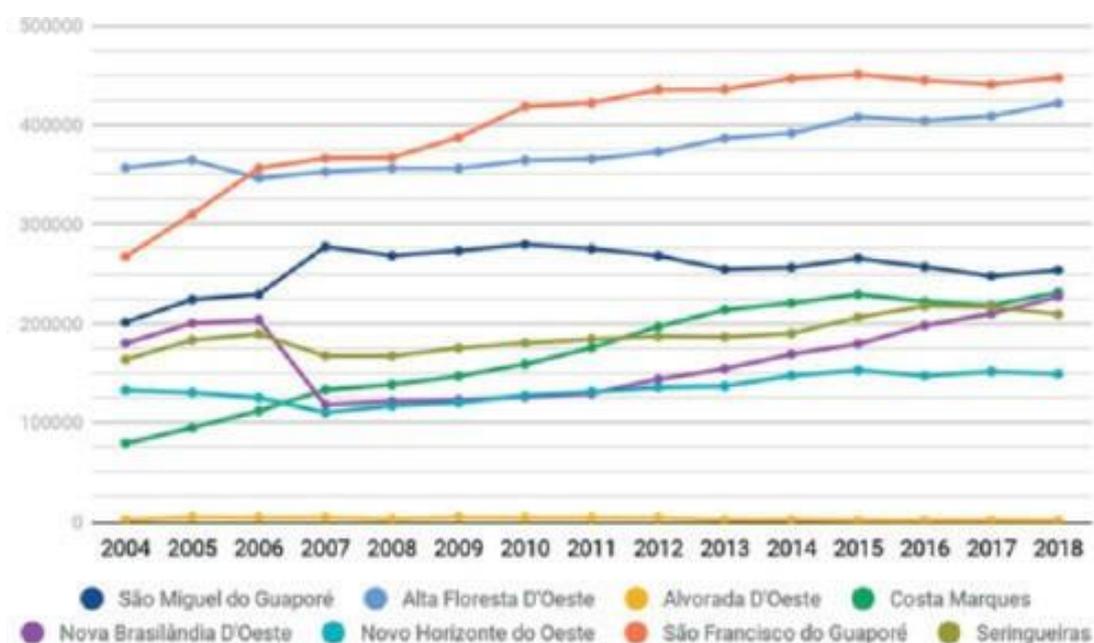
Gráfico 5 - Produção de Soja em Grãos (unidade: ton)



Fonte: IBGE (2020)

O rebanho bovino na região do município de São Miguel do Guaporé vem crescendo ao longo do tempo. O município de São Francisco do Guaporé ocupa o 7º lugar em números de cabeças de gado bovino no estado de Rondônia, com um total de 447.277 cabeças no ano de 2018, segundo o IBGE (2020). O município de Alta Floresta D'Oeste, com um total de 421.964 cabeças no ano de 2018, também segundo o mesmo órgão, ocupava a 10ª posição em números de cabeças do estado, e o município de São Miguel do Guaporé, que no ano de 2018 registrava um total de 253.377 cabeças de gado bovino, ocupava a 25ª posição, demonstrando que, no conjunto, a região é uma grande produtora nesses setores.

Gráfico 6 - Efetivo do rebanho Bovino (unidade: cabeças)



Fonte: IBGE (2020)

O setor de Indústrias na Região de São Miguel do Guaporé representa o menor valor em termos nominais do PIB em relação aos demais setores da atividade econômica, conforme se nota na Tabela 11. Essa menor representatividade do setor no PIB é um fato comum a praticamente todos os municípios menores do estado de Rondônia, principalmente os localizados fora do eixo rodovia BR364. O setor industrial faz-se mais presente nas cidades maiores do estado, sobretudo na capital Porto Velho.

Em pesquisa in loco na Região de São Miguel do Guaporé, observou-se a presença de indústrias de produtos oriundos da madeira (serrarias, laminadoras e marcenarias), de algumas indústrias de produtos cerâmicos (principalmente tijolos), de manufatura de objetos em concreto armado e, especialmente, de produtos oriundos da agropecuária (laticínios, frigoríficos e pequenas agroindústrias).

No município de São Miguel do Guaporé localiza-se a maior indústria da região, trata-se de uma planta frigorífica da JBS, uma multinacional brasileira que está entre as líderes mundiais da indústria de alimentos. Inaugurada na cidade de São Miguel do Guaporé no ano de 2009 como Guaporé Carnes, no ano de 2012 passou a fazer parte do Grupo JBS. A empresa emprega aproximadamente 900 trabalhadores de forma direta, abatendo aproximadamente mil cabeças de gado diariamente.

1.2.1 SOCIOECONOMIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

Na Região de São Miguel do Guaporé estão presentes territórios de povos e comunidades tradicionais e extrativistas que há muito ocupam a região, reproduzindo sua forma de vida e modo de relação com meio envolvente. São comunidades remanescentes quilombolas, povos indígenas e povoações de extrativistas. As formas de reprodução da vida e as atividades econômicas desenvolvidas por esses povos e populações tradicionais interessam a este estudo na medida em que também elas apontam caminhos de atuação do IFRO na região.

A) Povos indígenas

Dados coletados no sítio “Povos indígenas no Brasil”, do Instituto Socioambiental (ISA, 2020), nos permitem traçar um panorama dos povos indígenas que ocupam Terras Indígenas na Região de São Miguel, conforme Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Povos indígenas na Região de São Miguel do Guaporé

Amondawa
1.Terra Indígena que ocupa: TI Uru-Eu-Wau-Wau
2.População: 126 (2014)
<p>3.Localização: Os Amondawa têm uma aldeia junto ao Posto Trincheira, na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, localizada no estado de Rondônia, ao sul da capital Porto Velho [...] Segundo Tari, chefe dos Amondawa, o Posto Trincheira é local de habitação recente. Antes da chegada da chamada “frente de atração” da Funai, os Amondawa viviam nas proximidades do rio Cautário.</p>
<p>4.Língua: Os Amondawa falam a língua kagwahiva, da família linguística Tupi-Guarani. Essa língua é falada atualmente pelos Amondawa e também pelos Tenharim, Jiahui, Parintintin, Juma, Jupau (Uru eu wau wau) e Karipuna de Rondônia, povos que, além da língua, compartilham diversos elementos culturais, de organização social e casamentos, sendo conhecidos por “povos Tupi-Kagwahiva”.</p>

5. Organização social e política:

Os Amondawa se organizam em um sistema de metades, no qual toda pessoa pertence à metade do pai e deve se casar com alguém da metade oposta. Esse sistema de metades patrilineares e exogâmicas é característica dos vários povos de língua kagwahiva [...] Entre os Amondawa e Uru-eu-wau-wau (Jupaú) essas metades são denominadas Mutum- Nygwera e Arara. [...] Entre os Amondawa, cada chefe agrega um grupo local elementar. Quando um indivíduo funda uma nova aldeia torna-se chefe, papel que poderia não representar na aldeia anterior. Esse chefe é um sogro, já que dificilmente um homem aventura-se a fundar uma nova aldeia se não tiver condições de arregimentar seguidores para morar próximos dele: é necessário que seja um sogro com prestígio o bastante para levar consigo um conjunto razoável de aliados. Fundar um novo lugar torna o chefe a figura focal do grupo em formação; quem o segue, em geral genros, esperam dele condições mínimas, senão o abandonam. [...] O jogo político dá-se justamente no plano de constituição das alianças, em que se busca segurar os filhos homens e trazer genros para viver próximo.

6. Atividades produtivas:

Entre os Amondawa, os homens da aldeia saem pela manhã para o trabalho e passam o dia em grandes roças, principalmente de mandioca para a produção de farinha. As atividades econômicas dos Amondawa seguem o mesmo estilo dos grupos domésticos, mas alguns roçados estão voltados para produtos com inserção no mercado regional. Parte dos roçados dos Amondawa são roças de coivara com diversos produtos e parte são monoculturas como café, algodão, feijão e milho. Além das roças, os Amondawa possuem cerca de 30 cabeças de gado que pertencem a toda a comunidade. O gado vive solto, e muitas vezes invade os roçados destruindo as plantações. A pesca é colocada em plano secundário.

7. Cultura, cosmologia e mitologia:

Mbahira é referência central no cosmos Kagwahiva – ele que roubou o fogo e deu a cultura para os Kagwahiva. Foi, também, o primeiro aliado, e tornou-se o sogro prototípico. Suas ações vão desde o advento da cultura até iniciativas debochadas e depreciativas com seus companheiros, que tentam constantemente imitá-lo. [...] Outros personagens importantes do panteão Kagwahiva são os Yvaga, seres do céu. O mito de origem dos seres celestes nos conduz aos aspectos espaciais do cosmos Kagwahiva: o mito que narra a origem dos seres celestes é também o mito que aponta uma analogia possível para se entender a oposição presente no sistema de metades. [...] À Mbahira e aos Yvaga celestiais, opõem-se os Anhang, espíritos que vagam pela floresta. Enquanto os dois primeiros auxiliam o pajé em sessões de cura xamanística, os Anhang fazem o processo inverso, levando os vivos para morrer na mata. Com os Anhang não há relação possível.

Arikapú
1.Terra Indígena que ocupa: TI Rio Branco
2.População: 37 (2014)
<p>3.Localização:</p> <p>O ambiente tradicional dos Arikapú é a floresta tropical úmida. Segundo seus próprios relatos, sempre viveram nas cabeceiras do rio Branco. [...] os Arikapú habitavam até 1955 a margem esquerda e os afluentes esquerdos do rio Branco, acima de onde fica hoje a cidade de Alta Floresta d'Oeste [...], mas o contato com os não-indígenas contribuiu fortemente para o abandono de práticas culturais e para a sua dispersão em duas Terras Indígenas diferentes e separadas geograficamente. Atualmente, uma parte dos Arikapú reside com outros grupos indígenas na T. I. Rio Branco, ao sul de sua área tradicional. A outra parte vive com outros povos na T.I. Guaporé, a mais de 200 quilômetros a oeste em linha reta e cerca de 350 quilômetros pelo rio, na divisa com a Bolívia.</p>
<p>4.Língua:</p> <p>Até muito pouco tempo, a língua dos Arikapú permanecia praticamente desconhecida. Apesar disso, com base nas listas de palavras existentes, foi considerada desde a década dos 30, junto com a língua Djeoromitxí, como pertencente à família linguística Jabuti. [...] As línguas Jabuti são bastante diferentes das outras línguas da região do Guaporé e não pertencem às famílias linguísticas dos povos vizinhos, tais como Tupi, Nambikwara e Txapakura. [...] a família linguística Jabuti é provavelmente um ramo do tronco linguístico Macro-Jê. [...] As línguas Jabuti são muito semelhantes entre si, porém não são idênticas. Visto que os Arikapú e os Djeoromitxí são vizinhos próximos, é possível que suas línguas tenham se diversificado a partir de uma língua ancestral comum na região. É pouco provável que esta diversificação tenha ocorrido fora da região e que os falantes das duas línguas tenham migrado juntos para lá.</p>
<p>5.Organização social e política:</p> <p>Registra-se a atividade de pajelança. Os pajés Arikapú eram tradicionalmente conhecidos como os mais poderosos da região. Ainda hoje, o pajé mais respeitado pertence a esse grupo.</p>
<p>6.Atividades produtivas:</p> <p>Coleta, caça, pesca e agricultura de subsistência.</p>

7.Cultura, cosmologia e mitologia:

Em termos culturais, os Arikapú se aproximam bastante de outros grupos do sudoeste de Rondônia e com eles compartilham muitas características. [...] No que se refere à cultura material, alguns elementos atestam inequívoca similaridade entre os povos da região do Guaporé: a ausência do cultivo da mandioca “brava” e da farinha, na alimentação; o consumo da chicha de milho na alimentação regular e da chicha fermentada em ocasiões cerimoniais, e a confecção do marico. Trata-se de cestas de fibras de tucum, tecidas em pontos miúdos ou médios, podendo ter vários tamanhos e que não são só característicos como exclusivos dos grupos indígenas que habitam hoje a T. I. Guaporé e a T. I. Rio Branco. Um outro elemento cultural, além da confecção do marico, que poderia ser considerado exclusivo dos povos do rio Branco, Colorado e Mekens é a aspiração do pó de angico nos atos xamanísticos. [...] Pesca-se com arco e flecha; há pajés utilizando o paricá para curar, e ainda há as festas de chicha, ocasião em que se pintam com o urucum e o jenipapo, cantam e dançam de modo tradicional.

Aruá

1.Terra Indígena que ocupa: TI Rio Branco

2.População: 94 (2014)

3.Localização:

Os inúmeros grupos Tupi da margem direita do rio Guaporé permaneceram “desconhecidos” até o começo do século XX, porque estavam localizados sobretudo nas margens dos rios Branco, Terebitó e Colorado e afastados das margens do Guaporé. Somente se aproximaram desse rio após a desagregação das suas aldeias tradicionais no período da exploração da borracha. Informações sobre os Aruá foram tomadas junto a um único homem de cerca de 70 anos. Relatou que as aldeias aruá estavam situadas próximas do igarapé “Gregório”, afluente do alto rio Branco. Os caucheiros alcançaram os Aruá por volta de 1920 e pouco depois o sarampo praticamente os exterminou. Os que sobreviveram deixaram o território tradicional, indo viver no seringal São Luís.

4.Língua:

O aruá é parte da família linguística tupi-mondé. Atualmente, há cerca de 20 falantes da língua materna.

5.Organização social e política:

Ainda que as informações sobre os Aruá sejam mínimas, é interessante assinalar que a sociedade comportava, assim como outros grupos da região da bacia do Guaporé, divisões internas. Não ficou clara a natureza dessas subdivisões, sabe-se apenas que definiam a filiação, que era patrilinear.

6.Atividades produtivas:

Coleta, caça, pesca e agricultura de subsistência.

7.Cultura, cosmologia e mitologia:

Informação indisponível.

Djeoromitxí

1.Terra Indígena que ocupa: TI Rio Branco

2.População: 225 (2014)

3.Localização:

Os Djeoromitxí viviam tradicionalmente na região sul de Rondônia (RO). [...] os Djeoromitxí habitavam até 1955 a margem esquerda e os afluentes esquerdos do rio Branco, acima de onde fica hoje a cidade de Alta Floresta d'Oeste. [...] Após contatos regulares com não-indígenas, por volta do início do século 20, essa população sofreu grandes baixas demográficas e foi deslocada. De acordo com sua história oral, as cabeceiras do rio Branco são a área tradicional deles. Atualmente, residem nas regiões do rio Branco e do rio Guaporé [...] uma parte dos Djeoromitxí vive com outros grupos na T. I. Rio Branco, ao sul de sua área tradicional. A outra parte reside na T. I. Guaporé junto com outros povos, a mais de 160 quilômetros a oeste, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

4.Língua:

Até muito recentemente, a língua dos Djeoromitxí, assim como a de seus vizinhos Arikapú, permanecia praticamente não-documentada. Apesar disso, com base nas listas de palavras existentes, estas duas línguas eram consideradas, desde a década de 30, como pertencentes à família linguística Jabuti. [...] As línguas Jabuti são bastante diferentes das outras línguas da região do Guaporé e não pertencem às famílias linguísticas dos povos vizinhos, tais como Tupi, Nambikwara e Txapakura. [...] a família linguística Jabuti é provavelmente um ramo do tronco linguístico Macro-Jê. [...] As línguas Jabuti são muito semelhantes entre si, porém não são idênticas. Visto que os Arikapú e os Djeoromitxí são vizinhos próximos, é possível que suas línguas tenham se diversificado a partir de uma língua ancestral comum na região. É pouco provável que esta diversificação tenha ocorrido fora da região e que os falantes das duas línguas tenham migrado juntos para lá.

5.Organização social e política:

Há relatos que indicam, entre os Djeoromitxí, uma divisão em subgrupos territoriais identificados por nomes de diferentes espécies de palmeiras e de formigas. [...] Registra-se a atividade de pajelança.

6.Atividades produtivas:

Coleta, caça, pesca e agricultura de subsistência.

7.Cultura, cosmologia e mitologia:

Em termos culturais, os Djeoromitxí se aproximam bastante de outros grupos do sudoeste de Rondônia e com eles compartilham muitas características. [...] Os Djeoromitxí costumavam ocupar grandes malocas em forma de colmeia e sua subsistência baseava-se na pesca, caça, coleta de frutas e insetos, e agricultura de roçado. Plantavam milho, macaxeira, amendoim, inhame, banana, cabaça e criavam larvas comestíveis de várias espécies de insetos. Enterravam seus mortos dentro das casas, sentados e dentro de urnas funerárias de cerâmica, fechadas com tampas. Por cima do túmulo mantinha-se aceso durante dias uma fogueira para ajudar na preservação dos restos mortais. A família, quando mudava de casa, levava muitas vezes consigo as urnas para reenterrá-las na nova casa.

kanoê**1.Terra Indígena que ocupa:** TI Rio Branco**2.População:** 319 (2014)**3.Localização:**

Os kanoê encontram-se relativamente dispersos na região sul do Estado de Rondônia, próxima à fronteira com a Bolívia. É possível, contudo, reconhecer duas situações diferenciadas de contato com a sociedade envolvente entre os grupos dessa etnia. A grande maioria mora ao longo das margens do Rio Guaporé e caracteriza-se por uma antiga inserção no mundo dos “brancos”; em contraste com uma única família composta por três membros que habita o Rio Omerê, afluente do Corumbiara, que foi contactada pela Funai apenas em 1995, quando eram em cinco, e tem se mantido em relativo isolamento. Esses grupos kanoê, cada qual a seu modo, são marcados por histórias trágicas que resultaram numa significativa redução populacional. Hoje, lutam por sua sobrevivência física e cultural numa região vastamente ocupada por madeireiros, grileiros e outros agentes que não raro ameaçam a integridade e o usufruto exclusivo de suas terras.

4.Língua:

A língua Kanoê, também referida como Kapixaná (Kapishana) ou Kapixanã, é falada atualmente por apenas cinco pessoas. [...] Dos falantes de Kanoê, três idosos habitam a região às margens do Rio Guaporé, caracterizada, como dito, por um antigo e intenso contato com a população regional, sendo que os demais membros da etnia falam apenas o português. Já o grupo do Omerê, contactado em 1995, está reduzido a uma única família de quatro pessoas monolíngues em Kanoê. [...] A língua Kanoê tem sido classificada como “isolada” e alguns estudiosos supõem ser uma das línguas da família Nambiquara. [...] Do ponto de vista tipológico, o Kanoê é uma língua morfologicamente aglutinante, de modo que as palavras – principalmente os verbos – são formadas por sequências de partículas significativas.

5.Organização social e política:

Informação indisponível.

6.Atividades produtivas:

Os Kanoê são agricultores, caçadores, pescadores e coletores. Criam galinhas e porcos–do–mato (queixadas), fazem roças de mandioca, cana–de–açúcar, milho, cará, batata– doce, amendoim e fumo. Cultivam ainda bananas, mamões–papaia e abacaxi. Para a confecção de suas roças, o local é caprichosamente desmatado, queimado, destocado e capinado. As plantações parecem organizadas em setores específicos: cana–de–açúcar aqui, mandioca ali, amendoim acolá. O mesmo capricho revelam no trato dos animais que criam: as galinhas têm um galinheiro para protegê–las. Os porcos também têm duas casas cujas paredes foram feitas de toras de madeira fincadas lado a lado e cobertas por folhas de palmeira trançadas. [...] Outro traço que os caracteriza é a disposição para o trabalho.

7.Cultura, cosmologia e mitologia:

Desde antes do primeiro contato com a Frente de Contato, os Kanoê do Omerê usam vários colares multicoloridos feitos com material plástico. Também usam um chapéu típico, de mesmo formato do chapéu do homem branco, porém confeccionado com talas vegetais de palmeira entrelaçadas e, na aba, fitas de lona plástica preta. Além disso, por ocasião do contato já usavam algumas peças de roupas em tecido industrial (proveniente de sacos de juta), as quais eles mesmos confeccionaram. [...] No que diz respeito aos rituais, os Kanoê do Omerê fazem numerosas pajelanças e cerimônias, quando se cheira rapé de angico. Segundo Maldí, é característico entre os povos indígenas dessa região a atuação do xamã por meio desse alucinógeno: as sementes de angico são maceradas até virarem pó e misturadas com um tipo especial de fumo, cultivado para esse fim. Os xamãs também usam um léxico especial, aparentemente ininteligível aos não iniciados, e recitam durante o processo de cura.

Makurap

1.Terra Indígena que ocupa: TI Rio Branco

2.População: 579 (2014)

3.Localização:

Os Makurap vivem em Terras Indígenas localizadas no estado de Rondônia e em algumas cidades vizinhas. [...] Os Makurap historicamente têm uma posição de destaque no complexo interétnico da margem direita do Guaporé, tendo sua língua se convertido em “língua franca” desde o início do século XX, tempo em que o território tradicional desses grupos foi invadido por seringais, cujos padrões impuseram aos índios o regime de aviamento e a depopulação em razão de epidemias avassaladoras. Foram então confinados em áreas demarcadas para várias etnias e cujos perímetros não representam nem a sombra do território tradicional desses povos.

4.Língua:

A língua Makurap faz parte da família linguística Tupari, que, por sua vez, integra o tronco Tupi. Segundo a linguista Alzerinda de O. Braga, o português é hoje a língua de comunicação cotidiana entre a população jovem. Dos 75 Makurap que viviam no PI Guaporé no final da década de 1990, 45 ainda falavam a língua Makurap. Esta também é falada por muitos membros mais velhos dos outros grupos indígenas da região. Nas “chichadas” (festas com consumo coletivo de bebida fermentada de milho), os velhos dançam, brincam e falam em makurap independentemente de seu grupo étnico.

5.Organização social e política:

A organização social tradicional makurap incluía clãs nominados e patrilineares. [...] As subdivisões makurap se definiam também pela territorialidade. Nesse sentido, os informantes mais velhos foram capazes de determinar, com objetividade, um panorama das suas localizações ao longo do rio Colorado. Desse modo, o conjunto apresentado de 21 grupos nominados dividia-se entre dois outros, 10 na margem esquerda e 11 na margem direita desse rio. [...] Em relação ao parentesco, o modelo makurap é idêntico ao Jabuti. Um mesmo termo é usado para pai e irmão do pai, para mãe e irmã da mãe; por sua vez, há termos próprios para irmão da mãe e irmã do pai. Os avôs e as avós maternos e paternos recebem termos iguais, só havendo distinção de sexo. Há diferenciação na terminologia dos primos cruzados matrilineares e patrilineares, configurando, na terminologia ortodoxa, o típico modelo “sudanês”.

6.Atividades produtivas:

A base de subsistência dessa população são as roças, a pesca e a caça. [estudiosos fazem constar que] o trabalho nas roças envolve uma divisão de papéis, cabendo aos homens queimar e limpar o terreno, bem como preparar os orifícios em que as mulheres em seguida depositam as sementes, e posteriormente fazem a colheita, trazendo os produtos para a aldeia nos maricos.

7.Cultura, cosmologia e mitologia:

Como apontado por Denise Maldí, as sociedades indígenas situadas no lado oriental do rio Guaporé (Aruá, Ajurú, Aricapu, Jabuti, Makurap, Sacurabiap, Tupari) partilharam um complexo cultural com características bem definidas. As relações intersocietárias se davam, e ainda hoje ocorrem, sobretudo através de dois mecanismos: as festas de chicha e os casamentos. Nas festas de chicha, as aldeias se alternavam nos papéis de anfitriã/convidada, criando redes de solidariedade e reciprocidade, como ocorria também nas sociedades do oriente boliviano. [...] O xamanismo entre os Makurap, bem como nas demais sociedades da região oriental do Guaporé, se caracteriza pelo uso de um alucinógeno: as sementes de angico, que são maceradas até virarem pó e misturadas com um tipo especial de fumo, cultivado para este fim. [...] O uso do tabaco com pó de angico em situações que põe em causa a presença de espíritos, doenças ou alguma dificuldade é recorrente no repertório mítico macurap. [...] Festa de chicha – Hoje as festas tradicionais, segundo levantou o antropólogo Samuel Cruz (da ONG Kanindé), só ocorrem aproximadamente uma vez por ano. Mas Caspar comenta inúmeras vezes em sua obra a frequência com que os povos da região realizavam festas, que comumente duravam três dias inteiros, e quando se consumia uma imensa quantidade de chicha fermentada de mandioca ou milho. O consumo de chicha e carne de caça era entremeado por vômitos.

Oro Win**1.Terra Indígena que ocupa:** TI Uru-Eu-Wau-Wau**2.População:** 88 (2014)**3.Localização:**

Os Oro Win vivem nas cabeceiras do rio Pacaás Novos, perto do igarapé Água Branca e da serra dos Pacaás Novos. O seu território tradicional inclui o rio Pacaás Novos e seus afluentes, na confluência com o igarapé São João até as cabeceiras, e termina na serra dos Pacaás Novos. Cada subgrupo vivia em uma aldeia separada, mas os grupos mantinham entre si forte contato. Perto da segunda cachoeira, existiam as malocas dos Oro Masam. No médio igarapé Água Branca havia a maloca dos Oro Wan Am, que utilizavam a região do rio acima, até o rio Cautário, para coleta e pesca. As malocas dos Oro Towati' e dos Oro Kitam estavam situadas próximas à confluência do Pacaás Novos com o Água Branca, adjacente ao sítio atual do Posto Indígena São Luís. Foram nestes locais que os grupos foram encontrados em meados do século 20. [...] A ocupação de sua terra por outros grupos começou no início do século 20 com os Uru-eu-wau-wau que atravessaram a Serra dos Pacaás Novos, vindos do alto Jamari. Os seringueiros estabeleceram um seringal em seu território, primeiro no alto rio Cautário na década de 1940, depois, em 1963, surgiu o seringal São Luís. Os Oro Win foram forçados a trabalhar lá por quase vinte anos, antes de ir morar com os Wari'. Foi somente em 1991, com a expulsão do proprietário do Seringal São Luís, que puderam retornar a sua área tradicional. Atualmente esse antigo seringal abriga a maior parte da população oro win que, em 2010, somava mais de setenta pessoas. [atualmente] Os Oro Win moram na aldeia São Luís, local onde se encontrava o barracão e a sede do seringal de Manoel Lucindo, também chamado de seringal São Luís. Está situada na Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, em Rondônia, e a cidade mais próxima é Guajará-Mirim, localizada às margens do rio Mamoré. [...] Há também uma aldeia chamada de Pedreira, situada rio abaixo de São Luís, perto da confluência do igarapé São João com o rio Pacaás Novos. Nesta aldeia mora a família de um homem indígena do rio Guaporé que se casou com a segunda mulher mais velha dos Oro Win. Esse grupo autodenomina-se Cabixí ou Oro Win-Cabixí. No início do ano 2010 uma família oro win reocupou o sítio antigo do seringal Cristo Reis, entre as duas aldeias principais, e montou uma nova moradia.

4.Língua:

A língua do povo Oro Win pertence à família linguística Txapakura, juntamente com a língua falada pelos Wari', seus vizinhos mais próximos, contudo ambos os povos falam línguas diferentes. [...] Em 2010 a língua Oro Win era falada por somente seis pessoas, todas com mais de cinquenta anos de idade. A língua cotidiana nas aldeias é principalmente o Português, que quase todos os habitantes dominam. Alguns adultos, além dos seis falantes principais, têm uma proficiência limitada na língua Oro Win, com capacidades variáveis de compreensão e produção. Com exceção das pessoas que nasceram nas malocas um pouco antes do contato permanente com os seringueiros, a maioria dos semi-falantes nasceu nos seringais. Há pouca transmissão da língua às gerações mais jovens. Considerando a pequena população de falantes e o fato de que nenhuma criança está aprendendo a língua, podemos considerar a língua Oro Win em risco de desaparecimento.

5.Organização social e política:

Casamentos exogâmicos entre os subgrupos eram comuns, muitas vezes arranjados em dias de festa. Em casamentos endogâmicos costumava-se dar preferência aos primos cruzados.

6. Atividades produtivas:

A fonte de alimentação era basicamente a pesca e a caça, principalmente de porcos do mato, macacos, antas e aves da floresta. [...] Os Oro Win ainda mantêm o roçado, embora os cultivos tenham mudado desde os tempos do antes do contato. Tradicionalmente, eles plantavam principalmente milho, além de vários tipos de raízes alimentares como macaxeira, taioba, cará e batata doce.

7. Cultura, cosmologia e mitologia:

Duas narrativas são fundamentais na cosmologia oro win. A primeira diz respeito à origem da vida e à relação dos Oro Win com os Wari'. [...] Outro mito diz respeito ao menino maravilha, Oko' Jimi, e a origem do fogo. Para os Oro Win, quem detinha o fogo era o sapo. O bicho mostrava o fogo, mas sempre o engolia. Certa vez, um menino oro win, muito esperto, aproveitou que o sapo dormia e roubou o fogo. [...] Muitas outras histórias tradicionais envolvem a transformação dos seres humanos ancestrais em animais da floresta. As histórias mais conhecidas desta tradição contam sobre as origens da anta, do macaco preto, da arara, da queixada, do tamanduá e do gavião real. Outras histórias comuns envolvem as origens dos alimentos importantes do povo, como milho, taioba e castanha. [...] Diferente de alguns outros grupos txapakura da região, como os Wari' ou Cojubim, os Oro Win não praticavam antropofagia funerária. [...] Muitos outros rituais entre os Oro Win se concentraram aparentemente no combate de doenças e no fomento à fecundidade.

Tupari

1. Terra Indígena que ocupa: TI Rio Branco

2. População: 607 (2014)

3. Localização:

Segundo dados da ONG Kanindé, havia, em 2005, 329 Tupari na Terra Indígena Rio Branco, situada no município de Costa Marques, em Rondônia. Lá moram também os Makurap, Arikapu, Kanoê, Aikanã, Aruá e Djeoromitxí. [...] De acordo com a Funai, em 2005, havia 49 índios Tupari, distribuídos em sete famílias, na Terra Indígena Rio Guaporé, onde também vivem os grupos Wajuru, Aikanã, Aruá, Kanoê, Wari, Makurap, Mequém, Arikapu e Djeoromitxí. Essa TI está localizada no município de Guarajá-Mirim em Rondônia.

4. Língua:

Informação indisponível.

5. Organização social e política:

A regra de residência tradicional entre os Tupari é uxorilocal, o que quer dizer que o noivo passa a morar com seu sogro, precisando trabalhar para ele. Mas se o esposo for mais idoso, especialmente se for um líder, ele leva a jovem consigo. [...]

6. Atividades produtivas:

A agricultura consiste na principal atividade produtiva dos Tupari. [...] Além da roça, a caça, a pesca e a coleta são atividades que mobilizavam boa parte do cotidiano nas aldeias Tupari. [...] na década de 1980, a organização econômica dos Tupari foi descrita pelo indigenista Mauro Leonel como uma mistura de sua forma tradicional com a extração da borracha, a coleta e quebra da castanha para venda ou troca no mercado. Nessa época, operava o regime de barracão, em que os índios vendiam seu trabalho ou produtos da floresta pelas mercadorias trazidas da cidade e oferecidas nos barracões dos seringais e na cantina do Posto Indígena.

7.Cultura, cosmologia e mitologia:

O mundo dos mortos – [...] muito longe há “uma grande água e uma grande aldeia”, onde vivem os Tupari mortos... os Pabid. Ninguém os pode ver. Só os pajés podem visitar os Pabid em sonhos. E nas sessões de xamanismo os Pabid eram trazidos para a maloca. Quando um Tupari morre, as pupilas dos olhos saem-lhe do corpo e se transformam num Pabid. O Pabid não anda na terra como os homens vivos, faz a viagem para o reino dos mortos caminhando sobre o dorso de dois gigantes jacarés e duas imensas serpentes, um macho e outra fêmea. Os homens comuns não enxergam estes jacarés, só os pajés os veem em sonho. [...] Iniciação feminina – Quando uma menina ficava menstruada pela primeira vez, sua mãe comunicava o fato ao pajé superior. Erguia-se na maloca um tabique de folhas de palmeira e esteiras, atrás da qual a jovem ficava reclusa. Durante cinco dias ela não recebia nem água nem alimentos, até que o pajé benzesse uma jarrinha de chicha não fermentada para ela. E também nos meses subsequentes a chicha constituía o alimento principal da jovem. Em hipótese alguma ela podia tocar carne ou peixe. Não podia sair do compartimento, não podia tomar banho nem se lavar. Ela permanecia sentada no chão ou em sua pequena rede, fiando algodão, a fim de mais tarde tecer uma rede para seu marido. Se ela já tivesse marido, durante todo esse tempo não deveria vê-lo nem lhe falar.

Uru-Eu-Wau-Wau

1.Terra Indígena que ocupa: TI Uru–Eu–Wau–Wau

2.População: 123 (2014)

3.Localização:

Os Uru--Eu--Wau--Wau se autodenominam Jupaú e vivem na Terra Indígena Uru--eu-- wau--wau, onde vivem também os Amondawa, os Oro- Win (que pertencem à família linguística Txapakura), além de três grupos isolados: Yvyraparakwara, Jururey e um cujo nome é desconhecido. Encontram-se distribuídos em 6 aldeias (Limão, Alto Jamari, Linha 621, Linha 623, Aldeia Nova e Alto Jarú), nos limites da Terra Indígena, por questões de proteção e vigilância. [...] Tendo sido declarada de posse permanente dos índios em 1985 e revogada em 1990 pelo presidente José Sarney, a Terra Indígena Uru- Eu-Wau-Wau foi novamente homologada por decreto do então presidente Collor em 1991. A área tem a extensão de 1.867.117 ha. e encontra-se sobreposta ao Parque Nacional de Pacaás Novos, criado em 1979. [...] A terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau abrange parte da Serra dos Pacaás Novos e da Serra dos Uopianes. A primeira se distingue por conter o ponto mais elevado de Rondônia, o Pico do Tracoá, com 1.230 m de altitude; a segunda possui altitudes não superiores a 600m. As paisagens são diversificadas e o relevo ora se apresenta em forma de colinas com ou sem mata, ora sob forma de chapadas tabulares e relevos residuais (inselbergs), muitas destas contendo cavernas. [...] A área detém uma rica diversidade biológica e espaços intocados. Também é o berço das águas de pelo menos 12 sub-bacias hidrográficas de Rondônia. [...] Na história da Terra Indígena, ocorreram sucessivas invasões, tanto por parte de madeireiros e seringueiros, quanto por camponeses em busca de terras. As invasões se intensificaram a partir dos anos 80 e persistem até hoje. [...] Em 1980 foram localizados 11 tapiris e roças no rio Jamari e próximas aos campos do Comandante Ary (Alta Lídia). Também foram encontrados acampamentos à margem esquerda do Urupá, próximo à BR 429, e em 1984 uma aldeia no Urupá e outra em São Miguel; além de acampamentos na serra do Tracoá, divisor Jamari/Candeias, no Ricardo Franco, Muqui, Igarapé Pombal, Jarú, Cautário, São Miguel, Ouro Preto, Água Branca e na Serra dos Pareci/Pacaás Novos.

4.Língua:

Informação indisponível.

5.Organização social e política:

Como os demais povos Kawahib, os Jupaú estão divididos em grupos de parentesco, cada qual com um chefe, organizados em duas metades: Mutum e Arara. Antes do contato possuíam grande mobilidade espacial, havendo aldeamentos fixos em determinadas épocas do ano e acampamentos temporários ou tapiris, espalhados por toda área de ocupação. As aldeias eram construídas em pequenas clareiras abertas na mata. [...] Os casamentos são tradicionalmente poligâmicos e se dão entre as duas metades, de modo que Mutum só casa com Arara. Os matrimônios são realizados entre primos cruzados: o rapaz casa com a filha do irmão da mãe. Nos últimos anos, devido à escassez de mulheres e à influência do contato com os não índios, as relações têm se tornado monogâmicas, havendo inclusive casos de poliandria. Devido a essa solução, os homens têm ido morar com as mulheres ao se casarem.

6.Atividades produtivas:

A caça é uma atividade masculina e ocorre próxima às aldeias, em trilhas habituais, em barreiros, numa distância de aproximadamente 3 a 5 km. Também são formados grupos para caçadas em locais mais distantes. [...] A pesca é uma atividade realizada tanto pelo homem quanto pela mulher. Os homens utilizam arco e flecha, arpão e redes malhadeiras durante a pescaria. [...] Em suas roças plantavam milho, macaxeira, batata doce, cará e algodão. Produziam a farinha e o cauim de macaxeira. Não utilizavam fumo e, conforme os registros, um não índio que conviveu com eles na década de 40 conseguia tabaco com os seringueiros.

7.Cultura, cosmologia e mitologia:

Os Jupaú acreditam que existem vários espíritos na floresta, aos quais dão diversas denominações e contam relatos sobre suas atuações e como estes influenciam na vida da comunidade. [...] Jupaú e Amondawa costumam cantar à noite para espantar os inimigos com seus gritos ou lembrar os entes queridos mortos. Também dançam em suas diversas festas. A festa do milho chama-se Ipuã e outra festa bastante conhecida é o Yyeruá. Nesta, os homens tocam taboca, carregando suas flechas, onde os arcos são retesados como se fossem fazer o lançamento das mesmas. As mulheres, em certo momento da festa, dançam agarradas em seus braços. Em certos momentos são dados gritos que tradicionalmente têm uma conotação guerreira. [...] Em momentos rituais, os índios pintam o corpo com urucum, e em guerra pintam o peito com jenipapo num formato de "X", que se assemelha a um pássaro com asas abertas. Tatuam a face, com um risco da boca à orelha em volta dos lábios. Talvez por isso já tenham sido conhecidos com o nome de "Boca-Preta". [...] As mulheres tatuam em volta da boca um desenho em formato circular, que costumam dizer que é a representação de uma cobra grande. A tatuagem facial tanto de homens como de mulheres era tradicionalmente feita durante o ritual do casamento. Diante, porém, de tantas transformações que vêm sofrendo os povos Jupaú e Amondawa, os homens deixaram de tatuar-se. As mulheres ainda o fazem, pois acreditam estarem assim protegendo maridos e filhos durante as caçadas.

Fonte: Povos indígenas no Brasil – Rondônia (ISA, 2020)

*Os textos dos campos 2 a 7 são citações diretas de ISA (2020). Em virtude da organização do texto, excepcionalmente, dispensamos o uso de aspas. Como foi utilizado unicamente essa fonte de pesquisa (por se considerar a mais completa e confiável), pode ocorrer de alguns campos não serem preenchidos para algum povo indígena, isso se deve à ausência da informação na fonte pesquisada.

Além desses povos indígenas, outros povos também ocupam territórios na Região de São Miguel do Guaporé, como os Aikanã (TI Rio Branco) e os isolados: Massacos (TI Massaco), Isolados Bananeira, Isolados do Cautário e Isolado do Rio Muqui (TI Uru–Eu– Wau–Wau). Também há notícia de vários povos indígenas desaldeados vivendo em cidades e povoados da região.

É preciso ter em consideração a presença de povos indígenas na região de atuação do campus, com vistas à reserva de vagas a alunos indígenas e à implementação de ações e projetos de ensino, pesquisa e extensão específicos às demandas desses povos.

Outras possibilidades são parcerias com organizações responsáveis pelo acompanhamento a assessoramentos desses povos, como a FUNAI, a SEDAM, o ICMBio e outras organizações nacionais e internacionais.

B) Comunidades Remanescentes Quilombolas

O Vale do Guaporé compreende uma região que abrange os estados de Mato Grosso e Rondônia com ocupação por população quilombola que remete ao século XVIII, conforme documentos do Arquivo Público de Mato Grosso – APMT (ROSA, 2008).

O art. 2º do Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, define comunidade remanescente quilombola como “grupos étnico–raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

Apoiadas nos arts. 215 e 216, e no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88, a partir dos anos 2000 comunidades tradicionais do Vale do Guaporé passaram a reivindicar o reconhecimento de sua remanescente quilombola.

Na região pesquisada estão presentes seis comunidades remanescentes quilombolas certificadas pela Fundação Palmares, sendo elas: Rolim de Moura do Guaporé, Jesus, Santo Antônio, Pedras Negras, Santa Fé e Forte Príncipe da Beira.

A regularização do território das comunidades, direito a elas

garantido pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88, tem sido a principal reivindicação e luta dessas comunidades. Atualmente, apenas as comunidades de Jesus e Santa Fé têm o seu território titulado pelo INCRA. No entanto, a falta de titulação do território não constitui impedimento para o acesso a políticas públicas.

Uma característica das comunidades quilombolas guaporeanas é serem compostas por população multiétnica. É comum haver numa comunidade além das populações negras, também indígenas, imigrantes bolivianos e ribeirinhos brancos.

O Quadro 2 reúne informações resumidas das seis comunidades remanescentes quilombolas presentes na área pesquisada.

Quadro 2 - Comunidades Remanescentes Quilombolas na Região de São Miguel do Guaporé

Comunidade Quilombola Rolim de Moura do Guaporé
1. Famílias: 60 (CONAQ, 2019)
2. Localização: município de Alta Floresta d'Oeste
<p>3. Outras informações:</p> <p>O acesso à comunidade se dá a partir da cidade de Alta Floresta d'Oeste pela RO-135, por aproximadamente 165 km, seguindo pelo Rio Mequéns por mais 15 km, aproximadamente. (COTA et. al, 2019)</p> <p>A economia da comunidade é baseada na agricultura de subsistência e, particularmente, no ecoturismo, uma vez que a comunidade é um dos principais destinos do estado de Rondônia para a pesca esportiva. No território da comunidade estão instaladas pousadas e são comuns casas de veraneio de propriedades de pessoas que residem fora da comunidade, que as ocupam apenas no período propício à pesca. (COTA et. al, 2019)</p>
Comunidade Quilombola Jesus
1. Famílias: 12 (INCRA, 2020)
2. Localização: municípios de São Miguel do Guaporé e Seringueiras

3. Outras informações:

A comunidade está localizada à margem esquerda do Rio São Miguel, entre as áreas do Projeto de Colonização Agropastoril Primavera e da Reserva Biológica da Bacia do Guaporé – REBIO Guaporé. O acesso se dá pelas sedes dos dois municípios, por estradas vicinais de terra. Partindo da cidade de São Miguel do Guaporé, segue-se pela LH 78 Sul, por aproximadamente 116 km, e por Seringueiras por aproximadamente 77 km.

A comunidade é formada por pessoas de uma única família: do casal Seu Jesus e Dona Luiza. As residências dos membros da comunidade estão distribuídas em três núcleos habitacionais, sendo dois deles acessados por terra e um pelo rio São Miguel.

A comunidade pratica a agricultura de subsistência, a criação de animais, a caça e a pesca. A proximidade com as fazendas do Setor Primavera impacta o modo de vida da comunidade.

Comunidade Quilombola Santo Antônio

1. Famílias: 18 (CONAQ, 2019)

2. Localização: município de São Francisco do Guaporé

3. Outras informações:

A comunidade situa-se na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, na confluência dos rios São Miguel e Guaporé. De acordo com Teixeira et. al. (2008), a comunidade foi formada por ex-escravos que trabalhavam na construção do Real Forte Príncipe da Beira e teriam fugido para aquela região. O mesmo pesquisador também levanta a hipótese de que negros de quilombos que existiam na região de Vila Bela da Santíssima Trindade como Piolho, Joaquim Teles, Mutuca, destruídos em 1795, assim como outros negros provenientes de quilombos instalados nos territórios do Reino de Castela (margem esquerda do Rio Guaporé) também teriam chegado à região onde hoje situa a comunidade.

Uma das principais lutas da comunidade é pelo reconhecimento do seu território. A criação da Rebio Guaporé em 1982 se fez com a sobreposição em seu território, o que tem dificultado o processo de reconhecimento.

Como as demais comunidades remanescentes quilombolas, em Santo Antônio se pratica a agricultura de subsistência, a criação de animais, o extrativismo e a pesca.

Comunidade Quilombola Pedras Negras
1. Famílias: 26 (INCRA, 2020)
2. Localização: município de São Francisco do Guaporé
3. Outras informações <p>A comunidade está localizada à margem direita do Rio Guaporé, acima da cidade de Costa Marques. A exemplo da Comunidade Santo Antônio, a hipótese mais aceita é que esta comunidade também tenha se formado a partir do século XVIII com a destruição dos quilombos que existiam na região de Vila Bela da Santíssima Trindade, bem como por negros vindos do território onde atualmente é a Bolívia.</p> <p>De todas as comunidades quilombolas é a que se encontra mais isolada, pois o acesso se dá unicamente por água (de 3 a 5 horas de voadeira) ou pelo ar, em pequenos aviões.</p> <p>Como na Comunidade Rolim de Moura, o ecoturismo relacionado à pesca esportiva tem se configurado como importante atividade econômica para a comunidade, que tem se organizado para receber turistas. Alguns membros da comunidade vêm se capacitando para a exploração do ecoturismo, com serviços de hospedagem, guia turístico e pilotagem de embarcações.</p>

Comunidade Quilombola Santa Fé

1. Famílias: 41 (INCRA, 2020)

2. Localização: município de Costa Marques

3. Outras informações:

A Comunidade Quilombola de Santa Fé é a comunidade mais próxima a um núcleo urbano dentre todas as da região pesquisada, está a apenas 7 km da cidade de Costa Marques, à margem direita do Rio Guaporé, e o acesso se dá por estrada sem pavimentação ou pelo Rio Guaporé.

Relatos da população local indicam que a comunidade teria surgido muito antes do surgimento da cidade de Costa Marques, quando alguns ex-escravos, vindos da região mineira de Vila Bela, instalaram-se na localidade (CPT, 2019).

Santa Fé, juntamente com Jesus, são as duas únicas comunidades de remanescentes quilombolas do Vale do Guaporé que já receberam do INCRA a titulação de seus territórios.

Em razão da proximidade com a cidade de Costa Marques, a comunidade viveu constante assédio sobre suas terras, chegando a sofrer violência em uma das oportunidades, com incêndio de suas casas (Almeida, 2009), situação que só cessou com a titulação do território em 2018.

Assim como em todas as demais, o modo de vida em Santa Fé acompanha os hábitos e costumes do ribeirinho amazônico, com exploração de agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte, pesca e extrativismo.

Comunidade Quilombola Forte Príncipe da Beira
1. Famílias: 117 (CONAQ, 2019)
2. Localização: município de Costa Marques
3. Outras informações: <p>A comunidade está localizada a aproximadamente 26 km da cidade de Costa Marques, à margem direita do Rio Guaporé, e o acesso se dá por via terrestre, em estrada sem asfaltamento ou pelo Rio Guaporé. Ela foi certificada pela Fundação Palmares em 2005, contudo a regularização do seu território tem sido questionada pelo Exército Brasileiro, que mantém um pelotão na localidade, em razão das instalações da fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira.</p> <p>Relatos indicam a presença de população negra na localidade anterior às atividades de construção da fortaleza, além de documentos históricos que confirmam o uso de mão de obra escrava na construção das duas fortalezas que foram erguidas na localidade: o Forte de Bragança (antigo Forte Nossa Senhora da Conceição), que fora abandonado depois de uma inundação, e o Real Forte Príncipe da Beira. (anais de Vila Bela apud AMADO e ANZAI, 2006).</p> <p>Após a fortaleza ter sido abandonada por décadas, em 1932 os militares instalaram ao seu lado o Contingente Especial de Fronteira de Forte Príncipe da Beira (FARIAS JR, 2011) e se mantém na localidade desde então.</p> <p>Os membros da comunidade exploram a agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte, a pesca e algumas atividades ligadas ao turismo, como guia às ruínas locais e pilotagem pelo Rio Guaporé.</p>

Levantamento de atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades remanescentes quilombolas Jesus, Santo Antônio e Pedras Negras, para a safra 2015/2016, publicado em Pacheco (2016), resultou nas seguintes informações:

Tabela 12- Atividades produtivas da Comunidade Quilombola Jesus (safra 2015/2016)

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	frutos e sementes	açaí, patuá, castanha, bacuri, bacupari, goiaba araçá, jatobá, tucumã, marajá, cupuaçu do mato	acerola, ingá, urucum, manga, banana, melancia, abacaxi e laranja.
	plantas e legumes	-	cará, jambu, abóbora, milho e feijão
	seivas e óleos	látex e copaíba	-
	caça e pesca	peixes e quelônios	-
Geração de renda, principalmente	plantas e legumes	-	mandioca e farinha de mandioca
	culturais	biojoias em coco; canoas e remos em madeira	-
Total de produtos		15	15

Fonte: Pacheco 2016, p. 28.

Tabela 13 - Produção da Comunidade Quilombola Jesus (safra 2015/2016)

Produtos	Número de famílias produtoras	Famílias produtoras safra 15/16	Quantidade produzida safra 15/16
Farinha	06	03	12.600kg
Feijão	04	02	30kg
Milho	04	02	320kg
Pesca	13	13	Sem registro
Canoa	04	04	Sem registro
Remo	04	04	Sem registro
Anel	04	04	Sem registro

Fonte: Pacheco 2016, p. 28.

Tabela 14 - Atividades produtivas da Comunidade Quilombola Santo Antônio (safra 2015/2016)

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	frutos e sementes	-	limão, goiaba, caju, manga, abacaxi, laranja, cupuaçu, toranja, melancia, banana, urucum
	plantas e legumes	-	maxixe, feijão, tomate, milho, cana, quiabo, abóbora, hortaliças
	seivas e óleos	-	-
	caça e pesca	peixes	-
Geração de renda, principalmente	plantas e legumes	-	farinha de mandioca
	culturais	-	-
Total de produtos		1	20

Fonte: Pacheco 2016, p. 33.

Tabela 15 - Produção da Comunidade Quilombola Santo Antônio (safra 2015/2016)

Produtos	Número de famílias produtoras	Famílias produtoras safra 15/16	Quantidade produzida safra 15/16
Farinha	14	14	12.000kg
Milho	14	14	Sem registro
Cana	03	03	Sem registro
Banana	14	14	Sem registro
Laranja	14	14	Sem registro
Hortaliças	14	14	Sem registro

Fonte: Pacheco 2016, p. 34.

Tabela 16 - Atividades produtivas da Comunidade Quilombola Pedras Negras (safra 2015/2016)

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	frutos e sementes	ingá, bacuparí, totaí, cupuaçu, artesanato	caju, cajá, goiaba, mamão, cacau, limão, abacate, milho, café, arroz, feijão preto
	plantas e legumes	-	mandioca
	seivas e óleos	-	-
	caça e pesca	peixes, quelônios, paca, cateto	-
Geração de renda, principalmente	frutos e sementes	castanha, manga e toranja	urucum
	plantas e legumes	-	-
	culturais	turismo	-
Total de produtos		13	13

Fonte: Pacheco 2016, p. 36.

Tabela 17 - Produção da Comunidade Quilombola Pedras Negras (safra 2015/2016)

Produtos	Número de famílias produtoras	Famílias produtoras safra 15/16	Quantidade produzida safra 15/16
Castanha	30	19	52.500kg
Turismo	03	03	100 diárias
Urucum	06	06	510kg
Manga	20	20	Sem registro
Toranja	20	20	Sem registro

Fonte: Pacheco 2016, p. 37.

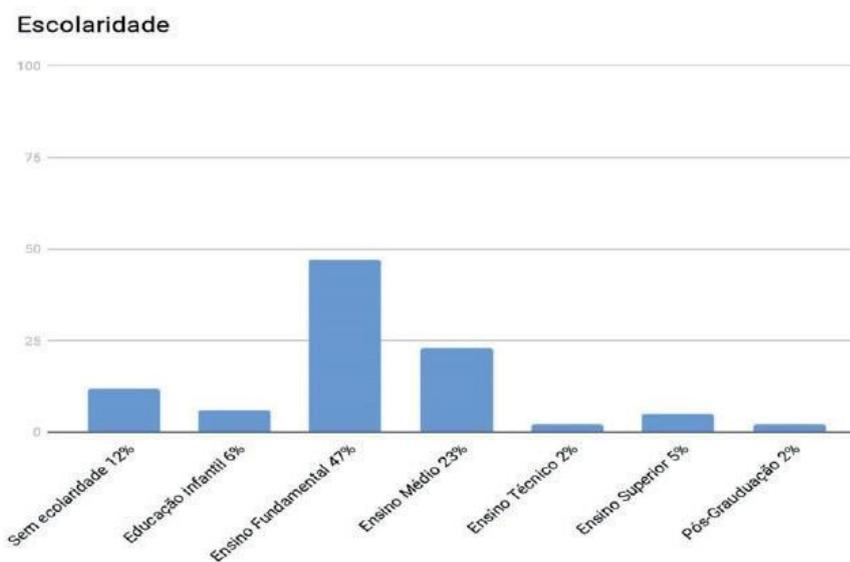
Esses registros evidenciam a prática de agricultura de subsistência pelas comunidades, com comercialização de excedentes e de alguns produtos do extrativismo, como meio de subsistência comum a praticamente todos os membros das comunidades quilombolas guaporeanas. As comunidades Rolim de Moura, Pedras Negras e Forte Príncipe da Beira também têm buscado explorar o ecoturismo como nova alternativa de fonte de renda para as famílias que lá habitam.

Embora as comunidades tradicionais tenham procurado resistir aos ataques ao seu modo de vida, estudo realizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ em Rondônia (CONAQ, 2019) apontou que 55% das famílias das comunidades quilombolas do Vale do Guaporé têm algum membro residindo fora da comunidade, a maioria (44%) para estudar, seguido por (36%) para trabalhar.

O mesmo estudo revela outro dado que merece atenção: apenas 21% dos que residiam fora da comunidade retornaram, e a justificativa para o não retorno é a falta de melhores oportunidades para trabalhar e estudar. (CONAQ, 2019, p. 16)

O capítulo do estudo sobre escolarização revela o enorme desafio em ampliar o acesso dos membros das comunidades aos níveis mais elevados de educação. De acordo com o texto do documento (CONAQ, 2019, p. 40), foram entrevistados 1.010 membros das comunidades remanescentes quilombolas Santo Antônio, Santa Cruz, Forte Príncipe da Beira, Pedras Negras, Laranjeiras, Santa Fé, Rolim de Moura de Guaporé e Tarumã sobre o nível de escolaridade, dos quais 391 não responderam, chegando-se ao seguinte resultado:

Gráfico 7 - Escolarização de membros das comunidades remanescentes quilombolas



Fonte: CONAQ (2019)



Observa-se que praticamente metade dos entrevistados estudou apenas até o ensino fundamental, evidenciando o déficit educacional a que estão submetidos. Importante destacar o baixo número de pessoas com formação em nível superior e nível técnico, níveis de atuação dos Instituto Federais de Educação.

Um elemento para a compreensão do modo de reprodução social e da vida nas comunidades quilombolas é sua relação com o território. No caso das comunidades quilombolas guaporeanas, seus membros herdaram de seus ancestrais um modo de relacionar-se com o meio envolvente que remontam a séculos de ocupação, reproduzindo-se socialmente como ribeirinhos amazônicos em comunidades multiétnicas, construindo e reconstruindo uma memória coletiva que os “(...) articulam em torno da terra, da etnia e do território” (CARRIL, 2017) e lhes configura uma identidade social.

Dessa forma, ao implementar políticas públicas para essas comunidades, sejam de educação ou de qualquer outra área da administração pública, é fundamental ter em consideração o modo como se relacionam com o meio envolvente (especialmente com o rio e a floresta), como produzem sua vida e se reproduzem socialmente. Embora pratiquem a agricultura de subsistência, os membros das comunidades têm compreensões do meio e se relacionam com a terra de forma diferente que os agricultores familiares, por exemplo.

O mesmo vale para as questões relacionadas com a economia nas comunidades. Os membros das comunidades quilombolas se organizam em associações para representá-los, disso se pode inferir a predominância por empreendimentos econômicos solidários. A II Conferência Nacional de Economia Solidária – II CONAES assim definiu esses empreendimentos:

(...) os Empreendimentos Econômicos Solidários são aquelas organizações:

Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados. Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica. Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização. Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares) de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. (CONAES, 2010, p. 23)

A reciprocidade ainda figura entre os fundamentos econômicos nas comunidades quilombolas (BRASIL, 2013, p. 134) o que, de alguma forma, justifica a predominância de empreendimento econômicos solidários, e isso desafia as instituições públicas à implementação de políticas públicas de apoio a essas comunidades sob essa perspectiva.

No caso das comunidades quilombolas guaporeanas, o ecoturismo tem se revelado uma alternativa econômica com muito potencial, sobretudo a pesca esportiva. De acordo com Cota et. al (2019, p. 44) “A região ecológica do Vale do Guaporé é o quinto destino nacional da pesca esportiva, e o segundo polo turístico no estado [de Rondônia]”. Considerando que todas as comunidades quilombolas do Vale do Guaporé estão localizadas às margens do Rio Guaporé e de seus afluentes São Miguel e Mequéns, há a possibilidade de oferta de capacitação aos membros dessas comunidades envolvendo-os em cursos, atividades de extensão e projetos de pesquisa que visem à exploração dessa potencialidade.

Nos limites entre a área da Comunidade Quilombola de Jesus e da REBIO Guaporé há a Lagoa Preta, maior lagoa formada por águas vazantes do Rio São Miguel, medindo aproximadamente quatro mil metros de comprimento, por mil e quinhentos metros de largura (medidas aproximadas obtidas através de medição realizada por meio do software “Google Earth”), que constitui, juntamente com o Rio São Miguel, um potencial de exploração do turismo ecológico para aquela comunidade. A região, inclusive, já foi objeto de especulação por parte de empresários para a instalação de complexo turístico. (DEMICIO, 2012, p. 77)

Os membros das comunidades quilombolas guaporeanas constituem um público que, em regra, são precariamente assistidos por políticas públicas, sobretudo por cursos regulares de educação formal, constituindo um campo em potencial para atuação do Instituto Federal de Educação de Rondônia, Campus São Miguel do Guaporé.

C) Povos e comunidades tradicionais em Reservas Extrativistas

Permanece ainda no imaginário coletivo e no senso comum a ideia segundo a qual todas as Unidades de Conservação são áreas despovoadas, destinadas apenas à conservação e reprodução da fauna e flora presentes, o que não corresponde totalmente com a verdade, uma vez que a legislação



(Lei 9.985, art. 7º, II, §2º) estabeleceu um grupo de Unidade de Conservação com possibilidade de “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Trata-se das Unidades de Uso Sustentável, onde é possível a permanência (já que normalmente a presença das comunidades antecede a criação das unidades) de povos e comunidades tradicionais que exploram de forma sustentável os recursos naturais. O grupo Unidades de Uso Sustentável é constituído de sete categorias, dentre elas, as Reservas Extrativistas (Resex), que, de acordo com o art. 18 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, são unidades de conservação assim definidas:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade. (BRASIL, 2000)

Na região de influência do campus São Miguel do Guaporé há, de acordo



com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental, do governo do estado de Rondônia, três RESEXs: RESEX Curralinho (Costa Marques), RESEX Pedras Negras (São Francisco do Guaporé e Alta Floresta d'Oeste) e RESEX do Rio Cautário (Costa Marques). Das três, a RESEX do Rio Cautário é a que possui o maior volume de dados a respeito da ocupação e exploração. A respeito das demais, os dados ainda são muito escassos.

RESEX do Rio Cautário

O que estamos denominando como RESEX do Rio Cautário corresponde a uma área que compreende a junção de duas RESEXs: a Reserva Estadual Extrativista do Rio Cautário (criada por meio do Decreto 7028, de 08 de agosto de 1995 – município de Costa Marques) e a Reserva Federal Extrativista do Rio do Cautário (criada por meio de decreto presidencial em 07 de agosto de 2001 – município de Guajará-Mirim). A gestão da Resex é dividida entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM/RO (Resex estadual) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (Resex federal).

O acesso à Resex se dá por via terrestre (principalmente) e fluvial. Por via terrestre o acesso se dá pela BR 429, seguindo pelo Ramal Canindé, quilômetro 32. Por via fluvial, o acesso se dá a partir da foz do Rio Cautário, no Rio Guaporé.

A área das atuais RESEXs historicamente fora ocupada por famílias de seringueiros que há décadas exploram a área. De acordo com Dias (2014, p. 21), a reserva estadual foi criada a partir da junção dos seringais “Ouro Fino, Renascença e Canindé”. Censo realizado pela SEDAM em 2011 apontou que 194 pessoas, divididas em três comunidades: Ilha (ou Jatobá), Canindé e Laranjal, habitavam a reserva estadual (RONDÔNIA, 2016b). Já na reserva federal há, de acordo com Belchior (2011), apenas uma comunidade: a Cajueiro, com cerca de 60 pessoas.

No ano de 2016, foi concluído o Plano de Manejo da reserva (RONDÔNIA, 2016a), estudo realizado em cooperação técnica entre o Fundo Brasileiro de Biodiversidade – FUNBIO, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM e a Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé. O estudo é relevante por apresentar dados socioeconômicos e ambientais da reserva e constitui num documento fundamental para orientar a exploração sustentável dos recursos naturais da RESEX por parte da população que a habita.

O encarte 3 do Plano de Manejo apresenta um planejamento de geração de renda a partir das cadeias produtivas recomendadas, envolvendo subprogramas de Manejo Florestal Comunitário e Reflorestamento; Manejo de Fauna Silvestre e Exótica; de Agricultura; e de Uso Público – Ecoturismo, além de Programa de Qualidade de Vida dos Extrativistas, com subprogramas de Saúde e Educação, dentre outros. (RONDÔNIA, 2016c)



De acordo com esse encarte do Plano de Manejo, naquele ano não existia nenhuma escola funcionando dentro da reserva (RONDÔNIA, 2016c, p. 50), sendo os alunos transportados para estudar em escolas fora da reserva. O documento aponta a necessidade de, entre outras coisas, implementar ações de capacitação aos professores que atendem os alunos residentes na reserva, com a temática ambiental, uso sustentável e preservação da biodiversidade. O IFRO, Campus São Miguel do Guaporé, certamente teria muito a contribuir com essas ações de capacitação, tanto aos professores quanto aos próprios extrativistas.

Outro aspecto de interesse para o IFRO diz respeito à pesquisa e extensão. Dado que na área da reserva é permitida a pesquisa (evidentemente com prévia autorização dos órgãos responsáveis pela administração e pelas organizações representativas dos extrativistas), ela certamente constitui uma área de interesse às atividades de pesquisa e extensão do Campus.

De acordo com Rondônia (2016a), os extrativistas da RESEX do Rio Cautário se organizam e se representam por meio da Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé - AGUAPÉ, sita à Rua Chianca s/n, centro, Costa Marques/RO, e da Cooperativa dos Extrativistas Estadual e Federal da Reserva (COOPERC), de forma que estas organizações constituem contatos para o acesso à reserva e para consultas a respeito da possibilidade de desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão na área da reserva, assim como são potenciais parceiras para a implementação dessas ações.

Levantamento de atividades produtivas desenvolvidas na Resex do Rio Cautário, publicado em Pacheco (2016), para a safra 2015/2016, resultou nas seguintes informações:

Tabela 18 - Atividades produtivas da Resex Rio Cautário (safra 2015/2016)

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	frutos e sementes	açaí, buriti, cacau, camu-camu, patoá, tucumã	limão, laranja, banana, lima, mamão, abacaxi, café
	plantas e legumes	cipós (timbó, titica e ambé), plantas medicinais	cará, abóbora
	seivas e óleos	mel	-
	caça e pesca	mamíferos, peixes e quelônios	-
Geração de renda, principalmente	frutos e sementes	castanha, urucum	melancia, cana
	seivas e óleos	látex, copaíba	
	plantas e legumes	-	mandioca, milho, feijão
Total de produtos		15	14

Fonte: Pacheco 2016, p. 55.

Tabela 19 - Produção da Resex Rio Cautário (safra 2015/2016)

Produtos	Número de famílias produtoras	produtoras safra 15/16	Quantidade produzida safra 15/16
Castanha	73	70	167.175kg
Farinha	44	39	9.404kg
Látex	26	22	6.987kg
Copaíba	21	20	435 litros
Açaí	61	61	Sem registro

Fonte: Pacheco 2016, p. 56.

Como se percebe, os extrativistas da Resex do Rio Cautário desenvolvem significativa atividade econômica e seu modo de vida, além da própria Resex em si, certamente constituir-se em potencial campo para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em conjunto, as atividades socioeconômicas dos Povos e Comunidades Tradicionais presentes na região de influência do Campus São Miguel do Guaporé representam importante parcela da produção econômica na região. Levantamento realizado sobre a cadeia produtiva nos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais no centro sul de Rondônia (PACHECO, 2016), para a safra 2015/2016, dão uma dimensão da produção econômica dessas comunidades. De acordo com os autores do estudo, a cadeia produtiva desses povos e comunidades tradicionais envolve a produção/coleta de aproximadamente 25 produtos, com destaque para a castanha-do-brasil, farinha de mandioca, banana, mandioca e artesanato. (PACHECO, 2016, p. 20)

No estudo, os autores estimam uma renda bruta produzida por esses povos e comunidades superior a 2 milhões na safra 2015/2016.

Tabela 20 - Produção parcial dos Povos e Comunidades Tradicionais safra 2015/2016*

Produtos	PCTs produtores	Qtd vendida (kg)	Preço médio mais frequente	Renda bruta/família	Renda bruta total	Participação renda bruta total
Castanha	5 indígenas 1 quilombola 1 extrativista (Total = 7)	483.450	R\$3,67	R\$4.747	R\$1.775.266	83%
Farinha de mandioca	4 indígenas 3 quilombolas 1 extrativista (Total = 8)	50.628	R\$3,84	R\$1.092	R\$194.338	9%
Banana	5 indígenas 2 quilombola (Total = 7)	37.950	R\$1,68	R\$423	R\$63.933	3%
Mandioca	2 indígenas 2 quilombolas (Total = 4)	10.790	R\$0,33	R\$163	R\$3.590	0,2%
Outros					R\$91.767	4,3%
					TOTAL R\$2.128.894	100%

Fonte: Pacheco 2016.

* Os autores levantaram esses dados juntos aos seguintes povos e comunidades: Povo Karo Rap Arara e Povo Ikolen Gavião (TI Igarapé de Lourdes); Povo Paiter Suruí (TI Sete de Setembro); Povo Cinta Larga e Povo Apurinã (TI Roosevelt); Povos do TI Rio Branco; Resex Rio Cautário; Comunidades Remanescentes Quilombolas de Pedras Negras, Santo Antônio, Jesus e Laranjeiras.



Seja em razão da produção e da contribuição para o desenvolvimento econômico da região ou ainda pelo que significam em termos de preservação de seu meio de vida e da relação que estabelecem com meio envolvente, o fato é que os Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Guaporé não podem ser ignorados ao se implantar na região uma instituição de ensino, pesquisa e extensão com a importância do Instituto Federal de Rondônia, uma vez que essas comunidades são parte integrante e indissociável da região de influência do campus a ser implantado.

2. SITUAÇÃO DA MOBILIDADE INTRA E INTERMUNICIPAL E FATORES DE ACESSIBILIDADE AO CAMPUS

O município de São Miguel do Guaporé está localizado no Leste Rondoniense, especificamente na microrregião de Alvorada D'Oeste, a 490 km da capital Porto Velho. O município está situado ao longo da rodovia BR 429, no entroncamento com a RO 481.

A Tabela 21 apresenta a distância que o Campus Avançado São Miguel do Guaporé se encontra em relação às demais cidades que compõem o entorno de atuação.

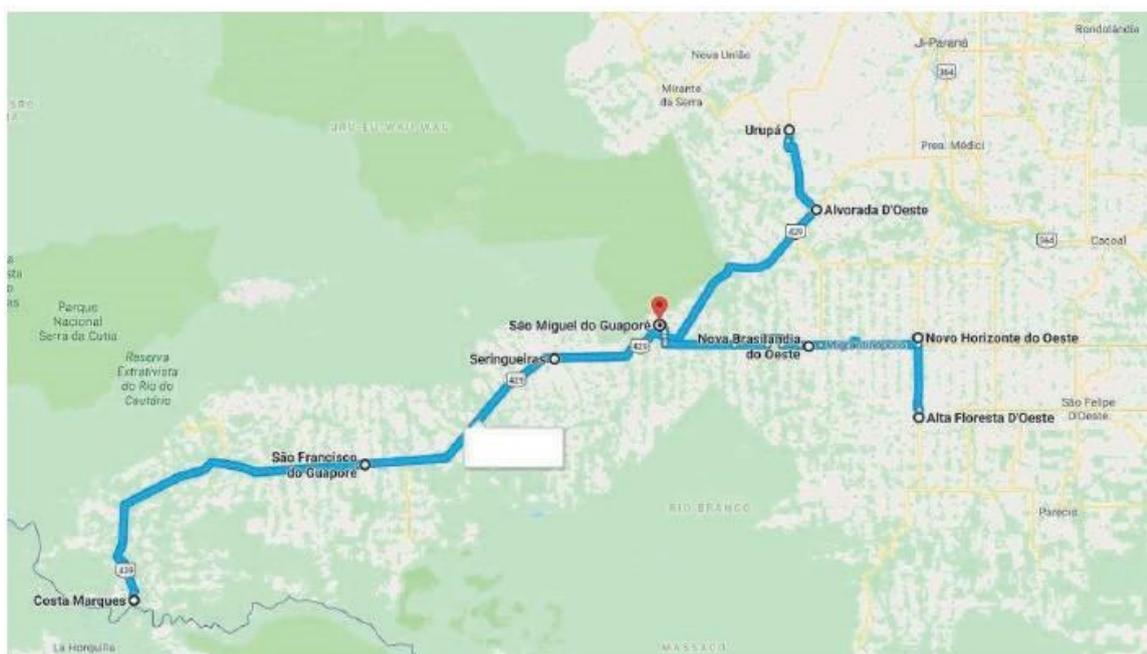
Tabela 21 - Distâncias das cidades em relação ao Campus IFRO mais próximo.

Sede Municipal	Distância	
	São Miguel do Guaporé	Campus IFRO mais próximo
São Miguel do Guaporé	0 km	146 km (Ji-Paraná)
Seringueiras	39 km	183 km (Ji-Paraná)
Nova Brasilândia D'Oeste	52 km	132 km (Ji-Paraná)
Alvorada D'Oeste	68 km	78 km (Ji-Paraná)
Novo Horizonte do Oeste	90 km	100 km (Cacoal)
São Francisco do Guaporé	111 km	255 km (Ji-Paraná)
Alta Floresta D'Oeste	112 km	121 km (Cacoal)
Costa Marques	221 km	365 km (Ji-Paraná)

Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se por meio da Figura 1 que o município de São Miguel do Guaporé está situado ao centro da região do Vale do Guaporé, possui um distrito denominado Santana do Guaporé, localizado a 26 km da sede do município. Ao longo da extensão da rodovia BR 429 encontramos os municípios de São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques mais ao sul, próximo à divisa com a Bolívia, e Alvorada do Oeste ao norte. A centro-oeste da região têm-se os municípios de Alta Floresta D'Oeste, Novo Horizonte e Nova Brasilândia D'Oeste, estes dois últimos ao longo da RO 481.

Figura 1 – Vias de acesso ao município de São Miguel do Guaporé



Todos esses municípios estão interligados por rodovias pavimentadas em estado regular de conservação, ficando em estado crítico em determinados períodos mais chuvosos do ano. Os alunos poderão utilizar os transportes rodoviários para se locomover entre os municípios. Diversos municípios fornecem aos estudantes locomoção gratuita a partir de suas sedes para as localidades que possuam instituições de ensino. Assim, o município de São Miguel do Guaporé, com a implantação da unidade do IFRO, certamente passará a fazer parte desse cenário.

O acesso dos moradores da zona rural à sede do município de São Miguel do Guaporé é realizado por estradas vicinais de terra batida, que permanecem trafegáveis durante todo o ano, sendo que no período seco do ano (normalmente de abril a novembro) estão em melhor condição de conservação.

As redes estadual e municipal de educação mantêm serviço regular de transporte escolar durante os períodos matutino, vespertino e noturno, de forma que há a possibilidade de se formalizar parcerias com essas redes de ensino para o transporte até a sede do município de alunos matriculados nos cursos ofertados pelo Campus São Miguel do Guaporé que residem na zona rural.

O transporte rodoviário intermunicipal coletivo de pessoas é realizado por apenas uma empresa, com horários regulares todos os dias. No trajeto São Miguel do Guaporé – Porto Velho é possível embarcar em dois horários distintos, e para o trajeto São Miguel do Guaporé – Ji-Paraná há seis horários possíveis.

Em São Miguel do Guaporé, assim como nas cidades vizinhas da região e também na Comunidade Quilombola Pedras Negras, existe pista para pouso de aeronaves de pequeno porte, não sendo realizado nenhum voo comercial de carreira entre as cidades da região do Vale do Guaporé 4, no entanto, tem-se como alternativas para o transporte aéreo comercial de carreira o aeroporto da cidade de Ji-paraná, com uma distância de 166 km de São Miguel do Guaporé, que possui voos comerciais diários para outros estados, e o aeroporto da cidade de Cacoal, que também conta com voos comerciais diários, estando este a uma distância de 172 km de São Miguel do Guaporé. Para voos internacionais, tem-se como alternativa o aeroporto internacional Governador Jorge Teixeira de Oliveira, localizado na capital do estado, Porto Velho, a uma distância de 535 km, de onde diariamente partem voos regulares para destinos nacionais e internacionais.

A malha fluvial da região, especialmente os rios São Miguel e Guaporé, é muito utilizada pelas comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas para o deslocamento e transporte de produto e mercadorias, como também no passado existia o transporte fluvial regular de passageiros entre as cidades de Costa Marques e Guajará-Mirim.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, no Relatório de Gestão – Exercício 2015, item Estudo 4 – Hidrovia Madeira Mamoré-Guaporé, apresentou um estudo de viabilidade técnica com a tentativa de estabelecer a navegação regular entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT e Itacoatiara/AM. Tal estudo concluiu pela viabilidade na navegação, em especial no que diz respeito ao trecho III o EVTEA, trecho correspondente à região do Vale do Guaporé, conforme o seguinte.

Dessa forma, as principais vias de acesso para os municípios da Região de São Miguel do Guaporé se dão por rodovias. O acesso rodoviário ao município de São Miguel do Guaporé se dá pela BR 429 para quem parte dos municípios de Alvorada D'Oeste, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques, e pela RO 481 para quem parte dos municípios de Alta Floresta D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste e Nova Brasilândia D'Oeste. O deslocamento rodoviário da capital Porto Velho até São Miguel do Guaporé se faz pela BR 364 até a cidade de Presidente Médici e de lá segue-se pela BR 429, passando por Alvorada D'Oeste.

Conforme salientado acima, é possível o acesso fluvial a São Miguel do Guaporé partindo de Guajará-Mirim a Costa Marques e de lá até a sede do campus pela rodovia BR 429, passando pelas cidades de São Francisco do Guaporé e Seringueiras, mas esse deslocamento atualmente somente é possível com o fretamento de embarcações.

Situação de moradia, localização, imobiliária em São Miguel do Guaporé

A implantação do campus se dará em um município em crescimento, que faz parte de uma região com 122.683 habitantes, em cujo conjunto São Miguel do Guaporé é o segundo⁷ mais populoso, com uma estimativa de 23.077 habitantes e densidade demográfica de 2,93 hab./km² (IBGE, 2020).

A cidade de São Miguel do Guaporé está localizada a 120 km da BR 364, principal rodovia do estado de Rondônia, e esse afastamento tem interferência direta sobre o custo de vida. Como acontece em todos os municípios rondonienses localizados fora do eixo da BR 364, em São Miguel do Guaporé o custo de vida é mais alto que o da maioria das cidades rondonienses localizadas ao longo daquela rodovia.

Considerando a composição da Cesta Básica de Alimentos⁸ definida pelo Dieese (2020) para provisão mensal, o valor médio da cesta básica em São Miguel do Guaporé é de R\$169,72 (cento e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos), conforme pesquisa in loco realizada nos estabelecimentos comerciais da cidade.

Há na cidade razoável disponibilidades de imóveis residenciais para se alugar, tanto para residência permanente como temporária, e, a partir de pesquisa in loco em imobiliária da cidade, chegou-se a um valor médio de aluguel de R\$6,52/mês (seis reais e cinquenta e dois centavos por mês) o metro quadrado residencial.

Em termos de regularização fundiária urbana, o município de São Miguel do Guaporé se encontra em fase inicial, com apenas o bairro Centro possuindo terrenos regularizados, além de alguns loteamentos particulares situados nas imediações do núcleo urbano central. Essa situação, de certa forma, impõe dificuldades ao avanço da expansão de imóveis na cidade,

assim como dificulta as transações imobiliárias. Um dos reflexos da falta de regularização fundiária é a existência de apenas uma imobiliária na cidade.

Todos os bairros da cidade de São Miguel do Guaporé são abastecidos por rede de água tratada, cujo fornecimento é feito pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, no entanto, não há rede de coleta de esgoto em nenhum dos bairros. A população descarta o esgoto em fossas sépticas construídas pelos próprios proprietários, normalmente localizadas na frente dos terrenos, junto ao passeio público.

Cerca de 70% das vias públicas da cidade de São Miguel do Guaporé contam com pavimentação asfáltica e há fornecimento regular de energia elétrica em todos os bairros, atualmente distribuída pelo Grupo Energisa S/A.

Dados dos questionários

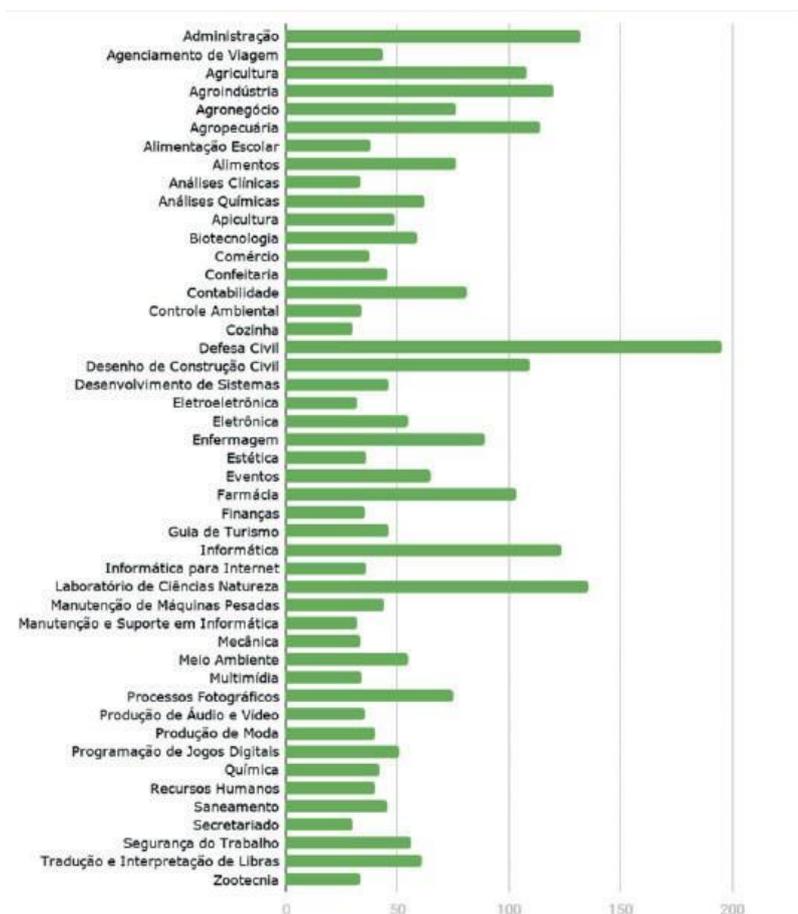
Foi realizada uma coleta de dados primários por meio de instrumento de coleta estruturado junto à sociedade. O público alvo foram as populações residentes das cidades que compõem a Região de São Miguel do Guaporé, composta por 8 municípios: São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, Costa Marques, Alvorada do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Nova Brasilândia e Alta Floresta do Oeste. Foram aplicados questionários para a população em geral, para alunos do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, para gestores de instituições de ensino, gestores de entidades representativas de setores da população, prefeitos e gestores das maiores empresas empregadoras.

⁷ O censo 2010, registrou uma população de 24.392 habitantes em Alta Floresta D'Oeste.

⁸ O Dieese define a Cesta Básica de Alimentos com base nas provisões mínimas estabelecidas no Decreto Lei nº 339/1938. Para a Região 2 (região que compreende os estados do Norte e Nordeste), os produtos e suas respectivas quantidades são os seguintes: 4,5 kg de carne; 6,0 l de leite; 4,5 kg de feijão; 3,6 kg de arroz; 3,0 kg de farinha; 12,0 kg de legumes (tomate); 6,0 kg de pão francês; 300 gr de café em pó; 90 und de fruta (banana); 3,0 kg de açúcar; 750 gr de banha/óleo e 750 gr de manteiga. de feijão; 3,6 kg de arroz; 3,0 kg de farinha; 12,0 kg de legumes (tomate); 6,0 kg de pão francês; 300 gr de café em pó; 90 und de fruta (banana); 3,0 kg de açúcar; 750 gr de banha/óleo e 750 gr de manteiga.

O resultado quanto à escolha do curso técnico é apresentado no Gráfico 8 a seguir:

Gráfico 8 - Escolha dos alunos cursos técnicos



Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Vê-se que o curso técnico mais escolhido foi o de Defesa Civil, que tem um campo de atuação muito restrito, qual seja, “Órgãos e agências de defesa civil. Serviços de meteorologia. Atividades de monitoramento, pesquisa meteorológica e climatológica” (BRASIL, 2016, p. 244).

O segundo curso mais escolhido foi o Técnico em Laboratórios de Ciências da Natureza, que também tem um campo de atuação bastante limitado, conforme definido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos: “Escolas públicas e privadas de educação básica (ensino fundamental e ensino médio, inclusive educação profissional)” (BRASIL, 2016, p.71), o que aponta para a necessidades de aprofundar a análise dessas escolhas, especialmente com relação aos fatores que levaram à escolha (perfeita compreensão do questionamento, correta compreensão do campo de atuação profissional dos egressos desses cursos, clareza quanto à terminologia nominal do curso, etc.).

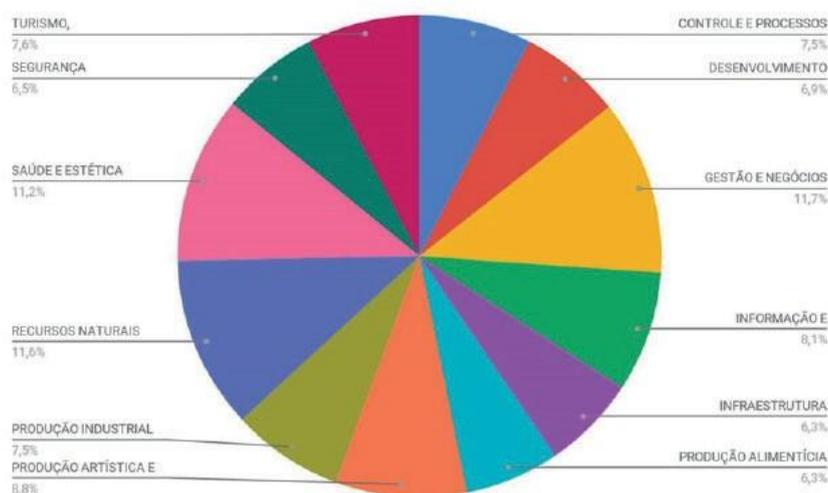


Os cursos que vêm a seguir, Técnico em Administração, Técnico em Informática e Técnico em Agroindústria, melhor se alinham com o perfil econômico da região. Os egressos do curso Técnico em Administração teria como campo de atuação “Empresas e organizações públicas e privadas com atuação em marketing, recursos humanos, logística, finanças e produção” (BRASIL, 2016, p. 80), para os do curso Técnico em Informática, a atuação seria na “Prestação autônoma de serviço e manutenção de informática. Empresas de assistência técnica. Centros públicos de acesso à internet” (BRASIL, 2016, p. 100), podendo o profissional atuar em empresas, órgãos públicos, Indústria e auxiliar no desenvolvimento de tecnologias aplicadas tanto às ocupações da cidade quanto do campo.

Os egressos do curso Técnico em Agroindústria poderiam atuar em “Agroindústrias e indústrias de alimentos e bebidas, Laboratório de Análise de Alimentos. Consultorias. Órgãos de fiscalização higiênico-sanitárias. Instituições de Ensino e Pesquisa” (BRASIL, 2016, p. 163), podendo esses profissionais assim contribuir na instalação de Agroindústrias, transformando matéria-prima em produto final, agregando mais valor ao produto. Todos esses cursos perfazem uma área de atuação muito maior que os dois primeiros escolhidos.

O Gráfico 9 apresenta uma organização por “Eixo Tecnológico” da preferência dos alunos entrevistados quanto aos cursos técnicos.

Gráfico 9 - Escolha dos alunos por eixo tecnológico - Cursos Técnicos



Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

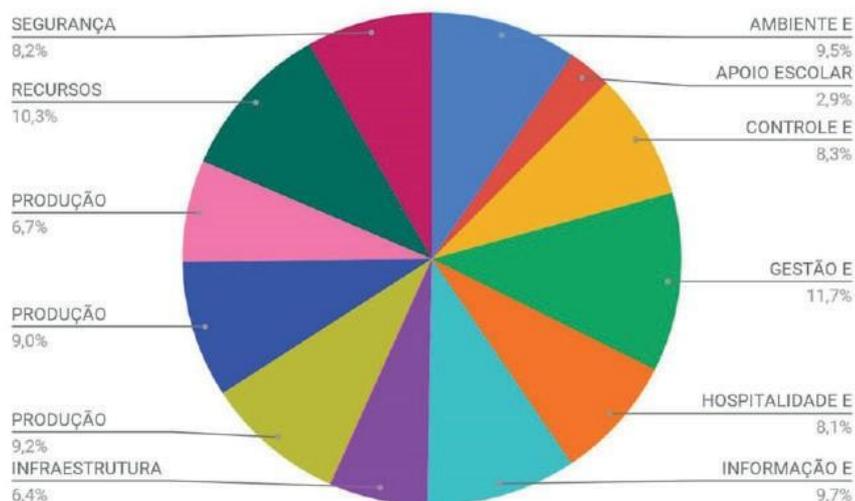
Como se percebe, o eixo mais indicado pelos entrevistados é o eixo “Gestão e Negócios”, com os alunos selecionando 453 vezes cursos deste eixo, sendo os cursos técnicos selecionados os seguintes: Técnico em Administração, Técnico em Agronegócio, Técnico em Comércio, Técnico em Comércio Exterior, Técnico em Condomínio, Técnico em Contabilidade, Técnico em Controle de Qualidade, Técnico em Cooperativismo, Técnico em Finanças, Técnico em Logística, Técnico em Marketing, Técnico em Recursos Humanos e Técnico em Secretariado.

Praticamente com a mesma indicação está o eixo “Recursos Naturais”, com os alunos selecionando 447 vezes cursos deste eixo, sendo eles: Técnico em Agricultura, Técnico em Agroecologia, Técnico em Agropecuária, Técnico em Aquicultura, Técnico em Cafeicultura, Técnico em Controle Ambiental, Técnico em Equipamentos Pesqueiros, Técnico em Florestas, Técnico em Fruticultura, Técnico em Geologia, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Meteorologia, Técnico em Mineração, Técnico em Pesca, Técnico em Reciclagem, Técnico em Recursos Minerais, Técnico em Recursos Pesqueiros, Técnico em Zootecnia,

Observando o crescimento no setor de agropecuária na região (conforme apresentado no Gráfico 1), a interdisciplinaridade existente entre esses eixos tecnológicos mais indicados, adicionando a eles o eixo Informação e Comunicação, que ficou em quinto colocado, e considerando ainda o quanto este último eixo tem a adicionar de interdisciplinaridade aos dois primeiros, aponta-se para uma possibilidade de integração entre os eixos e oferta de cursos e atividades de pesquisa e extensão no âmbito da Agropecuária 4.0, que busca meios tecnológicos para o desenvolvimento sustentável e de alta rentabilidade. Essa integração é possível com cursos e atividades acadêmicas que unam o melhor dos três eixos, organizando currículos em verticalização, com o fim de contribuir com os arranjos produtivos locais, produzir mais renda e qualidade de vida para a população na região do Vale do Guaporé.

No Gráfico 10 temos as informações das escolhas dos alunos quanto aos cursos superiores, por eixo tecnológico.

Gráfico 10 - Escolha dos alunos por eixo tecnológico - Cursos Superiores

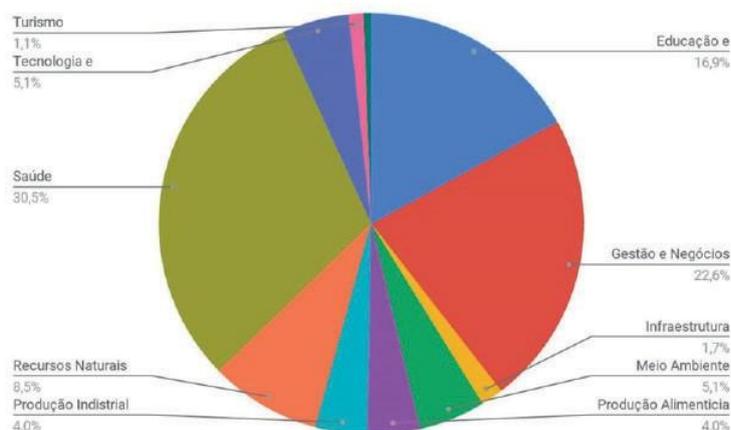


Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

Assim como no caso das escolhas para os cursos técnicos, os cursos superiores com maior indicação integram os eixos tecnológicos Gestão e Negócios (11,7%) e o Eixo de Recursos Naturais (10,3%), o que favorece a verticalização dos cursos e reforça a ideia de interdisciplinaridade, já que o Eixo Informação e Comunicação concentra os cursos com 9,7% de interesse dos alunos. Esses dados corroboram a ideia de implantação de um campus voltado para a produção agropecuária de precisão, com atividades de ensino, pesquisa e extensão que se proponha à busca de soluções técnicas inovadoras para o aumento da produção e respeito ao meio ambiente, como não pode ser diferente numa região com a do Vale do Guaporé.

Quanto à área de atuação do IFRO, conforme o Gráfico 11, para a população ela deve ser a da Saúde, com 30,5% das opiniões, em seguida novamente se tem Gestão e Negócios, com 22,6%, e Educação e Assistência Social, com 16,9%.

Gráfico 11 - Área de atuação conforme indicação da população em geral



Fonte: Dados de Campo – IFRO (2018).

A pesquisa de opinião de alunos e pessoas da comunidade é muito importante nesse processo de escolha do eixo tecnológico que norteará a atuação do campus, contudo é necessário um alinhamento com os arranjos produtivos locais dos municípios que o campus irá atender, com o fim de que os cursos a serem implantados atendam a demanda dos municípios. Uma forma de avaliar o desenvolvimento econômico é acompanhando o crescimento do setor produtivo, não só do município de São Miguel do Guaporé, mas de toda a macrorregião envolvida.

Conforme ficou evidenciado no tópico 2.1 deste trabalho, o setor de agropecuária corresponde ao maior setor de produção econômica da região, e se encontra em constante crescimento.

No processo de coleta de dados foram feitas diversas reuniões devidamente registradas em atas, nas quais o Diretor-Geral do Campus Avançado São Miguel do Guaporé se reuniu com representantes de classes, empresários e gestores do setor público, legislativo e executivo, franqueando a participação e a oportunidade para todos externar suas opiniões, especialmente sobre o eixo tecnológico que o campus deveria seguir.

Na reunião realizada no município de Nova Brasilândia D'Oeste os cursos mais demandados pelos participantes foram para o atendimento da agropecuária, uma vez que a agricultura familiar é muito expressiva naquele município e os agricultores demandam por capacitação e desenvolvimento de novas tecnologias que possam reduzir o uso de agrotóxico ao tempo em que se aumenta a produção. Outro ponto muito debatido naquela reunião foi o desperdício de recursos hídricos, um problema ao qual um campus voltado para inovações tecnológicas poderia propor soluções.

Em reunião no município de Novo Horizonte D'Oeste, representantes da agricultura familiar indicaram demandas alinhadas às dificuldades que encontram na comercialização dos produtos e na gestão do empreendimento. O representante do poder executivo do município em sua participação fez questão de expressar que a agricultura e a pecuária são as principais atividades geradoras de renda no município, sendo importante a implantação de cursos que desenvolvam tecnologias e inovações nessas áreas do conhecimento.

Já no município de Seringueiras, representantes dos comerciantes de mandaram por cursos para atender qualificação de mão de obra para esse setor, sendo os cursos mais solicitados os de informática e telefonia, bem como o de operador de máquinas. Já para atender a demandas dos produtores agrícolas, cursos das áreas de agronomia e pecuária foram os mais indicados por eles, que também demonstraram preocupação com o fato de muitos jovens produtores rurais terem que se mudar para outros municípios em busca de capacitação e qualificação profissional.

Ao se reunir com os representantes da sociedade local no município de Alta Floresta D'Oeste, estes apresentaram como demandas a qualificação para o desenvolvimento do turismo, da piscicultura, da agricultura e da pecuária. Deixaram evidente o desejo de que os cursos se organizem a partir de propostas pedagógicas inovadoras, que sejam voltadas não só para a produção, mas também para a preservação do meio ambiente, visto que a região tem um enorme potencial turístico, especialmente com a pesca esportiva em Rolim de Moura do Guaporé, cujo acesso principal se dá pela cidade de Alta Floresta D'Oeste.

No município de Alvorada D'Oeste as demandas apresentadas visaram ao desenvolvimento do setor de agroindústrias, especialmente para a operação e manutenção de máquinas e equipamentos desse setor, e da agricultura familiar, principalmente para a produção de café e inhame, além de melhoramentos na exploração da pecuária de gado bovino.

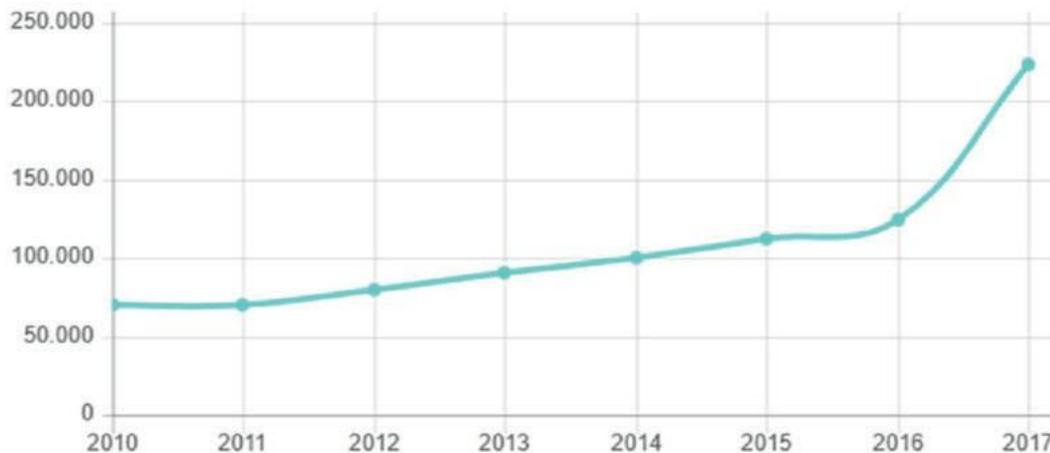
Não muito diferentes foram as demandas levantadas na reunião realizada no município de São Francisco do Guaporé, sendo as áreas de pecuária, agricultura e agroindústria as mais citadas, com a observação de que os cursos sejam capazes de aperfeiçoar e inovar técnicas visando ao aumento da produtividade.

O trabalho de audiências in loco foi encerrado com a reunião no município de São Miguel do Guaporé, na qual os participantes demandaram por cursos voltados para o desenvolvimento do comércio, visto ser este um setor que, segundo os participantes, há vagas ociosas a serem preenchidas por mão de obra qualificada. Os cursos mais indicados foram nas áreas de administração, indústria e comércio. Outro setor com necessidade de mão de obra qualificada indicada pelos participantes é o de Gestão Pública. Não ficaram sem observações um setor muito importante para o município que é a agropecuária e muitas foram as indicações de cursos nas áreas do agronegócio, da pecuária e da agroindústria, com destaque para o curso de agronomia. Assim como observado na reunião no município de Seringueiras, os participantes da reunião em São Miguel do Guaporé também ponderaram a respeito dos trabalhadores rurais que abandonam o campo para estudar em municípios distantes, observação bastante enfatizada pela presidente do sindicato local dos trabalhadores rurais.

Conclusão

São Miguel do Guaporé é um município em crescimento, principalmente no setor agropecuário. Conforme se pode verificar no Gráfico 1, a evolução do PIB em relação ao valor adicionado na atividade econômica agropecuária deu um salto no ano de 2016 para 2017, que colocou o município na 4ª colocação no ranking estadual no ano de 2017, de acordo com o IBGE (2020).

Gráfico 12 - Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada / Atividade econômica / Agropecuária (Unidade: R\$ x1000)



Fonte: IBGE (2020)

Os dados apontam para um desenvolvimento agropecuário significativo, aliado aos setores de serviços e tecnologia, que advém da expansão do comércio, da forte agricultura familiar e das agroindústrias da região, contudo, a manutenção das atuais taxas de crescimento, dentro de um modelo sustentável, constitui um desafio em razão da impossibilidade de expansão de áreas para a produção sem comprometer a preservação do meio ambiente, prevista na legislação, o que exigirá investimentos em tecnologia de produção.

Dessa forma, percebe-se que o alinhamento entre desenvolvimento tecnológico, agropecuária e gestão, visando ao fortalecimento da agricultura familiar, sustentando o avanço da produção industrial e considerando os aspectos ambientais da região, visualiza-se em oferta de cursos nas áreas de tecnologia voltada para a agropecuária.

Na dimensão socioeconômica percebe-se ainda a importância do setor público para a economia, característica comum na maioria das cidades do interior do Brasil. Além disso, o comércio de micro e pequenas empresas é responsável pela maior empregabilidade em razão da existência de poucas indústrias. Também se percebe que 17% da população não possui carteira assinada, ou seja, trabalham na informalidade.

É importante ressaltar que a região possui uma grande área de preservação e também uma presença significativa de povos indígenas e comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas, que devem ser considerados nos processos de adequação curricular e atendimento às suas especificidades. O potencial turístico é uma possibilidade a ser explorada por esses povos, assim como pelos poderes municipais.

A locomoção entre as cidades do entorno é realizada por rodovias pavimentadas e de fácil acesso, entretanto, é importante considerar que nas cidades sedes dos municípios não há transporte urbano público e que boa parte da população reside na zona rural.

Diante do quadro observado, seria importante o planejamento e oferta de cursos na área de gestão para os mais diversos segmentos (comércio, indústria, agropecuário, agricultura familiar, povos indígenas e população ribeirinha e quilombolas, etc.), em conjunto com o desenvolvimento de tecnologias para melhorar a produção nos espaços já ocupados.

Com base nas análises dos indicadores, foram elencados as forças, fraquezas e oportunidades para o IFRO na região, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 - Forças, fraquezas e oportunidades para o IFRO na região

Forças Potencialidades para a atuação do IFRO	Fraquezas/ Fragilidades para atuação do IFRO	Oportunidades a aproveitar/ Ações a implementar
Reconhecimento da marca IFRO	Muitos estudantes residem na zona rural e distante do campus	Projetos de pesquisa e extensão inovadores em apoio aos arranjos produtivos locais
Demanda por educação inovadora de qualidade	Não há transporte municipal na região público	Parceria com órgãos governamentais
Região com um grande crescimento produtivas nas cadeias		Ações de empreendedorismo e capacitação
Potencial turístico		Ausência de formação de nível técnico na região

PROPOSTA DE ITINERÁRIO FORMATIVO

ENSINO

Cursos Técnicos

EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS

- Técnico em Administração Técnico em Agronegócio Técnico em Cooperativismo Técnico em Recursos Humanos Técnico em Comércio
- Técnico em Finanças
- Técnico em Serviços Públicos

EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA

- Técnico em Agroindústria Técnico em Alimentos

EIXO TECNOLÓGICO: INFRAESTRUTURA

- Técnico em Agrimensura

EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Técnico em Informática
- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática

EIXO TECNOLÓGICO: CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS

- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Manutenção de Máquinas Industriais Técnico em Sistemas de Energia Renovável

EIXO TECNOLÓGICO: RECURSOS NATURAIS

- Técnico em Agricultura
- Técnico em Agroecologia
- Técnico em Agropecuária
- Técnico em Cafeicultura
- Técnico em Controle Ambiental
- Técnico em Meio Ambiente
- Técnico em Zootecnia

EIXO TECNOLÓGICO: AMBIENTE E SAÚDE

- Técnico em Controle Ambiental
- Técnico em Análises Clínicas
- Técnico em Gerência de Saúde
- Técnico em Meio Ambiente

EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO INDUSTRIAL

- Técnico em Análises Químicas
- Técnico em Biotecnologia
- Técnico em Fabricação Mecânica

EIXO TECNOLÓGICO: TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

- Técnico em Guia de Turismo Técnico em Lazer
- Técnico em Agenciamento de Viagem

Cursos de Graduação

EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS

- Gestão de Cooperativas Gestão Pública
- Gestão Comercial Processos Gerenciais

EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Agrocomputação Sistemas Embarcados
- Análise e Desenvolvimento de Sistemas

EIXO TECNOLÓGICO: INFRAESTRUTURA

- Agrimensura

EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA

- Agroindústria Alimentos
- Processamento de Carnes

EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO INDUSTRIAL

- Biocombustíveis
- Fabricação Mecânica



EIXO TECNOLÓGICO: RECURSOS NATURAIS

- Gestão do Agronegócio
- Agroecologia Cafeicultura
- Produção de Grãos

EIXO TECNOLÓGICO: TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

- Gestão de Turismo

BACHARELADOS

- Administração
- Agronomia
- Engenharia Agrícola
- Engenharia Ambiental
- Engenharia de Pesca
- Medicina Veterinária
- Turismo
- Zootecnia

LICENCIATURAS

- Biologia
- Ciências Agrárias

Cursos de Pós-Graduação

- Administração Hospitalar
- Administração Rural e Agronegócios
- Agronegócios e Cooperativismo
- Agricultura de Precisão e sustentabilidade
- Automação e Controle de Processos Agroindustriais
- Biologia Animal, Biologia Celular e Molecular Biologia e Conservação da Natureza
- Biologia Geral
- Biologia Vegetal e Biodiversidade
- Ecoturismo
- Educação de Jovens e Adultos
- Formação Docente para EAD
- Georreferenciamento de Imóveis Rurais
- Gestão Ambiental
- Gestão Comercial e Marketing em Agronegócios



- Gestão de Projetos em Agronegócios
- Gestão Pública
- Informática na Educação IoT: Internet das Coisas
- Irrigação e Gestão de Recursos Hídricos
- Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas
- MBA em Gestão do Agronegócio
- MBA em Gestão do Turismo e Hospitalidade
- Planejamento e Gestão de Eventos
- Produção Animal e Desenvolvimento Rural
- Produção Vegetal e Desenvolvimento Rural
- Produção, Reprodução e Gerenciamento de Bovinos
- Tecnologia e Inovação no Agronegócio
- Turismo Sustentável

B) PESQUISA

- Pesquisas voltadas a novas tecnologias e novos métodos de produção, como integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais.
- Pesquisas para identificar os interesses e atender às necessidades dos agricultores familiares e das comunidades vulneráveis da região.
- Pesquisas a serem desenvolvidas em parceria com gestores das Unidades de Conservação (Parques e Reservas Extrativistas), Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas.

C) EXTENSÃO

- Cursos e/ou projetos com foco no turismo ecológico.
- Desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços nas áreas de gestão pública, de gestão da propriedade rural e de certificação ambiental.
- Difusão de empreendedorismo e associativismo e cursos de extensão na área de empreendedorismo rural e de serviços, visando agregar valor a produtos e serviços existentes.
- Projetos na área de saúde e saneamento, voltados para boas práticas sanitárias para o controle de vetores e a prevenção de doenças.
- Projetos na área de cooperativismo.
- Projetos na área de conservação de alimentos, controle do uso de agrotóxicos e preservação do meio ambiente

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Nova cartografia social da Amazônia: quilombolas de Santa Fé – Costa Marques/RO. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – UEA Edições, 2009. (Col. Movimentos Sociais Identidade Coletiva e Conflitos, vol. 34)

AMADO, J. ANZAI, L. C. Anais de Vila Bela (1734 1789). Cuiabá: Carlini e Caniato, EdUFMT, 2006.

ARRIL, L. de F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 69, abr/jun, p. 539–564, 2017.

BELCHIOR, V. Comunidades de seringueiros das reservas extrativistas do Rio Caupatã, RO: aspectos socioeconômicos, percepção ambiental e potenciais conflitos na interação com a fauna. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

BRASIL, Lei 9.985, 18 de jul. de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 2000.

BRASIL, Decreto 4.887, 20 de nov. de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 2003.

BRASIL, Lei 11.892, 29 de dez. de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, 2008.

BRASIL, Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Projeto Brasil local: etnodesenvolvimento e economia solidária. Relatório final da pesquisa quantitativa, o censo quilombola. Brasília-DF: SOLTEC/UFRJ-CONAQ, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Catálogo nacional de cursos técnicos. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>. Acesso em: 12 jun 2020.

BRASIL, Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Brasília, 2020a. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em: 15 jun 2020.



BRASIL, Ministério do Trabalho. Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. Relação anual de informações sociais (RAIS). Brasília, 2020b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em: 16 jun 2020.

CONAES – CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010

Brasília-DF. Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável: relatório final. Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária, 2010.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Compartilhando mundos: pesquisa junto a comunidades quilombolas-relatório final de pesquisa. 2019. Disponível em: http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2020/08/20200709-1700-Final-Portal-An%C3%A1lise-dos-dados-Socioeconomicos_-Quilombolas-do-Programa-em-Rond%C3%B4nia.pdf. Acesso em: 13 ago 2020.

COTA, T. et. al. Indicadores socioambientais como instrumento de gestão de território fluvial: comunidade de Rolim de Moura do Guaporé-RO. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, n. 17, p. 29-54, jun, 2019.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. Comunidade quilombola de Rondônia recebe título territorial definitivo. 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/4587-comunidade-quilombola-de-rondonia-recebe-titulo-territorial-definitivo>. Acesso em: 15 ago 2020.

DEMICIO, M. S. Comunidade de Jesus: dialogismo, polifonia e intertextualidade na construção da identidade quilombola. Dissertação (Mestrado em Letras). Núcleo de Ciências Humanas (NCH), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

DIAS, R. dos S. Reserva extrativista estadual do Rio Cautário RO: o manejo florestal como uso sustentável no território. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Metodologia da cesta básica de alimentos. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Acesso em: 26 ago 2020.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte. Relatório de gestão do exercício de 2015. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorio-de-gestao/relatorio-de-gestao-2015/01VersoFinaldoRelatriodeGestodoExercciode2015DiretoriaColegiada20160524.pdf>. Acesso em: 23 set 2020.

FARIAS JR, E. de A. Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas. Ruris. v. 5, n. 2, p. 85–116, set 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade@: São Miguel do Guaporé – panorama, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/sao-miguel-do-guapore/panorama>. Acesso em: 14 ago 2020.

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional. Diretoria de Planejamento. Síntese informativa de indicadores socioeconômicos e educacionais da área de influência de São Miguel do Guaporé (SIM). Porto Velho: IFRO, 2018.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Quilombolas: processos em andamento, 2020. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/andamento_processos.pdf. Acesso em: 13 ago 2020.

ISA – Instituto Socioambiental. Povos indígenas no Brasil: Rondônia. 2020. Disponível em: https://www.indios.org.br/pt/Categorias:Povos_indigenas_em_Rondonia. Acesso em: 12 ago 2020.

PACHECO, W. L. (org.). Povos e comunidades tradicionais nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade: oportunidades para negócios sustentáveis na região centro-sul de Rondônia. Porto Velho: Ecam, 2016.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental. Plano de manejo reserva extrativista estadual do Rio Cautário. Porto Velho: SEDAM, 2016a. Disponível em: <http://cuc.sedam.ro.gov.br/reserva-extrativista-do-rio-cautario/>. Acesso em: 14 ago 2020.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental. Plano de manejo reserva extrativista estadual do Rio Cautário: contextualização e gestão. Porto Velho: SEDAM, 2016b. (encarte 1)

RONDÔNIA. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental. Plano de manejo reserva extrativista estadual do Rio Cautário: planejamento e geração de renda da unidade de conservação. Porto Velho: SEDAM, 2016c. (encarte 3)

ROSA, J. H. Entre alagados e penhascos: o ouro da liberdade nas resistências quilombolas do Século XVIII na Capitania de Mato Grosso – região mineradora guaporeana. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de arqueologia e etnografia da Universidade de São Paulo, USP, 2008.

TEIXEIRA, M. A. et al. Relatório técnico de identificação, delimitação e reconhecimento do território quilombola de Santo Antônio do Guaporé. Rondônia: INCRA, 2008.

DIMENSÃO GEOPOLÍTICA-INSTITUCIONAL

Situações: Ordenamento Territorial, Sustentabilidade e Meio Ambiente

Maria Angélica Petrini ⁹

Resumo: o presente relatório tem por objetivo apresentar a dimensão geopolítica-institucional do projeto Diagnóstico Regional Campus São Miguel do Guaporé para entender a inserção do IFRO Campus São Miguel do Guaporé no cenário rondoniense. Esta dimensão compreende o conhecimento dos vetores de organização do território e seus principais agentes que podem atuar como forças ou fraquezas no sucesso da inserção do campus, e divide-se em duas situações: a de ordenamento territorial e a de sustentabilidade e meio ambiente. A metodologia consistiu em levantamento bibliográfico e organização de dados secundários disponíveis em sites oficiais de instituições públicas, os quais serviram de base para geração de mapas, gráficos e tabelas para a caracterização de cada situação. Também foram analisados dados primários coletados através de entrevistas realizadas por equipe do IFRO. Considerando esta dimensão de estudo, os resultados mostram que os cursos voltados para as necessidades regionais fazem parte dos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Gestão e Negócios, Produção Alimentícia, Informação e Comunicação, e Turismo, Hospitalidade e Lazer. Além disso, projetos de pesquisa e ações de extensão são importantes para o atendimento de comunidades rurais, extrativistas e indígenas alocadas em áreas mais distantes e de difícil acesso.

Palavras-Chave: Instituto Federal de Rondônia. planejamento. sustentabilidade.

Introdução

Este estudo é parte do projeto de pesquisa “Diagnóstico Regional Campus São Miguel do Guaporé” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia IFRO, o qual tem por objetivo mapear as demandas econômicas e sociais por cursos de formação profissional e tecnológica e seus fatores intervenientes na área de influência do IFRO Campus São Miguel do Guaporé, que está em implantação, a fim de fornecer subsídios para tomada de decisão institucional com relação às alternativas de eixos de formação, cursos e atividades de pesquisa e extensão do campus que se articulem com os vetores produtivos da região (IFRO, 2018).

⁹ Doutora e Mestre em Engenharia Agrícola, na área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bacharel e Licenciada em Geografia pelo Instituto de Geociências da Unicamp. mapetrini@gmail.com.

Para compreender a inserção do IFRO Campus São Miguel do Guaporé no cenário rondoniense, foram definidas três dimensões que se correlacionam ao mundo do trabalho para uma análise holística da realidade. As dimensões são: Socioeducacional e cultural; Socioeconômica; Geopolítica-institucional. Cada uma delas foi subdividida em situações de estudo que possuem indicadores específicos para análise (IFRO, 2018).

Este relatório trata da dimensão Geopolítica-institucional, a qual compreende o conhecimento dos vetores de organização do território e seus principais agentes que podem atuar como forças ou fraquezas no sucesso da inserção do Campus São Miguel do Guaporé, de modo a construir propostas de atuação eficazes a partir de parcerias e potencializar as forças institucionais (IFRO, 2018). Neste âmbito, foram definidas as situações de Ordenamento Territorial e de Sustentabilidade e Meio Ambiente. Os indicadores específicos para cada situação estão listados no Quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores de Interesse para a Dimensão Geopolítica-institucional.

Situação de Ordenamento Territorial	Situação da Sustentabilidade e do Meio Ambiente
1. Localização geográfica;	1. Caracterização quanto à vegetação, hidrografia, relevo e clima;
2. Definição da abrangência do campus;	2. Tendências de usos do solo;
3. Situação quanto ao zoneamento e arranjos/vetores produtivos; áreas especiais de preservação e conservação; terras indígenas; estrutura de gestão para a área; principais instituições, atores e suas políticas para a área;	3. Taxas de desmatamento;
4. Dados dos questionários.	4. Situações problemas já detectadas para o desenvolvimento local como dados de saúde pública; saneamento; conflitos locais, etc.;
	5. Correlação entre saúde e meio ambiente.

Fonte: IFRO (2018).

Nesta etapa, além de levantamento bibliográfico, foram coletados dados secundários disponíveis em sites oficiais de instituições públicas e em pesquisas já realizadas, que se referem à dimensão geopolítica-institucional e seus indicadores. Esses dados secundários serviram de base para geração de mapas, gráficos e tabelas para a caracterização ambiental e do ordenamento territorial da região. Depois, tais dados foram analisados e correlacionados com dados primários coletados através de entrevistas realizadas em etapa anterior com diferentes grupos populacionais com atuação na área de abrangência do campus São Miguel do Guaporé conforme descrito na metodologia deste relatório.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo foi desenvolvido a partir das concepções de ordenamento territorial e de sustentabilidade.

O conceito de Ordenamento do Território surge na França pós-revolução quando se percebe a necessidade de subdividir o território para fins de administração. Este conceito retorna à pauta política no contexto europeu pós-segunda guerra, com o objetivo de “criar condições, através do planejamento, para a valorização, aproveitamento e desenvolvimento do território, por meio da organização racional do espaço e da implantação de equipamentos apropriados, visando a melhoria das condições de vida das populações” (Charte de l’Aménagement, 1953 apud PERES e CHIQUITO, 2012).

No Brasil, desde a década de 1930 houve políticas de desenvolvimento e modernização do território para a diminuição das desigualdades regionais e a promoção da ocupação do território nacional. Mas foi nos anos 1940 que as políticas de desenvolvimento regional tiveram forte vinculação com as iniciativas de ordenamento territorial no país, até o final dos anos 1950 e inícios dos anos 1960 quando passou a vigorar a lógica do desenvolvimento econômico via polos de crescimento, com predominância da visão macroeconômica e tendo a cidade como lócus do desenvolvimento (PERES e CHIQUITO, 2012).

A retomada de uma política de ordenamento territorial se deu no auge da luta pela redemocratização do país, por circunstância da Constituição Federal de 1988. Inspirada pelas experiências realizadas no continente europeu, a Constituição Brasileira traz no Artigo 21, Inciso IX, que “compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. Desse modo, o ordenamento territorial serve como um instrumento de planejamento, elemento de organização e de ampliação da racionalidade espacial das ações do Estado (PERES e CHIQUITO, 2012).

Alguns exemplos de instrumentos de ordenamento territorial são: Planos Diretores Municipais, Planos de Manejo de Unidades de Conservação, Planos de Bacias Hidrográficas, Política Nacional de Meio Ambiente, Políticas Nacional de Recursos Hídricos, Política de Desenvolvimento Rural Sustentável, Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, Política de Defesa Nacional, entre outros.

Entretanto, apesar da atual Constituição contemplar o ordenamento territorial em seus dispositivos, o Brasil não dispõe ainda de um sistema nacional integrado que possibilite uma ação coordenada dos diferentes níveis de governo nos territórios. Há uma grande diversidade de instrumentos adotados nas escalas nacional, estadual e municipal, ou mesmo de bacias hidrográficas, muitas vezes elaborados de maneira conflitante ou sem interlocuções (PERES e CHIQUITO, 2012).

A questão do ordenamento territorial nas estratégias de desenvolvimento vem acompanhada do componente ambiental, que exige a reflexão de novas concepções do desenvolvimento, baseado na sustentabilidade ambiental do crescimento. A partir disso, novos recortes regionais foram criados, como as Bacias Hidrográficas e as Unidades de Conservação (PERES e CHIQUITO, 2012).

Em âmbito internacional, a temática ambiental passou a integrar a agenda política com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972 em Estocolmo, em que se discutiu sobre o antagonismo entre crescimento econômico e meio ambiente. Até então, os recursos naturais terrestres eram considerados inesgotáveis fontes de energia e de matérias-primas. Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento produziu o relatório conhecido como “Nosso Futuro Comum”, em que define desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Para isso, há três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social (BARBOSA, 2008).

Ao lado do desenvolvimento sustentável, também se discute a concepção de sustentabilidade. Esses temas são complexos e podem ser explicados através de diferentes abordagens. Porém, muitas definições de desenvolvimento sustentável são baseadas nos princípios da sustentabilidade, como a perspectiva de longo prazo, a importância das condições locais e a compreensão da evolução não linear dos sistemas ambientais humanos. Assim, o termo sustentabilidade surgiu a respeito dos recursos renováveis e foi adotado pelo movimento ecológico, referindo-se à existência de condições ecológicas necessárias para dar suporte à vida humana em um nível de bem-estar através de futuras gerações (SARTORI, LATRÔNICO e CAMPOS, 2014).

Assim como o tema de ordenamento territorial, a Constituição Federal brasileira de 1988 incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável e dedica o Capítulo VI ao meio ambiente. O Artigo 225 diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

A dimensão geopolítica-institucional compreende o conhecimento dos vetores de organização do território e seus principais agentes que podem atuar como forças ou fraquezas no sucesso da inserção do campus São Miguel do Guaporé de modo a construir propostas de atuação eficazes a partir de parcerias e potencializar as forças institucionais (IFRO, 2019). Divide-se em duas situações: ordenamento territorial e sustentabilidade e meio ambiente.

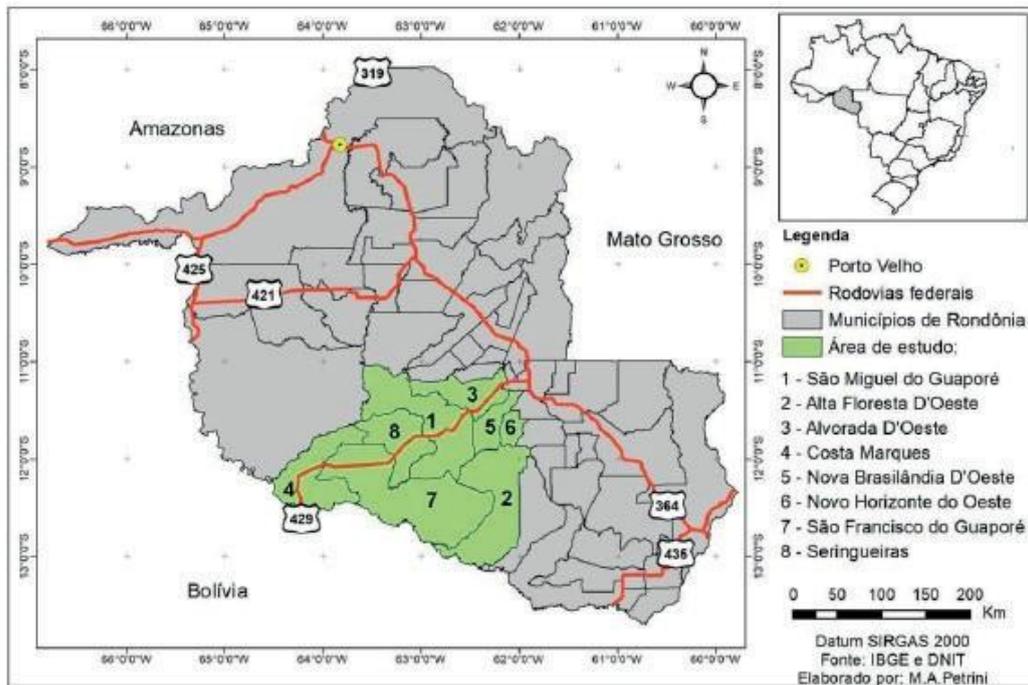
2. Situação de Ordenamento Territorial

Essa dimensão estrutura-se em estudos relacionados à localização geográfica, aspectos geoambientais e política de ordenamento territorial para a área de estudo (IFRO, 2019).

A) Localização geográfica

O diagnóstico regional do Campus São Miguel do Guaporé engloba oito municípios, a saber: São Miguel do Guaporé, Alta Floresta D'Oeste, Alvorada D'Oeste, Costa Marques, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, São Francisco do Guaporé e Seringueiras. Esta área de estudo localiza-se na porção centro-sul do Estado de Rondônia, entre as latitudes 11°0' S e 13°7' S e longitudes 61°53' O e 64°35' O (Figura 1). São Miguel do Guaporé está distante 490 km da capital Porto Velho. Os municípios Alta Floresta D'Oeste, Costa Marques e São Francisco do Guaporé fazem fronteira com a Bolívia. A principal rodovia presente na região é a BR-429, que se liga à BR-364, a qual leva à capital do Estado.

Figura 1 – Localização geográfica dos municípios da área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2015) e DNIT (2013).

B) Abrangência do campus

A área de influência do Campus São Miguel do Guaporé foi definida levando-se em consideração os municípios cuja distância de suas sedes em relação ao núcleo urbano do município de São Miguel do Guaporé seja inferior à distância do campus do IFRO mais próximo (IFRO, 2018). Os municípios que atendem a este critério são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Municípios da área de abrangência do campus São Miguel do Guaporé.

Sede municipal	Distância (km)	
	São Miguel do Guaporé	Campus do IFRO mais próximo
São Miguel do Guaporé	0 km	146 km (Ji-Paraná)
Seringueiras	39 km	183 km (Ji-Paraná)
Nova Brasilândia D'Oeste	52 km	132 km (Ji-Paraná)
Alvorada D'Oeste	68 km	78 km (Ji-Paraná)
Novo Horizonte do Oeste	90 km	100 km (Cacoal)
São Francisco do Guaporé	111 km	255 km (Ji-Paraná)
Alta Floresta D'Oeste	112 km	121 km (Cacoal)
Costa Marques	221 km	365 km (Ji-Paraná)

Fonte: Google Maps

Fonte: IFRO, 2018.

C) Aspectos geoambientais e política de ordenamento territorial

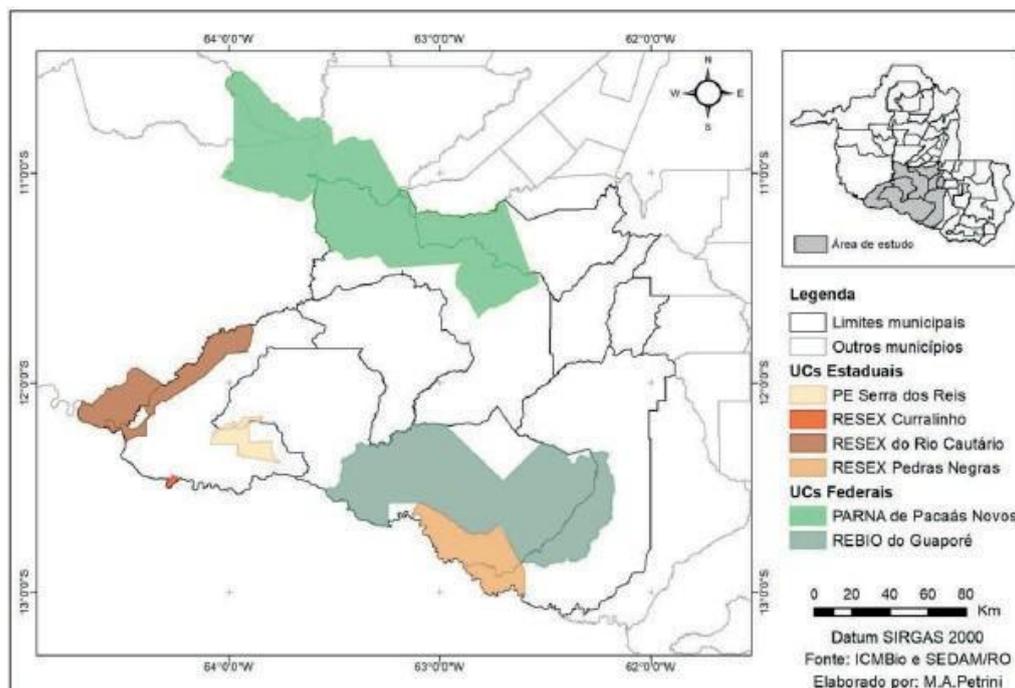
Em relação ao ordenamento territorial na área de influência do Campus São Miguel do Guaporé, serão consideradas as Unidades de Conservação, as Terras Indígenas, os Territórios Quilombolas e o Zoneamento Socioeconômico Ecológico.

De acordo com Lei n. 9985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, por Unidade de Conservação (UC) entende-se o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000). As UCs dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; e Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

As categorias das Unidades de Proteção Integral presentes na área de estudo são os Parques, tanto nacional quanto estadual, e a Reserva Biológica. Um Parque Nacional (PARNA) ou Parque Estadual (PE) tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Já uma Reserva Biológica (REBIO) tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Nesta categoria, a visitação pública é proibida, exceto aquela com objetivo educacional (BRASIL, 2000).

Considerando-se as Unidades de Uso Sustentável, a categoria presente na área de estudo é a Reserva Extrativista (RESEX), que é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A RESEX permite visitação pública e pesquisa científica (BRASIL, 2000). As UCs que abrangem os municípios da área de estudo, ou parte deles, são apresentadas na Figura 2 e na Tabela 2.

Figura 2 – Unidades de Conservação estaduais e federais presentes na área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora com base em ICMBio (2019) e SEDAM/RO (2019).

Tabela 2 – Características das UCs presentes na área de estudo.

Nome da UC	Área (km ²)	Ato legal e ano de criação	Esfera administrativa	Municípios Abrangidos
PE Serra dos Reis	364,39	Decreto 3910 de 29/12/1997	Estadual	Costa Marques
RESEX Curralinho	17,47	Decreto 6952 de 14/07/1995	Estadual	Costa Marques
RESEX do Rio Cautário	1.485,67	Decreto 7028 de 08/08/1995	Estadual	Costa Marques e Guajará-Mirim
RESEX Pedras Negras	805,96	Decreto 6954 de 14/07/1995	Estadual	Alta Floresta D'Oeste e São Francisco do Guaporé
PARNA de Pacaás Novos	7.086,80	Decreto 84019 de 21/09/1979	Federal	Alvorada D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Nova Mamoré, Campo Nove de Rondônia, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Mirante da Serra.
REBIO do Guaporé	6.145,26	Decreto 87587 de 20/09/1982	Federal	Alta Floresta D'Oeste e São Francisco do Guaporé

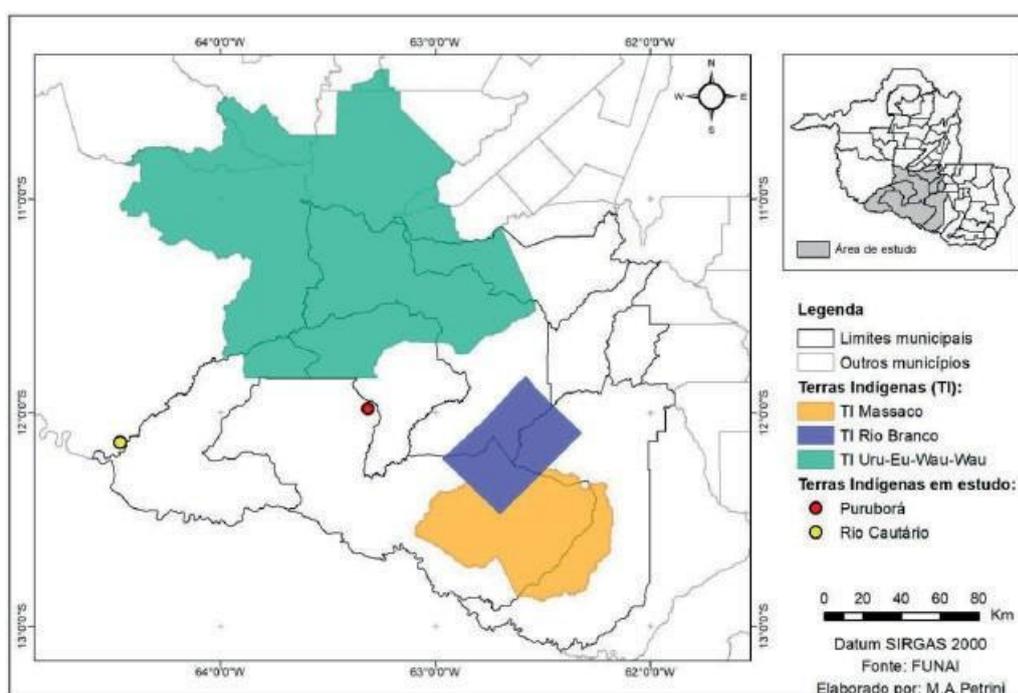
Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2019).

Outro tipo de área especial na região é a Terra Indígena (TI). Refere-se a uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por eles utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada (FUNAI, 2019).

A demarcação de TI contribui para a política de ordenamento fundiário do governo federal, seja em razão da redução de conflitos pela terra, seja em razão de que os estados e municípios passam a ter melhores condições de cumprir com suas atribuições constitucionais de atendimento digno a seus cidadãos, com atenção para as especificidades dos povos indígenas. Especialmente em estados e municípios localizados em faixa de fronteira, como é o caso da região de São Miguel do Guaporé, a demarcação de TI garante uma maior presença e controle estatal nessas áreas vulneráveis e, em muitos casos, de remoto acesso (FUNAI, 2019).

Na área de estudo, são três as TIs regularizadas e duas TIs em estudo para sua delimitação, como pode ser observado na Figura 3. Nota-se que parte da TI Uru-Eu-Wau-Wau sobrepõe-se ao PARNA de Pacaás Novos e parte da TI Massaco sobrepõe-se à REBIO do Guaporé.

Figura 3 – Localização das TIs regularizadas e TIs em estudo que abrangem os municípios de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora com base em FUNAI (2019a).



Com base em dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2019) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2019), estão relacionadas a seguir as características de cada TI regularizada.

Características da TI Uru-Eu-Wau-Wau:

- Ato legal e ano de criação: Decreto n. 275 de 30/10/1991;
- Povos: Amondaua, Isolados Bananeira, Isolados do Cautário, Juma, Kawahiva Isolado do Rio Muqui, Oro Win e Uru-Eu-Wau-Wau;
- População: 209;
- Área: 18.671,18 km²;
- Municípios abrangidos: Alvorada D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, Mirante da Serra, São Miguel do Guaporé, Cacaúlândia, Costa Marques, Jaru, Guajará-Mirim, Seringueiras, Nova Mamoré, Monte Negro;
- Riscos potenciais e ameaças existentes: Exploração de recursos (madeireiro) e fundiário (grileiro);
- Área total desmatada até 2017: 179,11 km².

Características da TI Massaco:

- Ato legal e ano de criação: Decreto s/n. de 14/12/1998;
- Povos: Massacos Isolados;
- População: não há informação;
- Área: 4.218,95 km²;
- Municípios abrangidos: Alta Floresta D'Oeste e São Francisco do Guaporé;
- Riscos potenciais e ameaças existentes: Exploração de recursos (garimpeiro e madeireiro) e fundiário (grileiro);
- Área total desmatada até 2017: 13,3 km².

Características da TI Rio Branco:

- Ato legal e ano de criação: Decreto n. 93.074 de 07/08/1986;
- Povos: Aikanã, Arikapú, Aruá, Djeoromitxí, Kanoê, Makurap e Tupari;
- População: 679;
- – Área: 2.361,37 km²;
- Municípios abrangidos: Alta Floresta D'Oeste e São Francisco do Guaporé;
- Riscos potenciais e ameaças existentes: Exploração de recursos (madeireiro) e fundiário (grileiro);
- Área total desmatada até 2017: 30,95 km².

Além das UCs e TIs, há ainda as comunidades quilombolas, que são grupos étnicos, predominantemente formados pela população negra rural



ou urbana, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos (INCRA, 2019).

Em Rondônia, existem sete comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Elas se localizam na área de abrangência deste estudo. Dentre as sete, duas já estão tituladas e outras duas estão na primeira etapa da regularização fundiária quilombola que consiste na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). As comunidades quilombolas estão identificadas na Tabela 3.

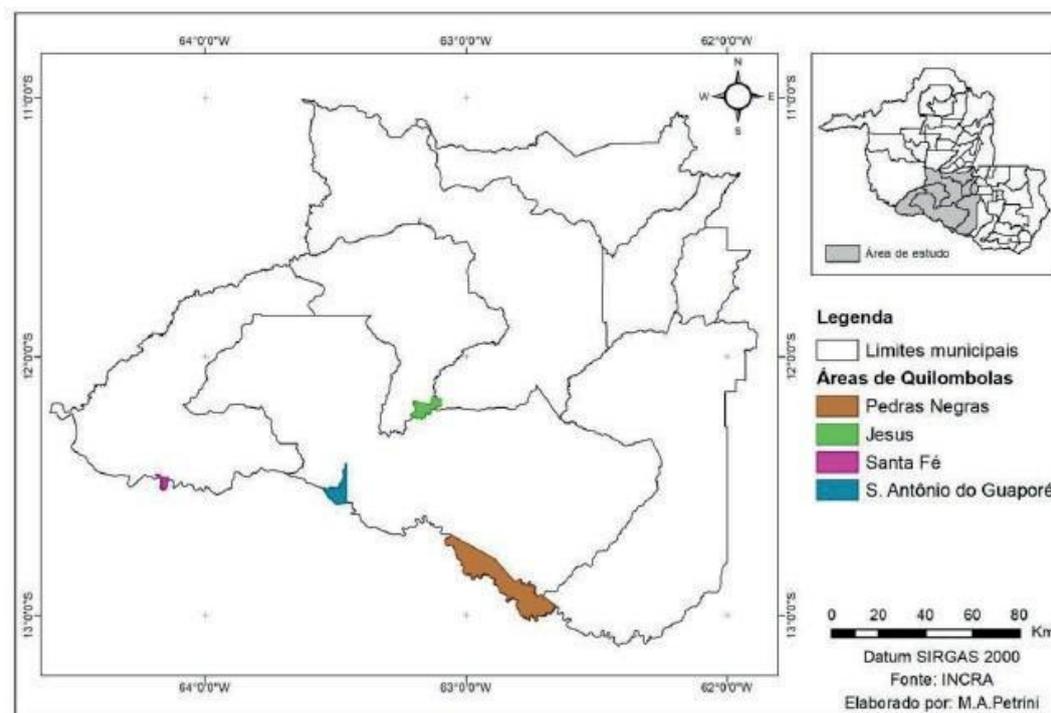
Tabela 3 – Comunidades quilombolas de Rondônia

Comunidade	Município	Área (ha)	N° de famílias	Etapa
Pedras Negras	São Francisco do Guaporé e Alta Floresta D'Oeste	43.911,1	26	RTDI
Santo Antônio do Guaporé	São Francisco do Guaporé	41.600,0	21	RTDI
Jesus	São Miguel do Guaporé e Seringueiras	5.627,3	12	Titulado
Santa Fé	Costa Marques	1.452,9	41	Titulado
Forte Príncipe da Beira	Costa Marques	Não informada	200	Certificado
Laranjeiras	Pimenteiras do Oeste	Não informada	5	Certificado
Rolim de Moura do Guaporé	Alta Floresta do Oeste	1.500,0	94	Certificado

Fonte: INCRA (2019) e RHA (2018).

Já a localização das áreas em fase avançada de reconhecimento do território é mostrada na Figura 4. Estas quatro áreas identificadas e delimitadas representam um total de 92.591 hectares, onde vivem 100 famílias quilombolas.

Figura 4 - Comunidades Quilombolas existentes na área de estudo



Fonte: Elaborado pela autora com base em INCRA (2019a).

Um importante instrumento de ordenamento territorial é o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) de Rondônia, instituído pela Lei Complementar nº 233/00. Trata-se de uma base de informações social, econômica e ambiental, e um instrumento técnico e político voltado ao planejamento, cuja finalidade é otimizar o uso do espaço e orientar as políticas públicas. O ZSEE divide-se em três zonas, definidas pelo grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, além das UCs (RONDÔNIA, 2000).

A Zona 1 corresponde às áreas de usos agropecuários, agroflorestais e florestais, com graus variáveis de ocupação e de vulnerabilidade ambiental. Nelas, deve ser estimulado o desenvolvimento de atividades primárias em áreas já desmatadas ou antropizadas, com práticas adequadas e manejo no uso dos recursos naturais, especialmente o solo, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta. Além disso, é importante incentivar o manejo sustentado dos recursos florestais e, em particular, o reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, de preservação permanente e da reserva legal. Recomenda-se, ainda, a aplicação de políticas públicas compensatórias visando a manutenção dos recursos

florestais remanescentes, evitando a sua conversão para sistemas agropecuários extensivos. As obras de infraestrutura, como as estradas, deverão estar condicionadas às diretrizes de uso das subzonas.

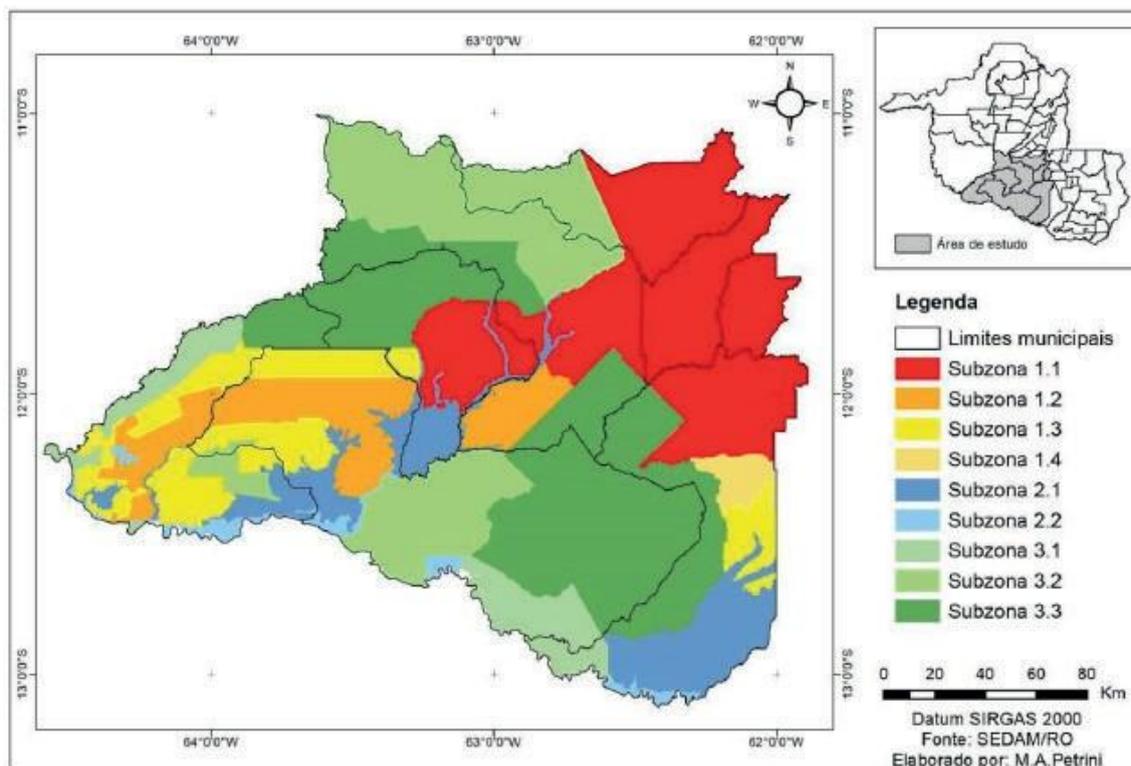
A Zona 1 divide-se em quatro subzonas. A subzona 1.1 constitui-se de áreas com grande potencial social, sendo dotadas de infraestrutura suficiente para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Apresentam aptidão agrícola predominantemente boa e vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa. A subzona 1.2 é composta por áreas com médio potencial social, onde predomina a cobertura florestal natural em processo de ocupação acelerado e sem controle. A aptidão agrícola é predominantemente regular e a vulnerabilidade natural à erosão é predominantemente baixa a média. Já a subzona 1.3 corresponde às áreas com predomínio da cobertura vegetal natural, com expressivo potencial florestal, em processo de ocupação agropecuária incipiente e, geralmente, não controlado. Apresenta aptidão agrícola predominantemente restrita e vulnerabilidade natural à erosão predominantemente média. Por fim, na subzona 1.4 estão as áreas onde a infraestrutura disponível propicia a exploração das terras, embora as condições naturais impõem restrições ao desenvolvimento de atividades de conversão da cobertura vegetal natural. Compreende ecossistemas de relevante interesse para a preservação dos recursos naturais, em especial os hídricos. A vulnerabilidade natural à erosão é predominantemente alta.

A Zona 2 compreende as áreas de usos especiais, ou seja, de conservação dos recursos naturais, passível de uso sob manejo sustentável. Esta zona divide-se em duas subzonas. Na subzona 2.1 as atividades de conversão das terras florestais são pouco expressivas, sendo que o custo de oportunidade de preservação se mantém entre baixo e médio, com boas possibilidades de conservar o estado natural. Algumas áreas nesta subzona apresentam alto potencial para o ecoturismo e para atividades de pesca. A subzona 2.2, por sua vez, engloba as áreas com ocupação inexpressiva, onde os custos de oportunidade da preservação florestal são baixos, facilitando a conservação da vegetação natural. Dessa forma, esta subzona apresenta potencial para atividades científicas e econômicas de baixo impacto ambiental sob manejo sustentado.

A Zona 3 corresponde às áreas institucionais, constituídas pelas áreas protegidas de uso restrito e controlado, previstas em lei e instituídas pela União, Estado e municípios. Divide-se em três subzonas. A subzona 3.1 são as áreas constituídas pelas UCs de uso direto, enquanto a subzona 3.2 é formada pelas UCs de uso indireto. Em ambas as subzonas a utilização dos recursos ambientais deverá seguir os planos e diretrizes específicas de cada unidade. Já a subzona 3.3 compreende as TIs, em que a utilização dos recursos naturais está limitada por lei e seu aproveitamento somente poderá ser efetuado se autorizado ou concedido pela União.

A Figura 5 traz o ZSEE para a área de estudo, enquanto a Tabela 4 mostra a área de cada zona e subzona. Observa-se que a Zona 3 é maioria na região de estudo, com 18.779,05 km², seguida pela Zona 1 com 16.517,00 km². Em relação às subzonas, a 3.3 (TIs) é a de maior tamanho, com 10.158,46 km², logo seguida pela subzona 1.1 (áreas de intensa ocupação), que possui 9.177,15 km².

Figura 5 - Zoneamento Socioeconômico Ecológico da área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora com base em SEDAM/RO (2019a).

Tabela 4 - Área (km²) de cada zona e subzona na área de estudo.

Zonas	Área (km ²) das zonas	Subzonas	Área (km ²) das subzonas
1	16.517	1.1	9.177,15
		1.2	3.297,79
		1.3	3.580,69
		1.4	461,37
2	4.358,86	2.1	3.781,06
		2.2	577,80
3	18.779,05	3.1	2.001,16
		3.2	6.619,43
		3.3	10.158,46

Fonte: Áreas calculadas pela autora com base em arquivo vetorial da Figura 5.

Além do ZSEE, de âmbito estadual, os municípios podem contar ainda com os Planos Diretores Municipais como instrumento básico do ordenamento territorial e pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades, a fim de garantir o bem-estar de seus habitantes. Contudo, como o Estatuto da Cidade estabelece que o Plano Diretor é obrigatório somente para cidades com mais de 20 mil habitantes (BRASIL, 2001), apenas os municípios de Alta Floresta D'Oeste e São Miguel do Guaporé o possuem. Ambos estão regulamentados por lei municipal e apresentam instrumentos para o desenvolvimento sustentável e para a gestão ambiental municipal.

3. Dados dos questionários

O levantamento da demanda por cursos de formação profissional foi realizado por uma equipe do Observatório do IFRO nos oito municípios estudados, no início do ano de 2019. Para se obter o perfil socioeconômico e os interesses por formação profissional, a equipe aplicou questionários para diferentes grupos, segundo as orientações dos Cadernos de Campo (IFRO, 2019a). Os grupos entrevistados foram: população geral; estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio; gestores públicos – prefeituras; gestores públicos da educação; organizações da sociedade civil; associações e cooperativas representativas de trabalhadores; maiores empresas empregadoras e órgãos ligados à assistência técnica e representações comerciais e industriais. Neste estudo, foram aproveitados os dados relacionados à dimensão geopolítica-institucional e a demanda pelos cursos.

Em relação ao grupo de gestores públicos – prefeituras, foram realizadas 17 entrevistas, sendo cinco em Alvorada D'Oeste, duas em Alta Floresta D'Oeste, uma em Costa Marques, duas em Nova Brasilândia D'Oeste, duas em Novo Horizonte do Oeste, duas em São Francisco do Guaporé, uma em São Miguel do Guaporé e duas em Seringueiras. Segundo os entrevistados, as atividades com maior participação na economia da região são a agropecuária (pecuária de corte e de leite, café, arroz, soja, inhame) majoritariamente da agricultura familiar, comércio e serviço público.

O setor da economia que tem apresentado maior crescimento é o agropecuário, com destaque para bovinocultura, cafeicultura e piscicultura, além do comércio que foi citado por quatro respondentes. Estes setores também foram os mais citados pela carência de profissionais qualificados, tendo sido citadas ainda as áreas administrativa e educacional. A respeito de recursos naturais que poderiam ser mais bem aproveitados para a geração de emprego e renda, os entrevistados citaram a exploração do turismo ecológico, castanhas e frutas (açai), mineração (ferro e zinco).

Para atender às necessidades da região, os entrevistados das prefeituras municipais responderam que o IFRO contribuirá com a formação / capacitação / qualificação profissional, tanto de nível técnico quanto superior. Além disso,



alguns citaram o incentivo ao empreendedorismo e projetos de cunho social. Na pesquisa, o IFRO poderá contribuir com projetos focados na agricultura familiar (café, leite, pesca, apicultura, beneficiamento de castanha e produtos fármacos), na integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais.

Quanto ao interesse em contar com a colaboração do IFRO em ações sociais, projeto de pesquisa e extensão ou implantar ações para garantir acesso dos estudantes ao campus, muitos entrevistados não responderam a essas questões, entretanto alguns demonstraram interesse em parcerias com o Instituto e/ou se dispuseram a oferecer transporte para os alunos. Os cursos técnicos, superiores e de curta duração que poderiam ser implantados pelo IFRO, conforme demanda desse grupo entrevistado, referem-se principalmente aos Eixos Tecnológicos de Recursos Naturais; Gestão e Negócios; Produção Alimentícia; Informação e Comunicação; Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Considerando-se o grupo de gestores públicos da educação, foram realizadas 13 entrevistas, sendo uma em Alvorada D'Oeste, duas em Alta Floresta D'Oeste, três em Nova Brasilândia D'Oeste, duas em Novo Horizonte do Oeste, duas em São Francisco do Guaporé, uma em São Miguel do Guaporé e duas em Seringueiras. Não houve entrevista em Costa Marques. Para este grupo, as principais necessidades de formação de professores, inicial e continuada, são nas áreas de Exatas e Ciências da Natureza, pós-graduação (Mestrado e Doutorado), educação especial, libras, novas metodologias de ensino e inovações tecnológicas. A maioria dos entrevistados disse não haver projetos ou ações voltadas para o atendimento das necessidades da população em situação de vulnerabilidade, porém demonstraram interesse em contar com a colaboração do IFRO em futuras ações. Nos casos de violência infanto-juvenil, por exemplo, os gestores indicaram que o IFRO poderá contribuir com a capacitação profissional para lidar com essas dificuldades, além de oferecer palestras e oficinas temáticas para os alunos. Os cursos técnicos, superiores e de curta duração para atender às demandas locais são dos Eixos Tecnológicos de Desenvolvimento Educacional e Social; Informação e Comunicação; Recursos Naturais; Gestão e Negócios.

No grupo de organizações da sociedade civil, somente a Organização Multietária Sociocultural de São Miguel do Guaporé respondeu ao questionário. Esta entidade realiza orientação e apoio sociofamiliar, fortalecimento de vínculo e o projeto Escola da Cidadania, com crianças, jovens e idosos. Para essa organização, a demanda por cursos rápidos está em Informática, Auxiliar de Saúde bucal, Vendas e Atendentes; os cursos técnicos de interesse são Administração, Agropecuária, Enfermagem, Informática, Mecânica e Secretariado; e os cursos superiores de Letras, Contabilidade, Medicina, Direito, Nutrição, Psicologia e Odontologia.

Entre os órgãos ligados à assistência técnica e representações comerciais e industriais, foram entrevistados seis representantes de órgãos como Emater, Semagri, Idaron e Câmara de Dirigentes Lojistas, nos municípios de Alvorada D'Oeste, Alta Floresta D'Oeste, Costa Marques, Novo Horizonte do Oeste e Seringueiras. Para esse grupo, as atividades produtivas que estão em expansão na região são a agropecuária (pecuária de corte e de leite, cafeicultura, piscicultura, fruticultura), agroindústria e turismo. Os maiores desafios enfrentados por essas instituições são relacionados à logística, problemas com fornecimento de energia e internet, falta de laboratórios para realização de análises e exames em animais, falta de mão de obra qualificada, resistência dos produtores em adotar novas tecnologias, dificuldade na gestão da propriedade e no cooperativismo.

Nesse contexto, os cursos demandados por esse grupo são dos Eixos Tecnológicos de Recursos Naturais; Produção Alimentícia; Informação e Comunicação; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Gestão e Negócios. Quanto à pesquisa, os interesses se voltam à temas como melhoramento genético animal e vegetal, melhoramento de pastagens, alimentação e doenças de peixes, resíduos de alimentos e de agroindústrias, irrigação de café, impacto do uso de herbicidas, análise de solos e potencial turístico, sendo direcionada aos produtores rurais familiares, comunidades quilombolas e de reservas extrativistas.

Entre as associações e cooperativas representativas de trabalhadores, participaram da pesquisa os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Guaporé e de Novo Horizonte do Oeste, da Associação Comercial e Empresarial de Nova Brasilândia D'Oeste, e da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Guaporé. As maiores dificuldades destas entidades em relação à produção são falta de assistência técnica e de acesso a tecnologias, falta de pessoal capacitado, tanto no setor agrícola quanto comercial e industrial, na geração de empregos e na gestão de pessoas. Os cursos técnicos e superiores de interesse pertencem aos Eixos Tecnológicos de Recursos Naturais; Gestão e Negócios; Saúde e Estética; Informação e Comunicação. Em termos de pesquisa, esse grupo prioriza as necessidades dos agricultores de modo geral.

Por fim, no grupo de maiores empresas empregadoras, foram feitas duas entrevistas. Uma com o responsável por uma empresa do ramo agrícola de São Miguel do Guaporé, que vê carência profissional de técnicos em agropecuária, em finanças e em operadores de máquinas, sendo que o IFRO poderia contribuir integrando projetos em parceria com Emater, Secretaria da Agricultura e empresas para dar suporte a agricultores, associações e cooperativas, além de desenvolver pesquisas nas áreas agrícola, pecuária e alimentos. Já a segunda empresa entrevistada é do ramo de motocicletas e agropecuária de Novo Horizonte do Oeste, e colocou que sente falta de profissional capacitado em seu setor de atuação e, dessa forma, o IFRO poderia contribuir com cursos profissionalizantes na área de Gestão e desenvolver pesquisas na área de Zootecnia.



Vale ressaltar que, além das indicações das organizações civis e governamentais da região de São Miguel do Guaporé presentes neste relatório, para o atendimento da demanda de ensino devem ser considerados principalmente os apontamentos do público-alvo direto, ou seja, os potenciais alunos. No âmbito do projeto de pesquisa “Diagnóstico Regional Campus São Miguel do Guaporé”, a dimensão Socioeducacional e Cultural apresenta as situações populacional e educacional da região, incluindo os dados de tal demanda. Dessa forma, as atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão poderão ser realizadas da melhor maneira possível para o efetivo cumprimento dos objetivos e finalidades de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Situação da Sustentabilidade e do Meio Ambiente

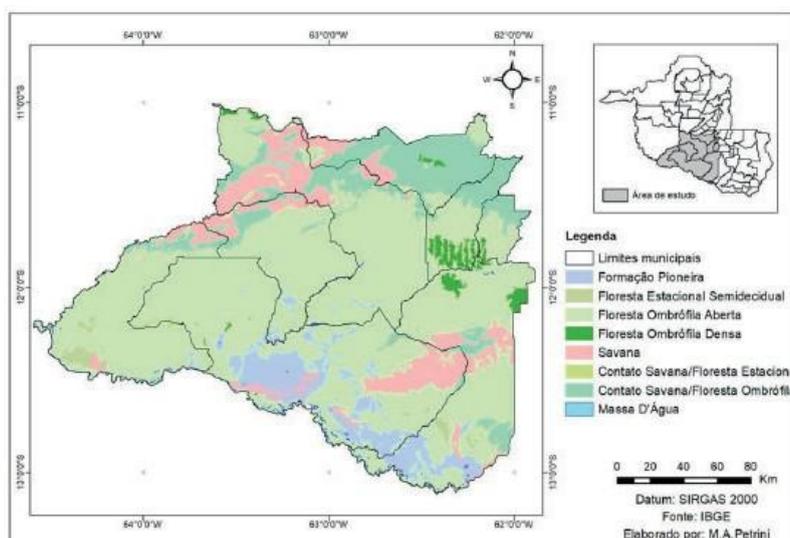
Esta situação diz respeito à caracterização e interações do ambiente natural e social e análise dos fatores geoambientais intervenientes na produção e na qualidade de vida das populações (IFRO, 2019).

4. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

4.1 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL, USO DO SOLO E DESMATAMENTO

A região de São Miguel do Guaporé mostra uma fitogeografia diversificada, refletindo a variação de aspectos físicos como relevo, litologias, solos e clima. A vegetação natural sofre uma diminuição gradual conforme a ocupação aumenta, tendendo a se concentrar nas Áreas Especiais, como as UCs e TIs descritas anteriormente. A Floresta Ombrófila Aberta é a região fitoecológica de maior presença na área de estudo, havendo também Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecidual, Savana e Formação Pioneira, além de área de contato entre Savana com Floresta Ombrófila e com Floresta Estacional (Figura 6).

Figura 6 – Regiões fitoecológicas presentes na área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019).

Em relação à hidrografia, o Estado de Rondônia é dividido em sete bacias Hidrográficas do Rio Guaporé e na do Rio Machado. As bacias hidrográficas são ainda subdivididas em Unidades Hidrográficas de Gestão (UHG) a fim de se criar grupos homogêneos para a gestão do uso dos recursos hídricos, servindo como elemento de entrada para estudos mais detalhados e facilitando a implementação e monitoramento das intervenções que forem propostas em cada UHG. Dessa forma, para a gestão dos recursos hídricos, os municípios estudados fazem parte das UHGs do Médio Rio Machado, do Baixo Guaporé e do Rio Branco e Colorado, conforme se observa na Figura 7 (RHA, 2018).

Além disso, há também os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), que são órgãos colegiados integrantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos com atribuições consultivas e deliberativas, devendo desenvolver suas ações com base em uma gestão descentralizada e participativa entre o poder público, os usuários e a sociedade civil. Em 2014, foram criados legalmente cinco CBHs no Estado, entre eles o CBH dos Rios São Miguel – Vale do Guaporé que já se encontra em funcionamento e o CBH dos Rios Alto e Médio Machado e o CBH dos Rios Branco e Colorado ainda não foram implantados (RHA, 2018).

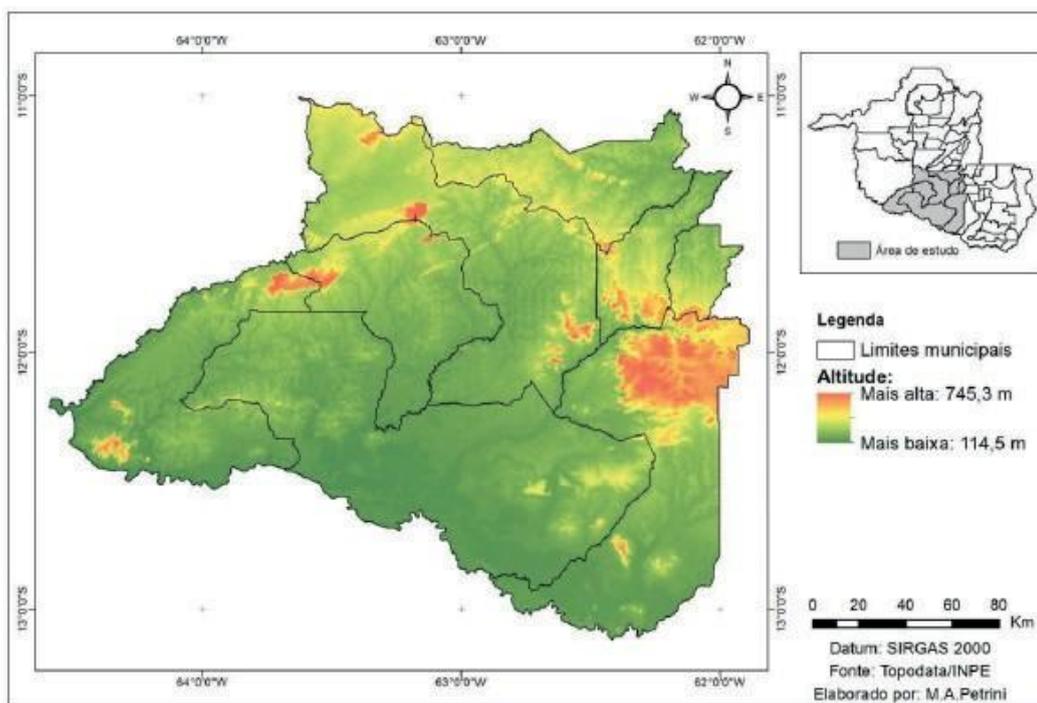
Figura 7 – Unidades Hidrográficas de Gestão da área de estudo: do Médio Rio Machado, do Baixo Guaporé e do Rio Branco e Colorado.



Fonte: Adaptado de RHA, 2018.

O relevo da região de São Miguel do Guaporé apresenta variação altimétrica entre 114,5 e 745,3 metros (Figura 8).

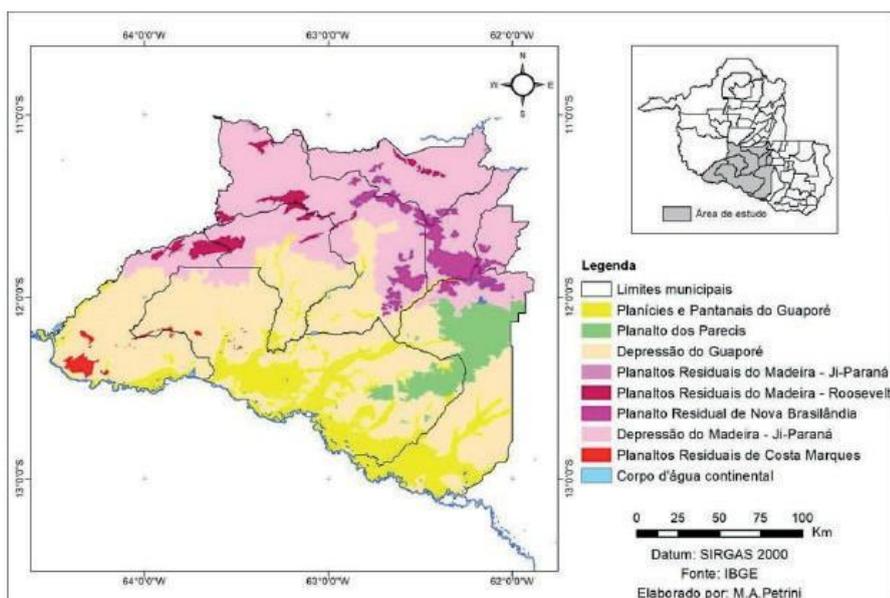
Figura 8 – Variação altimétrica da área de estudo



Fonte: Elaborado pela autora com base em Valeriano (2008).

As áreas mais elevadas correspondem à unidade de relevo denominada planalto, como o Planalto dos Parecis, por exemplo. Já as áreas mais baixas compreendem as planícies e depressões, como a Depressão do Guaporé e as Planícies e Pantanaís do Guaporé (Figura 9).

Figura 9 – Geomorfologia da área de estudo.

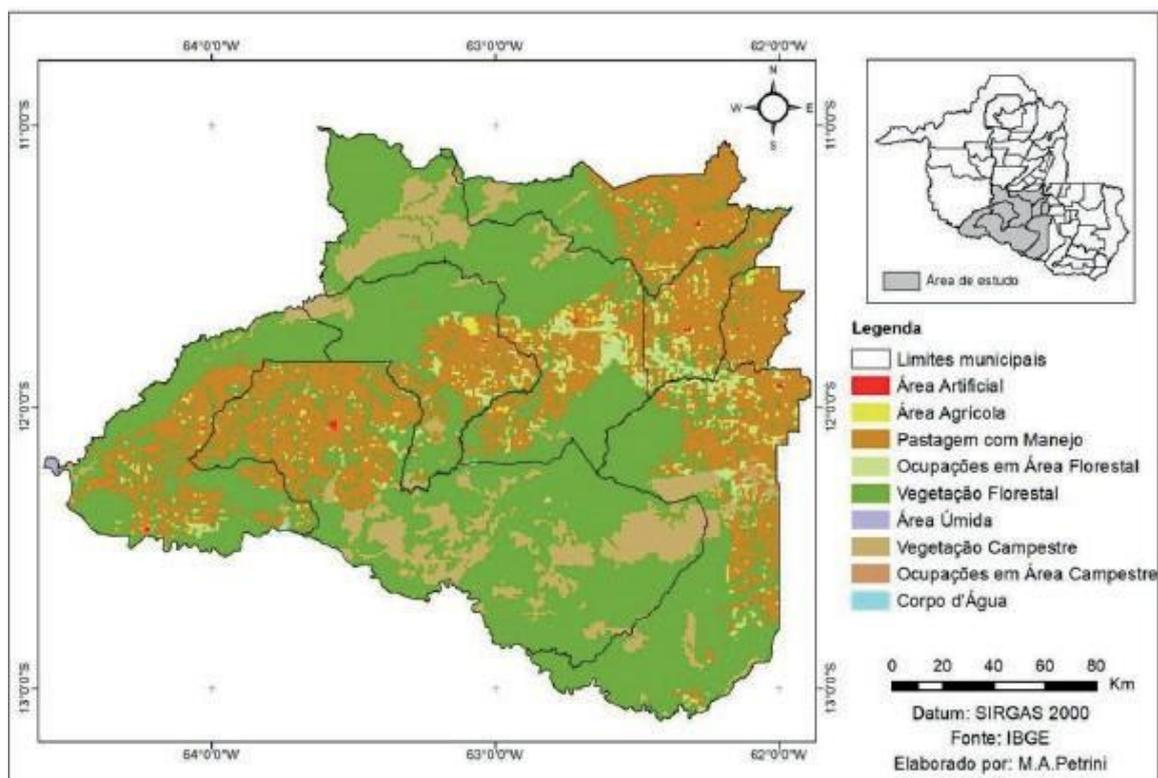


Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2019).

O clima na área de estudo é o Equatorial, caracterizado por ser quente e úmido, com temperatura média do ar maior que 18° C em todos os meses do ano e um período de três meses secos (IBGE, 2019a).

A Figura 10 ilustra o uso e ocupação do solo nos municípios de estudo. Este mapeamento foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizando-se imagens de satélite e levantamentos de campo, e corresponde ao ano de 2016. Pela legenda, observa-se que as áreas de “Vegetação Florestal” e de “Vegetação Campestre” coincidem com as áreas das UCs e das TIs, indicando a importância dessas áreas especiais para a preservação da vegetação natural. Destacam-se também as áreas ocupadas com “Pastagem com Manejo”, correspondentes à Zona 1 do ZSEE. As áreas de “Ocupações em Área Florestal” se caracterizam por ocupação mista de agricultura, pastagem e/ou silvicultura associada ou não a remanescentes florestais, na qual não é possível uma individualização de seus componentes. O mesmo se refere às “Ocupações em Área Campestre”, porém associada ou não a remanescentes campestres (IBGE, 2018).

Figura 10 – Uso e ocupação do solo nos municípios de estudo.

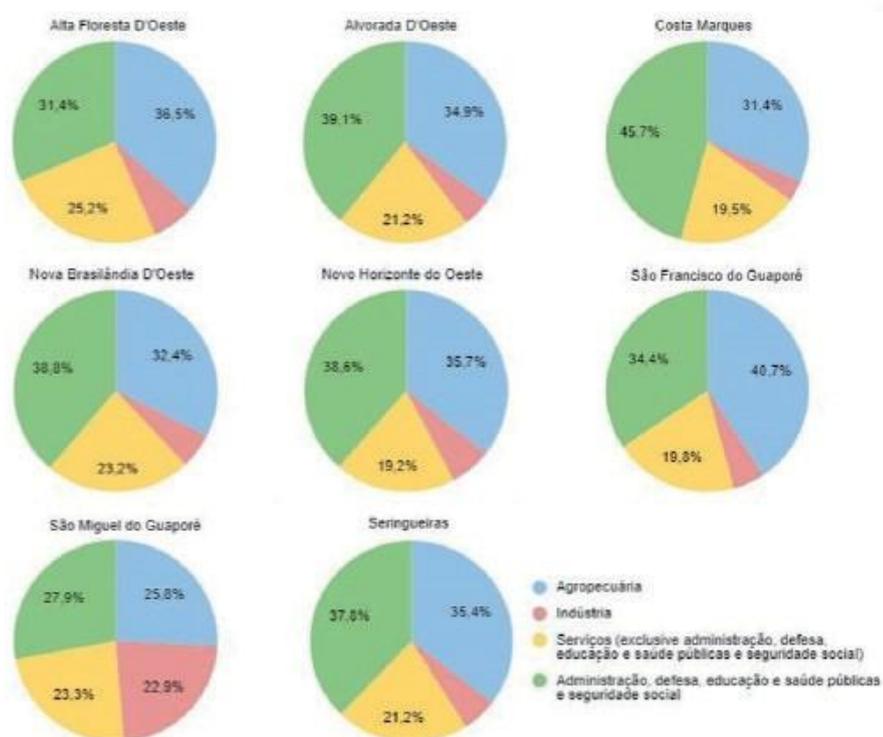


Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, 2019a.

A atividade pecuária foi responsável pela dinamização das atividades econômicas na área de influência da BR-429 (vide Figura 1) e, conseqüentemente, pela transformação de sua configuração territorial. A região viveu um período de estagnação econômica até os anos 2000 quando, estimulada por questões em escala nacional e internacional, passou a receber os feixes de indução privado e público, fato que acabou promovendo a elevação do Produto Interno Bruto - PIB (BATISTA, MURATORI e PENHA, 2016).

Considerando-se os três grandes setores da atividade econômica - Agropecuária, Indústria e Serviços - atualmente o valor adicionado bruto da Agropecuária compõe a maior parte do PIB dos municípios estudados, com exceção do valor adicionado bruto da Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social, cujo segmento é relevante em qualquer economia municipal. O setor industrial é o que menos contribui para o PIB dos municípios (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Valor adicionado bruto, em porcentagem, dos setores da economia de cada município estudado, ano de 2016.



Fonte: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios, 2016.

A importância da agropecuária na dinamização econômica pode ser exemplificada pelo crescimento do número de cabeças de rebanho bovino na área de estudo a partir do final da década de 1990 (Gráfico 2). Destacam-se os municípios de Alta Floresta D'Oeste e São Francisco do Guaporé, sendo que este último, apesar de ter sido desmembrado de Costa Marques e Seringueiras e elevado à categoria de município apenas em 1995, apresentou o maior incremento e, atualmente, possui o maior efetivo de rebanho bovino na região.

Gráfico 2 – Evolução do efetivo de rebanho bovino (número de cabeças) em cada município estudado.

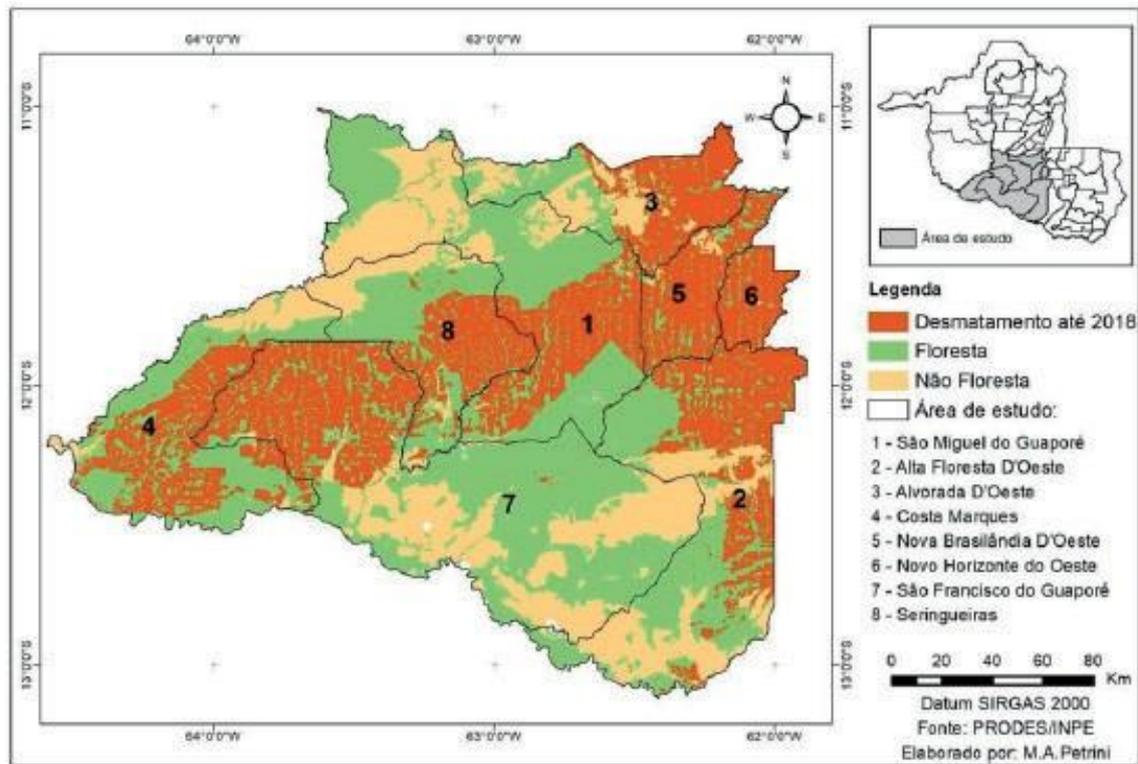


Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

O trabalho de Batista, Muratori e Penha (2016) demonstrou que existem duas situações de espacialização das atividades econômicas ao longo da BR-429 e seus eixos de conexão, isto é, um padrão de consolidação e outro de expansão. A partir do município de São Miguel do Guaporé em direção à BR-364 encontram-se as atividades agrícolas historicamente consolidadas, onde a expansão de novas áreas de produção é limitada. Já o padrão de expansão situa-se em direção ao município de Costa Marques, onde, além da pecuária, o cultivo de café, arroz, milho e soja também está em expansão.

A Figura 11 mostra as áreas desmatadas até o ano de 2018 nos municípios de estudo, as quais praticamente coincidem com as áreas ocupadas com pastagem da Figura 10.

Figura 11 – Áreas desmatadas até o ano de 2018 nos municípios de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora com base em INPE (2019a).

De acordo com o INPE (2019), Novo Horizonte do Oeste e Nova Brasilândia D'Oeste possuíam 87,9% e 77,6%, respectivamente, de suas áreas municipais desmatadas, apesar de apresentarem as menores áreas desmatadas em termos absolutos (Tabela 5). Esses municípios estão situados na área agrícola consolidada, onde os desmatamentos chegaram ao limite.

São Francisco do Guaporé, localizado no eixo de expansão, apresentou a maior quantidade de área desmatada até o ano de 2018 (2.549,2 km²), embora esse número represente a menor porcentagem entre as áreas municipais desmatadas (23%) (Tabela 5).

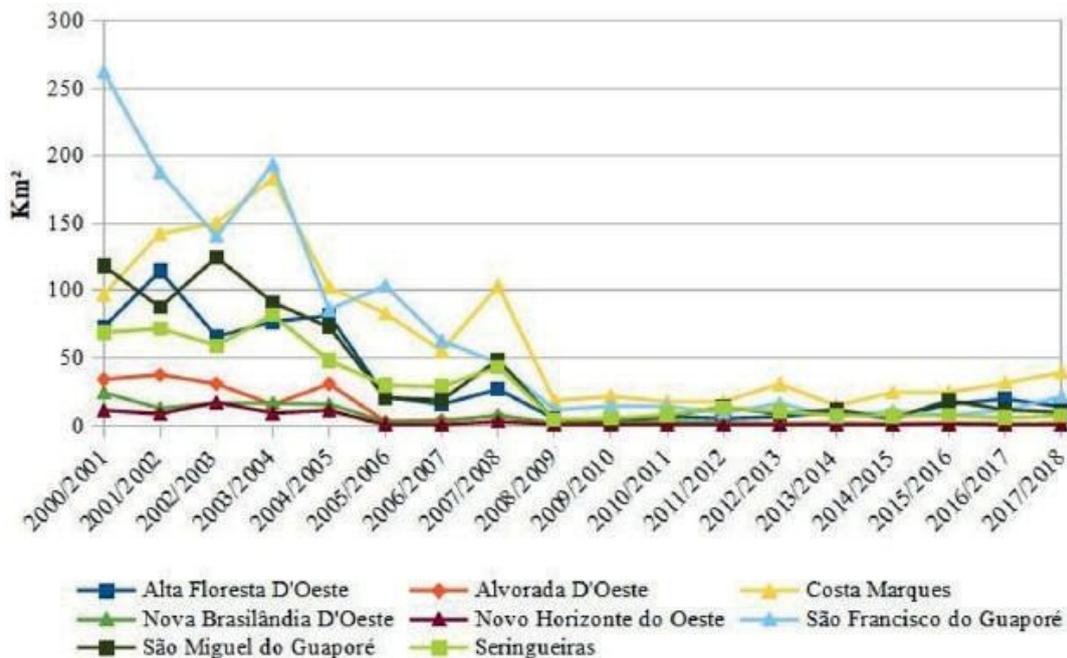
Tabela 5 – Total da área desmatada até o ano de 2018 e sua porcentagem em relação à área municipal.

Municípios	Área municipal (km ²)	Área desmatada até 2018 (km ²)	%
Alta Floresta D'Oeste	7.137	2.327,9	32,6
Alvorada D'Oeste	3.060	1.384,7	45,3
Costa Marques	5.058	1.846,8	36,5
Nova Brasilândia D'Oeste	1.167	905,6	77,6
Novo Horizonte do Oeste	852	748,6	87,9
São Francisco do Guaporé	11.095	2.549,2	23,0
São Miguel do Guaporé	8.102	2.218,9	27,4
Seringueiras	3.821	1.300,1	34,0

Fonte: Elaborado pela autora com base em INPE (2019).

Além disso, este município também apresentou os maiores incrementos de desmatamento entre 2000 e 2008 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Incrementos de desmatamento a partir de 2000/2001 na área de estudo.



Fonte: Elaborado pela autora com base em INPE (2019).

Neste período, destacam-se também os municípios de Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Alta Floresta D'Oeste e Seringueiras com maiores incrementos de desmatamento. A partir de 2008/2009, os incrementos de desmatamento diminuíram e permaneceram constantes. Costa Marques é o município que mostrou o maior incremento nos últimos anos, tendo desmatado 39,2 km² no ano de 2018 (Gráfico 3).

4.2 MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Ao se relacionar meio ambiente e saúde, utiliza-se a definição de que a saúde não é apenas a ausência de doença. Nesse sentido, os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país, sendo que a saúde e o bem-estar dependem da interação entre diversos fatores determinantes e condicionantes, como, por exemplo, alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e acesso a bens e serviços essenciais (BRASIL, 2015).

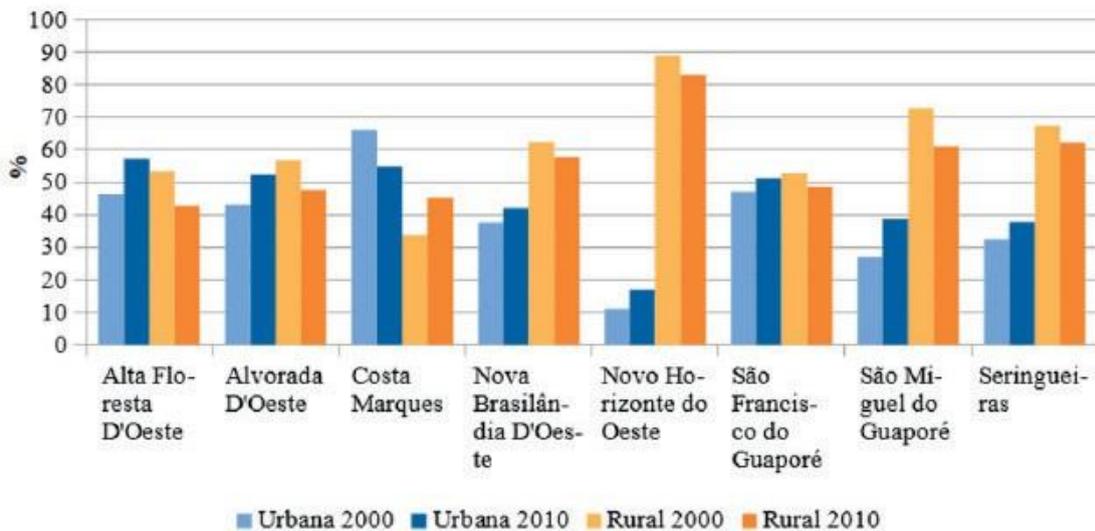
Em Rondônia, o processo histórico de ocupação do território, desde o início do ciclo da borracha em 1880 e a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, passando pela Comissão Rondon em meados do século XX até os projetos de colonização nas décadas de 1970 e 80, foi bastante conflitivo e desorganizado devido a esses diferentes fluxos migratórios. Em consequência disso, a dinâmica territorial de Rondônia é marcada por impactos sobre a qualidade de vida urbana, o desmatamento e a degradação ambiental (RHA, 2018).

Além disso, o crescimento populacional associado à baixa capacidade de criação de infraestrutura socioambiental pode ser um fator de risco à saúde, pois uma maior concentração de pessoas em áreas com infraestrutura precária leva a maior exposição a um ambiente insalubre (BRASIL, 2015).

Em 2010, a população urbana no Estado atingiu 73,5% da população total, sendo o restante (26,5%) residente em áreas rurais. Dez anos antes, em 2000, esse índice era de 64,1% e 35,9%, respectivamente (IBGE, 2010). Em relação aos municípios de estudo, a distribuição da população entre áreas rurais e urbanas é apresentada no Gráfico 4. Com exceção de Costa Marques, os municípios mostram que a população urbana aumentou e a população rural diminuiu entre 2000 e 2010.

Ainda assim, os municípios de Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, São Miguel do Guaporé e Seringueiras apresentavam, em 2010, uma população rural maior que a urbana, destacando-se Novo Horizonte do Oeste com 83% de população rural.

Gráfico 4 – População residente (%) por situação do domicílio, em 2000 e 2010.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010, Tabela 202

Muitas vezes, em todas as regiões do Brasil, o adensamento de zonas urbanas ocorre sem que as cidades tenham capacidade de infraestrutura básica. Isso acarreta grande pressão ambiental, social e econômica, uma vez que esse processo desencadeia maior demanda dos recursos naturais, aumenta a quantidade de resíduos gerados e amplia a insuficiência de saneamento básico. A população rural, por sua vez, também está submetida às condições de baixa estrutura de saneamento básico, que é um determinante social para a prevenção de doenças e promoção da saúde (BRASIL, 2015).

No último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, podem-se encontrar dados sobre as características dos domicílios municipais em relação ao saneamento, tal como existência de banheiro ou sanitário nos domicílios, tipo de esgotamento sanitário, forma de abastecimento de água, e destino do lixo (IBGE, 2010).

A Tabela 6 mostra a porcentagem de domicílios urbanos e rurais que possuem banheiro de uso exclusivo do domicílio, apenas sanitário e aqueles que não tinham nem banheiro e nem sanitário. A título de comparação, são apresentados também os dados do Estado de Rondônia e do Brasil. Observa-se que a grande maioria dos domicílios, tanto urbanos quanto rurais, tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio. Costa Marques e São Francisco do Guaporé apresentaram uma porcentagem maior de domicílios urbanos que tinham sanitário em comparação a Rondônia e Brasil. Nos domicílios rurais, a proporção daqueles que tinham sanitário é maior do que a situação nacional, exceto em Novo Horizonte do Oeste, que possui 82,4% de domicílios rurais e quase a totalidade deles (79,6%) possuía banheiro de uso exclusivo.

Tabela 6 – Domicílios (%) por situação do domicílio e tipo de esgotamento sanitário

Municípios	Urbana				Rural			
	Tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio	Tinham sanitário	Não tinham banheiro nem sanitário	Total	Tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio	Tinham sanitário	Não tinham banheiro nem sanitário	Total
Alta Floresta D'Oeste	57,1	1,6	0,3	59,0	29,9	7,9	3,2	41,0
Alvorada D'Oeste	51,5	2,0	0,3	53,8	33,3	11,9	1,1	46,2
Costa Marques	43,5	9,0	0,8	53,3	27,5	17,8	1,5	46,7
Nova Brasilândia D'Oeste	42,4	1,5	0,2	44,1	39,0	14,2	2,7	55,9
São Francisco do Guaporé	47,5	6,0	0,3	53,8	33,5	11,3	1,4	46,2
São Miguel do Guaporé	39,5	0,4	0,2	40,1	42,8	15,2	2,0	59,9
Seringueiras	37,9	1,1	0,0	39,1	49,0	10,1	1,9	60,9
Rondônia	70,9	3,0	0,4	74,3	19,6	5,0	1,2	25,7
Brasil	83,3	2,1	0,5	85,9	10,0	2,0	2,1	14,1

* A categoria “Tinham sanitário” inclui banheiro de uso comum a mais de um domicílio. Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010, Tabela 1394.

Considerando-se o tipo de esgotamento sanitário (Tabela 7), 55% dos domicílios urbanos do país utilizam a rede geral de esgoto ou pluvial. Este quadro não se repete no Estado e nem nos municípios estudados, onde ínfima parcela dispõe desse tipo de esgotamento. A maioria dos domicílios, tanto urbanos quanto rurais, fazem uso da fossa rudimentar. O problema é que, ao contrário da fossa séptica, a fossa rudimentar não funciona de modo a evitar a contaminação de águas superficiais e subterrâneas e contribui para a proliferação de vetores, o que ocasiona doenças diarreicas (COSTA e GUILHOTO, 2014).

Tabela 7 – Domicílios (%) por situação do domicílio e tipo de esgotamento sanitário.

Municípios	Urbana				Rural					
	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Outro	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Outro*	Total
Alta Floresta D'Oeste	0,2	1,1	55,6	2,1	59,0	0,1	0,9	33,8	6,2	41,0
Alvorada D'Oeste	29,6	1,7	21,3	1,1	53,8	0,0	4,5	37,8	3,9	46,2
Costa Marques	0,1	4,4	40,4	8,4	53,3	0,1	3,3	28,8	14,5	46,7
Nova Brasilândia D'Oeste	0,1	2,8	40,5	0,7	44,1	–	1,0	49,9	5,0	55,9
Novo Horizonte do Oeste	0,0	0,2	17,3	0,0	17,6	3,5	5,7	67,9	5,3	82,4
São Francisco do Guaporé	–	1,3	48,4	4,1	53,8	–	2,5	39,8	3,9	46,2
São Miguel do Guaporé	0,2	1,0	38,3	0,5	40,1	0,1	8,7	42,9	8,3	59,9
Seringueiras	0,2	3,3	35,0	0,6	39,1	–	16,2	33,7	11,0	60,9
Rondônia	6,0	14,2	51,0	3,1	74,3	0,1	1,8	20,7	3,1	25,7
Brasil	55,0	9,7	16,8	4,4	85,9	0,4	2,0	7,6	4,1	14,1

* A categoria “Outro” inclui Vala; Rio, lago ou mar; Outro tipo; e Não tinham. Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010, Tabela 1394.

A forma de abastecimento de água (Tabela 8) em Rondônia e nos municípios de estudo também se diferencia do cenário nacional, no qual 78,9% dos domicílios urbanos possuem rede geral de abastecimento. No Estado, o abastecimento de água se dá pela rede geral em 37,7% e por poço ou nascente na propriedade em 34,3% dos domicílios urbanos, mostrando um equilíbrio entre as duas formas. Já nos municípios, somente Alvorada D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste e Novo Horizonte do Oeste possuem a maior parte dos domicílios urbanos abastecidos pela rede geral. Os restantes utilizam, em maior parte, poço ou nascente na propriedade para o abastecimento de água.

Na área rural, quase a totalidade dos domicílios utilizam poço ou nascente na propriedade como forma de abastecimento de água, seja nos municípios estudados ou no contexto estadual. Considerando-se o grande uso de fossa rudimentar nos domicílios rurais, a possibilidade de contaminação da água existe.

Tabela 8 – Domicílios (%) por situação de domicílio e forma de abastecimento de água.

Municípios	Urbana				Rural			
	Rede geral	Poço ou nascente na propriedade	Outra*	Total	Rede geral	Poço ou nascente na propriedade	Outra*	Total
Alta Floresta D'Oeste	23,2	34,4	1,5	59,0	1,2	34,9	4,9	41,0
Alvorada D'Oeste	43,3	9,8	0,7	53,8	0,7	40,8	4,7	46,2
Costa Marques	16,5	35,4	1,4	53,3	0,0	44,5	2,2	46,7
Nova Brasilândia D'Oeste	27,7	15,3	1,1	44,1	0,6	50,5	4,9	55,9
Novo Horizonte do Oeste	11,9	5,4	0,3	17,6	1,7	73,6	7,1	82,4
São Francisco do Guaporé	-	52,2	1,7	53,8	0,0	44,1	2,1	46,2
São Miguel do Guaporé	7,3	32,0	0,8	40,1	0,1	58,1	1,8	59,9
Seringueiras	8,5	29,7	0,9	39,1	1,0	58,3	1,6	60,9
Rondônia	37,7	34,3	2,3	74,3	0,8	22,5	2,4	25,7
Brasil	78,9	4,7	2,2	85,9	3,9	5,3	4,9	14,1

* A categoria "Outra" inclui Poço ou nascente fora da propriedade; Carro-pipa ou água da chuva; Rio, açude, lago ou igarapé; Poço ou nascente na aldeia; e Outra. Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010, Tabela 1395.

Em relação ao destino do lixo (Tabela 9), a coleta pelo poder público ocorre majoritariamente nos domicílios urbanos, sendo que uma pequena parcela do lixo é queimada na propriedade ou possui outra destinação inadequada. Por sua vez, a maioria dos domicílios rurais não é atendida com a coleta de lixo, que acaba sendo queimado na propriedade.

Tabela 9 – Domicílios (%) por situação de domicílio e destino do lixo.

Municípios	Urbana				Rural			
	Coletado	Queimado (na propriedade)	Outro*	Total	Coletado	Queimado (na propriedade)	Outro*	Total
Alta Floresta D'Oeste	54,9	3,8	0,4	59,0	2,0	35,0	4,0	41,0
Alvorada D'Oeste	50,2	2,8	0,8	53,8	0,9	39,5	5,8	46,2
Costa Marques	42,2	10,4	0,7	53,3	13,6	29,4	3,8	46,7
Nova Brasilândia D'Oeste	41,6	2,1	0,4	44,1	0,8	47,1	8,0	55,9
Novo Horizonte do Oeste	17,1	0,5	0,0	17,6	16,7	58,5	7,2	82,4
São Francisco do Guaporé	46,1	7,3	0,4	53,8	0,9	41,2	4,1	46,2
São Miguel do Guaporé	39,2	0,8	0,1	40,1	6,3	47,9	5,7	59,9
Seringueiras	35,3	3,6	0,2	39,1	4,1	51,4	5,4	60,9
Rondônia	70,4	3,4	0,5	74,3	2,2	21,0	2,4	25,7
Brasil	83,6	1,4	0,9	85,9	3,8	8,2	2,1	14,1

* A categoria “Outro” inclui Enterrado (na propriedade); Jogado em terreno baldio ou logradouro; Jogado em rio, lago ou mar; e Outro destino.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010, Tabela 1395.

Ainda, se for considerada a adequação de moradia (Tabela 10), ou seja, os domicílios particulares permanentes em áreas urbanas com rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto e coleta de lixo, os municípios estudados apresentam entre 0 e 3,9% de moradias adequadas, com exceção de Alvorada D'Oeste que se destaca com 48,8% de moradias adequadas. É uma quantidade bem abaixo daquela do Estado, que é de 15,5%, e ainda mais discrepante do cenário nacional, em que 71% das moradias são adequadas.

Tabela 10 – Domicílios (%) por adequação de moradia.

Municípios	% de moradia adequada*
Alta Floresta D'Oeste	0,9
Alvorada D'Oeste	48,8
Costa Marques	3,9
Nova Brasilândia D'Oeste	3,5
Novo Horizonte do Oeste	1,3
São Francisco do Guaporé	0
São Miguel do Guaporé	1,1
Seringueiras	0,5
Rondônia	15,5
Brasil	71,0

* Moradia adequada refere-se ao domicílio particular permanente com rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto, coleta de lixo.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010, Tabela 3362.

Nesse contexto, a falta de acesso ou o acesso deficiente a serviços básicos, como abastecimento de água, coleta de esgoto e de lixo, podem ter efeitos diretos ou indiretos na saúde da população e, por conseguinte, resultam em uma baixa qualidade de vida. Ao consultar a distribuição percentual das internações por grupo de causas e faixa etária – CID10, verifica-se que “algumas doenças infecciosas e parasitárias” são as causas principais de internação nos municípios da área de estudo (Tabela 11). Vale ressaltar que os dados do Censo Demográfico do IBGE são de 2010 e os dados de internações são de 2009, portanto as correlações entre a falta de saneamento básico e as doenças infecciosas e parasitárias se mostram válidas.

A Tabela 11 mostra que, considerando todas as idades, as doenças infecciosas e parasitárias foram a causa principal de internação em Alta Floresta D'Oeste, Alvorada D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste, São Miguel do Guaporé e Seringueiras. Em Novo Horizonte do Oeste e São Francisco do Guaporé foram a segunda causa principal e em Costa Marques foram a quarta causa de internações.

Considerando-se as faixas etárias, as doenças infecciosas e parasitárias foram a causa principal de internação principalmente para o grupo infanto-juvenil, de 5 a 9 e de 10 a 14 anos.

Tabela 12 – Distribuição percentual das internações por “algumas doenças infecciosas e parasitárias” e por faixa etária, em 2009.

Municípios	Menor 1	Posição*	1 a 4	Posição	5 a 9	Posição	10 a 14	Posição	15 a 19	Posição	20 a 49	Posição	50 a 64	Posição	65 e mais	Posição	60 e mais	Posição	Total	Posição (todas as idades)
Alta Floresta D'Oeste	33,8	2º	49,8	1º	56,6	1º	40,5	1º	20,6	2º	21,9	2º	18,5	2º	21,4	3º	19,8	3º	26,9	4º
Alvorada D'Oeste	30,0	2º	34,5	2º	47,0	1º	45,3	1º	26,1	2º	22,3	1º	17,3	1º	11,9	4º	13,1	3º	23,4	1º
Costa Marques	23,1	2º	23,4	2º	17,9	2º	15,6	3º	2,0	5º	3,4	6º	13,5	3º	9,5	4º	10,1	4º	8,2	4º
Nova Brasilândia D'Oeste	31,8	1º	38,0	2º	38,3	1º	40,0	1º	14,6	2º	15,9	3º	14,3	2º	19,8	2º	19,5	2º	21,2	1º
Novo Horizonte do Oeste	27,8	2º	25,0	2º	30,6	2º	29,2	2º	26,5	1º	18,7	1º	14,7	3º	5,8	3º	5,6	6º	18,6	2º
São Francisco do Guaporé	37,8	1º	29,9	2º	44,3	1º	45,9	1º	15,2	3º	16,5	3º	19,1	3º	13,8	4º	16,7	3º	21,6	2º
São Miguel do Guaporé	22,4	2º	24,0	2º	38,6	1º	37,5	1º	28,6	2º	28,3	1º	20,9	3º	17,3	3º	16,9	3º	27,2	1º
Seringueiras	44,4	1º	44,0	1º	34,4	1º	33,3	1º	19,0	2º	20,0	1º	22,8	1º	15,2	3º	18,4	2º	23,7	1º

* Posição que, entre outras doenças, “algumas doenças infecciosas e parasitárias” ocupam como causa principal de internação, referente à faixa etária da coluna à esquerda.

Fonte: Ministério da Saúde / Datasus (2019).

CONCLUSÃO

A região de São Miguel do Guaporé, por integrar o bioma amazônico, possui uma diversidade de áreas protegidas por UCs e TIs, sem contar as áreas de preservação permanente previstas na legislação, como os fundos de vale e as reservas legais das propriedades rurais. Diante disso, a expansão territorial de atividades produtivas como a pecuária extensiva, para além das áreas já desmatadas, torna-se limitada. Uma oportunidade para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região é o investimento em piscicultura, pesca esportiva e ecoturismo, por exemplo, e o fortalecimento da agricultura familiar, visando a inclusão produtiva na região. Estes setores, entre outros, podem se beneficiar de tecnologias limpas e certificações ambientais, aproveitando-se do alto valor agregado que produtos e serviços amazônicos podem ter.

Dessa forma, o campus do IFRO em São Miguel do Guaporé terá condições de atender as potencialidades socioeconômicas do município e sua área de abrangência, concentrando as atividades do tripé ensino, pesquisa e extensão nas áreas agrícola, ambiental de gestão. Para efetivo atendimento desta demanda, devem ser considerados também os apontamentos do público-alvo direto, ou seja, os potenciais alunos, além das indicações das organizações civis e governamentais e das características socioprodutivas da região.

No que se refere à dimensão geopolítica-institucional, os cursos técnicos voltados para as necessidades regionais fazem parte dos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Gestão e Negócios, Produção Alimentícia, Informação e Comunicação, e Turismo, Hospitalidade e Lazer. Os cursos superiores devem ser verticalizados nesses segmentos. As possibilidades de cursos a serem implantados no campus São Miguel do Guaporé são listadas abaixo. Além disso, ações de extensão articuladas com o mundo do trabalho e os segmentos sociais também podem suprir as necessidades locais. Os projetos de pesquisa e extensão são importantes para o atendimento de comunidades rurais, extrativistas e indígenas alocadas em áreas mais distantes e de difícil acesso.

1. Necessidade de formação em nível técnico profissional para atender o crescimento econômico local e regional

Eixo Gestão e Negócios

- Técnico em Administração
- Técnico em Agronegócio
- Técnico em Contabilidade
- Técnico em Cooperativismo
- Técnico em Finanças



Eixo Informação e Comunicação

- Técnico em Informática
- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática

Eixo Produção Alimentícia

- Técnico em Agroindústria

Eixo Recursos Naturais

- Técnico em Agricultura
- Técnico em Agroecologia
- Técnico em Agropecuária
- Técnico em Cafeicultura
- Técnico em Controle Ambiental
- Técnico em Equipamentos Pesqueiros
- Técnico em Florestas
- Técnico em Meio Ambiente
- Técnico em Pesca
- Técnico em Recursos Pesqueiros Técnico em Zootecnia

Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer

- Técnico em Guia de Turismo
- Técnico em Lazer

2. Necessidade de formação em nível superior para atender o crescimento econômico local e regional

2.1 Bacharelados

- Administração Agronomia
- Ciências Ambientais
- Contabilidade
- Engenharia Agrícola
- Engenharia Ambiental
- Engenharia de Pesca
- Medicina Veterinária
- Turismologia
- Zootecnia

2.2 Licenciaturas



- Biologia
- Ciências Agrárias

3. Principais necessidades de pesquisa para atender o crescimento econômico local e regional

1. Pesquisas voltadas a novas tecnologias e novos métodos de produção, como Integração Lavoura–Pecuária–Floresta e Sistemas Agroflorestais.
2. Pesquisas para identificar os interesses e atender as necessidades dos agricultores familiares e das comunidades vulneráveis da região.
3. Pesquisas a serem desenvolvidas em parceria com as Unidades de Conservação (Parques e Reservas Extrativistas) e as Terras Indígenas.
4. Pesquisas sobre a exploração sustentável de produtos tradicionais, como a castanha, por exemplo.

4. Principais necessidades de extensão para atender o crescimento econômico local e regional e a inclusão produtiva das populações mais vulneráveis

1. Cursos de formação inicial e continuada para capacitação de professores nas áreas de educação especial, Libras e novas metodologias de ensino.
2. Cursos e/ou projetos com foco no turismo ecológico.
3. Desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços nas áreas de gestão pública, de gestão da propriedade rural e de certificação ambiental.
4. Difusão de empreendedorismo e associativismo e cursos de extensão na área de empreendedorismo rural e de serviços, visando agregar valor a produtos e serviços existentes e gerar outros.
5. Projetos na área de saúde e saneamento, voltados para boas práticas sanitárias para o controle de vetores e a prevenção de doenças.

5. Forças, fraquezas e oportunidades

Com base nas análises dos questionários e dos indicadores, apresenta-se no Quadro 2 as principais forças, fragilidades e oportunidades para a atuação do IFRO Campus São Miguel do Guaporé.

Quadro 2 – Forças, fraquezas e oportunidades para a atuação do IFRO campus São Miguel do Guaporé.

Forças/ Potencialidades para a atuação do IFRO	Fraquezas/ Fragilidades para atuação do IFRO	Oportunidades a aproveitar / Ações a implementar
<ul style="list-style-type: none"> - Ações afirmativas voltadas para a promoção do acesso, permanência e êxito dos alunos, principalmente aqueles da zona rural; - Capacitação / formação de professores e profissionais da educação; - Demanda por formação e qualificação profissional nos setores produtivos; - Potencial ambiental e turístico da região; - Reconhecimento do IFRO como instituição pública de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco interesse em cursos superiores de licenciatura; - Grande parte da população reside na zona rural, o que pode dificultar o acesso e permanência nos cursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de pesquisa e ações de extensão para as populações rurais, indígenas e quilombolas, ou outros grupos sociais em situação de vulnerabilidade; - Desenvolvimento de pesquisas nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas; - Parcerias e acordos de cooperação com órgãos governamentais e organizações civis para o transporte dos alunos e também para projetos de pesquisa e extensão; - Incentivo ao empreendedorismo e agregação de valor aos produtos e serviços da região; - Divulgação dos cursos ofertados no campus e das pesquisas realizadas no IFRO.

Referências

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. *Visões*, v. 1, n. 4, 2008.

BATISTA, J.F.; MURATORI, A.M.; PENHA, M.R. Novo Cenário no Vale do Guaporé: uma leitura geográfica sobre os impulsos econômicos da pecuária e sua influência na paisagem, *Confins* [Online], n. 29, 2016. Disponível em: <<http://journals.open-edition.org/confins/11608>>. Acesso em: 04 nov. 2019. DOI: 10.4000/confins.11608.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 18 nov. 2019.

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 31 out. 2019.

Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 19 nov. 2019.

Ministério da Saúde. Análise de indicadores relacionados à água para consumo humano e doenças de veiculação hídrica no Brasil, ano 2013, utilizando a metodologia da matriz de indicadores da Organização Mundial da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/analise_indicadores_agua_consumo_human_o_doencas_hidrica_brasil_2013.pdf>. Acesso em 14 nov. 2019.

COSTA, Cinthia Cabral da; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora. Eng. Sanit. Ambient., Rio de Janeiro, v. 19, n. spe, p. 51-60, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522014000500051&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 nov. 2019. DOI: 10.1590/S1413-41522014019010000171.

DNIT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. Shapefiles. 2013. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/mapas-multimodais/shapefiles>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Terras indígenas: o que é? 2019. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32>>. Acesso em: 31 out. 2019.

Shape. 2019a. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/shape>>. Acesso em: 10 out. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

Malhas digitais. 2015. Disponível em <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil 2014 – 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101625.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2019.

Banco de Dados de Informações Ambientais. 2019. Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 out. 2019.

Informações Ambientais. 2019a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais.html>>. Acesso em: 11 out. 2019.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Mapa temático e dados geoestatísticos das Unidades de Conservação federais. 2019. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s>>. Acesso em 10 out. 2019.

IFRO – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Projeto de Pesquisa Diagnóstico Regional Campus São Miguel do Guaporé. Porto Velho, 2018.

Edital nº 1/2019/REIT – PRODIN/IFRO, de 05 de agosto de 2019. Chamada Interna e Externa para Seleção de Pesquisadores para a Pesquisa “Diagnóstico Regional – Campus Avançado São Miguel Do Guaporé”. Porto Velho: IFRO, 2019. Disponível em: <<https://portal.ifro.edu.br/portal-ifro/649-editais/desenvolvimento-institucional-editais/8096-edital-n-01-2019-selecao-de-pesquisadores-para-atuar-na-pesquisa-diagnostico-regional-campus-avancado-sao-miguel-do-guapore>>. Acesso: em 28 out. 2019.

Cadernos de Capacitação: Projeto de Pesquisa Diagnóstico Regional São Miguel do Guaporé. Porto Velho: Observatório do IFRO/PRODIN, 2019a

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Quilombolas. 2019. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombola>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

Exportar shapefile. 2019a. Disponível em: <http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py>. Acesso em: 19 nov. 2019.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. 2019. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>. Acesso em: 21 out. 2019.

PRODES Digital – Mosaicos. 2019a. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dadosn/mosaicos/>>. Acesso em: 09 out. 2019.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. A maior base de dados sobre Terras Indígenas no Brasil. 2019. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/>>. Acesso em: 31 out. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cadastro Nacional das Unidades de Conservação. 2019. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs.html>>. Acesso em: 31 out. 2019



MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Cadernos de Informações de Saúde – Rondônia. 2019. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/ro.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PERES, Renata B.; CHIQUITO, Elisângela. Ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento regional: novas questões, possíveis articulações. R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, v.14, n.2, p. 71-86, 2012. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2012v14n2p71>

RHA – ENGENHARIA E CONSULTORIA. Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia: Relatório Final. Realização: Ministério do Meio Ambiente e Governo do Estado de Rondônia. Curitiba, 2018.

RONDÔNIA. Lei nº 233 de 06 de junho de 2000. Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico – Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sepog.ro.gov.br/Conteudo/Exibir/44>>. Acesso em: 30 out. 2019.

SARTORI, Simone; LATRONICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. Ambient. soc., São Paulo, v. 17, n. 1, p. 01-22, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SEDAM/RO – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL. Coordenadoria Unidades de Conservação. 2019. Disponível em: <<http://cuc.sedam.ro.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. 2019a. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1j7ognnElQUNtyn0ulyafwzuV7ZM&ll=-10.843987432337773%2C-62.90203828749998&z=7>>. Acesso em: 09 out. 2019.

VALERIANO, Márcio de M. Topodata: guia para utilização de dados geomorfológicos locais. São José dos Campos: INPE, 2008. Disponível em: <<http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m18@80/2008/07.11.19.24/doc/publicacao.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.

PROPOSTA DE ITINERÁRIO FORMATIVO

Josélia Fontenele Batista

Ao apresentar a proposta de itinerário formativo ao o Campus IFRO – São Miguel do Guaporé é importante ressaltar algumas questões que nos levaram a propor este caminho: os trabalhos aqui fornecido pelos especialistas de área são analisados em conjunto e não isoladamente, ou seja, propostas de um especialista podem não corresponder aos demais cenários apresentados, além de que esta proposição também levará em consideração outras pesquisas complementares diante da possível lacuna de dados informadas.

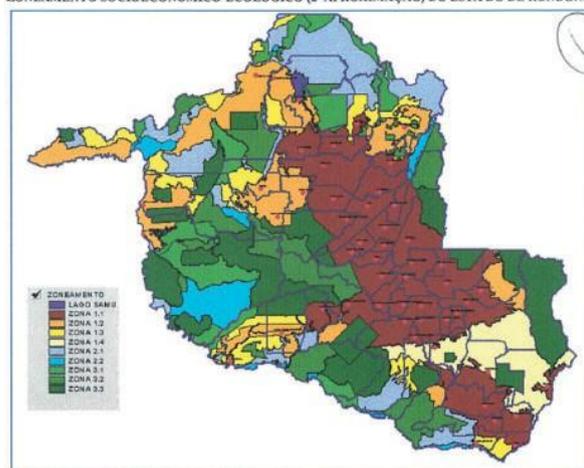
É preciso compreender que, por itinerário formativo, incluem-se todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que o aluno do IFRO poderá desfrutar e que tem impacto na sua formação, como também na cultura e desenvolvimento local. Também é preciso considerar que o itinerário formativa não preconiza cursos para a população urbana, cursos para área agrícola e cursos para os grupos e minorias que ali residem, evitando que se criem equivocadas interpretações sobre a orientação de cursos a determinados grupos pois cada indivíduo é livre para autodeterminar-se. Adaptações de implementação como horários diferenciados, modelos de alternância, são peculiaridades de cada Projeto Pedagógico de Curso – PPC que a equipe pedagógica, juntamente com a comunidade irão definir necessidades e viabilidades.

O itinerário aqui proposto busca alinhar-se ao perfil produtivo, socioeconômico e cultural da região buscando seu desenvolvimento seja de forma sustentável ou para além desse conceito, o conceito de bem viver (Bem Viver”, “Buen Vivir/Vivir Bien” e “Good Living” que é um conceito que surge na região andina da américa do Sul (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

A região do Vale do Guaporé apresenta intensos vetores econômicos que fazem emergir conflitos entre as lógicas do agronegócio x agricultura familiar x populações indígenas e tradicionais, dessa forma as opções de cursos para aquela região também acenam para o reconhecimento destas questões, sem desprezar as necessidades de desenvolvimento socioeconômico local e regional. É uma trilha difícil, mas não impossível, pois a ação pedagógica dos Institutos Federais deve estar alinhada às questões de base territorial.

Outra questão a ser considerada diz respeito às questões ecológicas da própria região do vale do Guaporé onde a Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE (2000) já indicava suas áreas enquadradas nas Subzonas da Zona 3 são áreas institucionais, constituídas pelas Unidades de Conservação de uso restrito e controlado, previstas e instituídas pela União, Estado e Municípios.

ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO (2ª APROXIMAÇÃO) DO ESTADO DE RONDÔNIA



FONTE: GOVERNO DE RONDÔNIA (2000)

E Zona 2.2 indicada para:

- I – áreas destinadas à conservação da natureza, em especial da biodiversidade, com potencial para atividades científicas e econômicas de baixo impacto ambiental sob manejo sustentado;
- II – o aproveitamento destas áreas deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar;
- III – as áreas já convertidas deverão ser direcionadas para a recuperação, sendo recomendada a criação de áreas protegidas de domínio público ou privado, devido às características específicas de sua biodiversidade, de seus habitats e de sua localização em relação ao corredor ecológico regional.

Outro ponto a considerar, são as populações locais em sua diversidade de atividades sociais, econômicas e culturais. Sua diversidade é imensa e não podemos deixar de pensar na missão institucional de promover o desenvolvimento socioeconômico local, relacionado aos Arranjos Produtivos Locais que se vocacionam para uma produção que deve ser sustentável e, portanto, o IFRO como agente formador de profissionais capazes de promover mudanças sociais e econômicas positivas deve ter uma oferta condizente com os valores locais.

A inserção de uma unidade federal de educação profissional e tecnológica implica num alinhamento cultural e econômico com forte investimento em construções, equipamentos e contratações que permitam num horizonte relativamente amplo, atender necessidades formativas de curto, médio e longo prazo.

Em conciliação com as demandas locais diagnosticadas pelas pesquisas primárias e as análises dos especialistas, propomos aqui uma primeira versão de itinerários formativos em que a articulação ensino–pesquisa– extensão para apreciação dos gestores e da comunidade local em audiência pública. Dessa forma temos as seguintes proposições pelos especialistas:

Ensino:

Propostas de Cursos Técnicos

DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	DIMENSÃO GEOPOLÍTICA- INSTITUCIONAL
<p>EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS</p> <p>Técnico em administração</p>	<p>EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS</p> <p>Técnico em Administração Técnico em Agronegócio Técnico em Cooperativismo Técnico em Recursos Humanos Técnico em Comércio Técnico em Finanças Técnico em Serviços Públicos</p>	<p>Eixo Gestão e Negócios Técnico em Administração</p> <p>Técnico em Agronegócio Técnico em Contabilidade Técnico em Cooperativismo Técnico em Finanças</p>



<p>EIXO INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO Técnico em informática.</p>	<p>EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO Técnico em Informática Técnico em Manutenção e Suporte em Informática</p>	<p>EIXO INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO Técnico em Informática Técnico em Manutenção e Suporte em Informática</p>
<p>EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA 1. Técnico em agroindústria;</p>	<p>EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA Técnico em Agroindústria Técnico em Alimentos</p>	<p>EIXO PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA Técnico em Agroindústria</p>
<p>EIXO TECNOLÓGICO: RECURSOS NATURAIS Técnico em Agropecuária</p>	<p>EIXO TECNOLÓGICO: RECURSOS NATURAIS Técnico em Agricultura Técnico em Agroecologia Técnico em Agropecuária Técnico em Cafeicultura Técnico em Controle Ambiental Técnico em Meio Ambiente Técnico em Zootecnia</p>	<p>EIXO RECURSOS NATURAIS Técnico em Agricultura Técnico em Agroecologia Técnico em Agropecuária Técnico em Cafeicultura Técnico em Controle Ambiental Técnico em Meio Ambiente Técnico em Zootecnia Técnico em Equipamentos Pesqueiros Técnico em Florestas Técnico em Pesca Técnico em Recursos Pesqueiros</p>
<p>-</p>	<p>EIXO TECNOLÓGICO: TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER Técnico em Guia de Turismo Técnico em Lazer Técnico em Agenciamento de Viagem</p>	<p>EIXO TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER Técnico em Guia de Turismo Técnico em Lazer</p>

-	<p>EIXO TECNOLÓGICO: INFRAESTRUTURA</p> <p>Técnico em Agrimensura</p>	-
-	<p>EIXO TECNOLÓGICO: CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS</p> <p>Técnico em Automação Industrial</p> <p>Técnico em Manutenção de Máquinas Industriais</p> <p>Técnico em Sistemas de Energia Renovável</p>	-
-	<p>EIXO TECNOLÓGICO: AMBIENTE E SAÚDE</p> <p>Técnico em Controle Ambiental</p> <p>Técnico em Análises Clínicas</p> <p>Técnico em Gerência de Saúde</p> <p>Técnico em Meio Ambiente</p>	-
-	<p>EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO INDUSTRIAL</p> <p>Técnico em Análises Químicas</p> <p>Técnico em Biotecnologia</p> <p>Técnico em Fabricação Mecânica</p>	-

EIXO TECNOLÓGICO: segurança Técnico em defesa civil	-	-
EIXO TECNOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL Técnico em Laboratório de Ciências da Natureza	-	-

Propostas de Cursos Superiores

DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	DIMENSÃO GEOPOLÍTICA- INSTITUCIONAL
-	EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS <ul style="list-style-type: none"> · Gestão de Cooperativas · Gestão Pública · Gestão Comercial · Processos Gerenciais 	Eixo Gestão e Negócios <ul style="list-style-type: none"> · Gestão de Cooperativas · Gestão Financeira · Gestão Pública · Secretariado
-	EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> · Agrocomputação · Sistemas Embarcados · Análise e Desenvolvimento de Sistemas 	EIXO INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO Análise e Desenvolvimento de Sistemas
EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA agroindústria	EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA <ul style="list-style-type: none"> · Agroindústria · Alimentos · Processamento de Carnes 	EIXO PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA <ul style="list-style-type: none"> · Agroindústria · Laticínios · Processamento de Carnes

EIXO RECURSOS NATURAIS agronegócio	EIXO TECNOLÓGICO: RECURSOS NATURAIS <ul style="list-style-type: none"> · Agroecologia · Gestão do Agronegócio · Cafeicultura · Produção de Grãos 	EIXO RECURSOS NATURAIS <ul style="list-style-type: none"> · Agroecologia · Agronegócio · Cafeicultura · Produção Pesqueira
-	EIXO TECNOLÓGICO: TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER <ul style="list-style-type: none"> · Gestão de Turismo 	EIXO TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER <ul style="list-style-type: none"> · Gestão de Turismo
-	EIXO TECNOLÓGICO: INFRAESTRUTURA <ul style="list-style-type: none"> · Agrimensura 	-
-	EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO INDUSTRIAL <ul style="list-style-type: none"> · Biocombustíveis · Fabricação Mecânica 	-
EIXO AMBIENTE E SAÚDE Gestão Ambiental		EIXO AMBIENTE E SAÚDE <ul style="list-style-type: none"> · Gestão Ambiental
-	BACHARELADOS <ul style="list-style-type: none"> · Administração Agronomia · Engenharia Agrícola · Engenharia Ambiental · Engenharia de Pesca · Medicina Veterinária · Turismo · Zootecnia 	BACHARELADOS <ul style="list-style-type: none"> · Administração Agronomia · Engenharia Agrícola · Engenharia Ambiental · Engenharia de Pesca · Medicina Veterinária · Turismologia · Zootecnia · Ciências Ambientais · Contabilidade

Propostas de Licenciaturas

DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	DIMENSÃO GEOPOLÍTICA-INSTITUCIONAL
-	Biologia Ciências Agrárias	Biologia Ciências Agrárias

Atividades de Pesquisa:

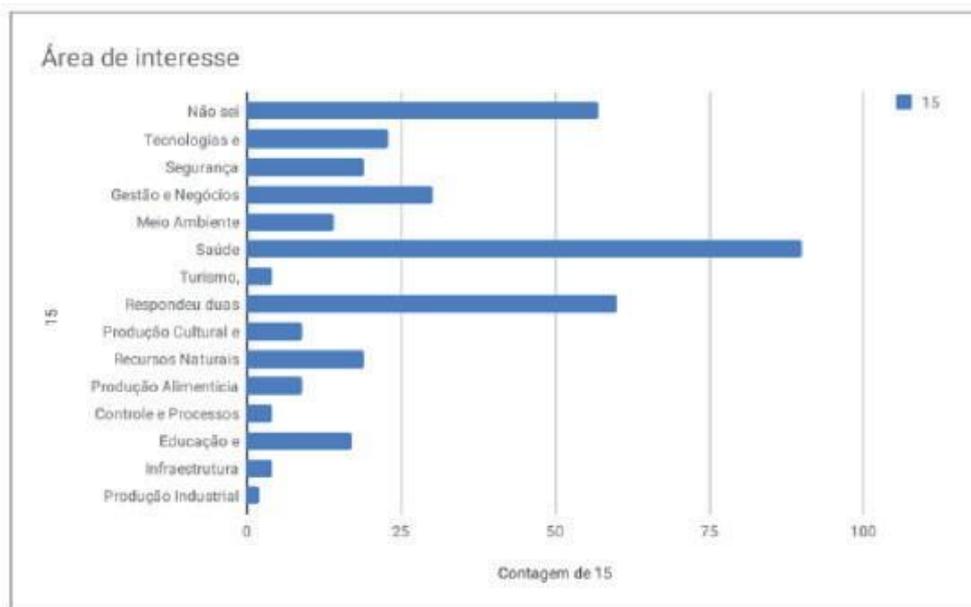
DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	DIMENSÃO GEOPOLÍTICA-INSTITUCIONAL
Formações constantes nos eixos gestão e negócios e recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas voltadas a novas tecnologias e novos métodos de produção, como integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais. • Pesquisas para identificar os interesses e atender às necessidades dos agricultores familiares e das comunidades vulneráveis da região. • Pesquisas a serem desenvolvidas em parceria com gestores das Unidades de Conservação (Parques e Reservas Extrativistas), Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de formação inicial e continuada para capacitação de professores nas áreas de educação especial, Libras e novas metodologias de ensino. • Cursos e/ou projetos com foco no turismo ecológico. • Desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços nas áreas de gestão pública, de gestão da propriedade rural e de certificação ambiental. • Difusão de empreendedorismo e associativismo e cursos de extensão na área de empreendedorismo rural e de serviços, visando agregar valor a produtos e serviços existentes e gerar outros. • Projetos na área de saúde e saneamento, voltados para boas práticas sanitárias para o controle de vetores e a prevenção de doenças



Atividades de Extensão:

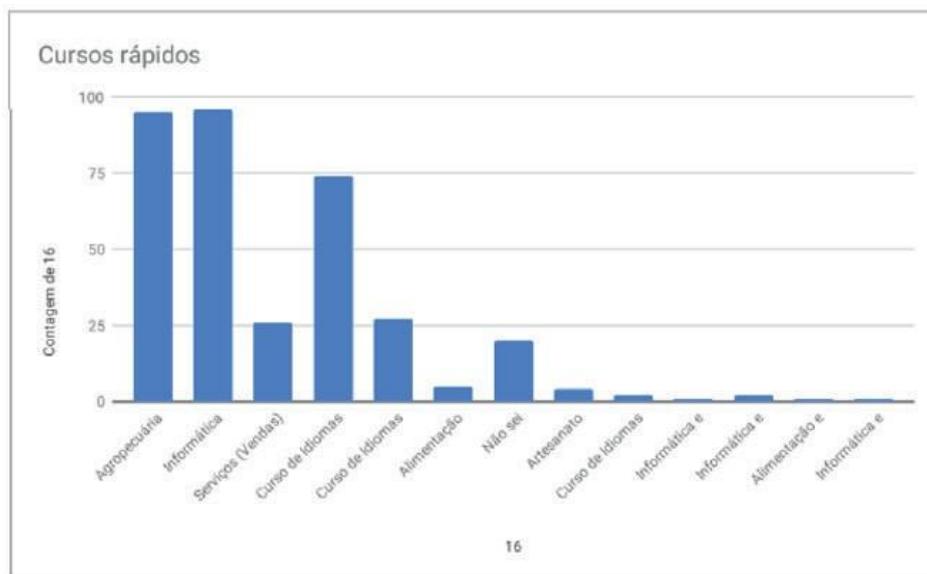
DIMENSÃO SOCIOEDUCACIONAL E CULTURAL	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	DIMENSÃO GEOPOLÍTICA- INSTITUCIONAL
<ul style="list-style-type: none">• Administrativo/gestão/recursos naturais: demanda de cursos FICs, técnicos e de graduação no eixo gestão e negócios sobretudo integrados com o eixo recursos naturais;• Cursos de idiomas, de fotografia e relacionados à produção cultural e escolarização profissional de adultos;• Atenção à transição do ensino fundamental para o ensino médio com cursos e atividades que envolvam jovens recém-saídos do ensino fundamental, bem como, jovens e adultos que não deram continuidade aos estudos após os 14 anos.	<ul style="list-style-type: none">• Cursos e/ou projetos com foco no turismo ecológico.• Desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços nas áreas de gestão pública, de gestão da propriedade rural e de certificação ambiental.• Difusão de empreendedorismo e associativismo e cursos de extensão na área de empreendedorismo rural e de serviços, visando agregar valor a produtos e serviços existentes.• Projetos na área de saúde e saneamento, voltados para boas práticas sanitárias para o controle de vetores e a prevenção de doenças.• Projetos na área de cooperativismo.• Projetos na área de conservação de alimentos, controle do uso de agrotóxicos e preservação do meio ambiente.	<ul style="list-style-type: none">• Cursos de formação inicial e continuada para capacitação de professores nas áreas de educação especial, Libras e novas metodologias de ensino.• Cursos e/ou projetos com foco no turismo ecológico.• Desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços nas áreas de gestão pública, de gestão da propriedade rural e de certificação ambiental.• Difusão de empreendedorismo e associativismo e cursos de extensão na área de empreendedorismo rural e de serviços, visando agregar valor a produtos e serviços existentes e gerar outros.• Projetos na área de saúde e saneamento, voltados para boas práticas sanitárias para o controle de vetores e a prevenção de doenças

Áreas de Interesse dos alunos:



Fonte: dados de campo, 2018.

Cursos rápidos:



Quanto aos cursos mais indicados temos:

Cursos Técnicos	Nº de indicações
Técnico em laboratório em ciências da natureza	135
Técnico em Administração	132
Técnico em informática	123
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	123
Técnico em Desenho de Construção	109
Técnico em Agropecuária	114
Técnico em Agroindústria	120
Técnico em Agricultura	108
Técnico em Defesa Civil	195

Cursos Superiores de Tecnologia	Nº de indicações
Gestão Ambiental	110
Processos escolares	88
Eventos	95
Agroindústria	97
Fotografia	146
Agronegócio	106

Outros Cursos Superiores	Nº de indicações
Administração	75
Agronomia	64

É importante destacar que as indicações de percurso formativo consideram ainda:

a) A sede do Campus São Miguel do Guaporé já se encontra em fase de construção, em terreno na área urbana o qual não dispõe de área suficiente para implantar cursos na área de agropecuária que demandariam espaços de produção agrícola e de criação e manejo de animais tal como requerem as Diretrizes Curriculares de Cursos desta área. Isso até pode vir a acontecer, mas num cenário futuro.

b) É preciso otimizar os espaços, equipamentos e professores preconizando pela verticalização dos cursos.

c) A criação dos institutos impõe a priorização do ensino médio integral como modalidade prioritária, seguida de licenciaturas nas áreas críti-

cas das ciências exatas e na natureza. Podendo ainda oferecer cursos de bacharelado e tecnologia, atendidos os percentuais legais das primeiras.

d) É preciso observar o alinhamento ao perfil agrícola/rural da região, o qual ficou demonstrado nas pesquisas dos especialistas.

e) A possível existência de outras instituições, em nível regional, que possam ofertar cursos semelhantes, evitando-se a formação excessiva de profissionais de uma mesma área, de modo a comprometer a empregabilidade/trabalhabilidade dos egressos.

f) Quando tratamos das questões de diversidade étnico-racial que compõem aquela localidade, destacamos que seus modos de vida não condicionam sua possível formação, mas que o IFRO deve considerá-las nas opções pedagógicas de funcionamento do campus, na formação de professores, nas ações de acesso, permanência e êxito, nos calendários letivos (respeitando os aspectos da cultura local), nas articulações de projetos de pesquisa e extensão, no trato com os conflitos socioeconômicos locais, entre outros.

g) Ressaltar que a opção por cursos de tecnologia de nível superior deve ocorrer com base em uma análise segura, uma vez que pesquisas têm evidenciado que a empregabilidade do tecnólogo em sua área específica de formação tem variado entre 30% a 50% dos egressos, pois esta empregabilidade depende de múltiplos fatores, mas está fortemente ligada a uma formação para atuar em nichos específicos/arranjos produtivos bem mapeados e que sem esse alinhamento, sua evolução na carreira, ou em outra carreira, pode ficar mais lenta e portanto a opção por cursos de bacharelado ou licenciaturas possam oferecer mais oportunidades de trabalho tanto na iniciativa privada, quanto na esfera pública (FERNANDES, 2012; ALKMIM, ANTUNES e OLIVEIRA, 2016; MEC, 2007).

h) Buscamos o alinhamento de propostas para a pesquisa e a extensão dos especialistas para também estabelecer o fio condutor que será o itinerário formativo e as propostas dos cursos para o Campus.

i) A audiência pública ainda faz parte do diagnóstico e ainda poderão ser considerados novos pontos naquela reunião.

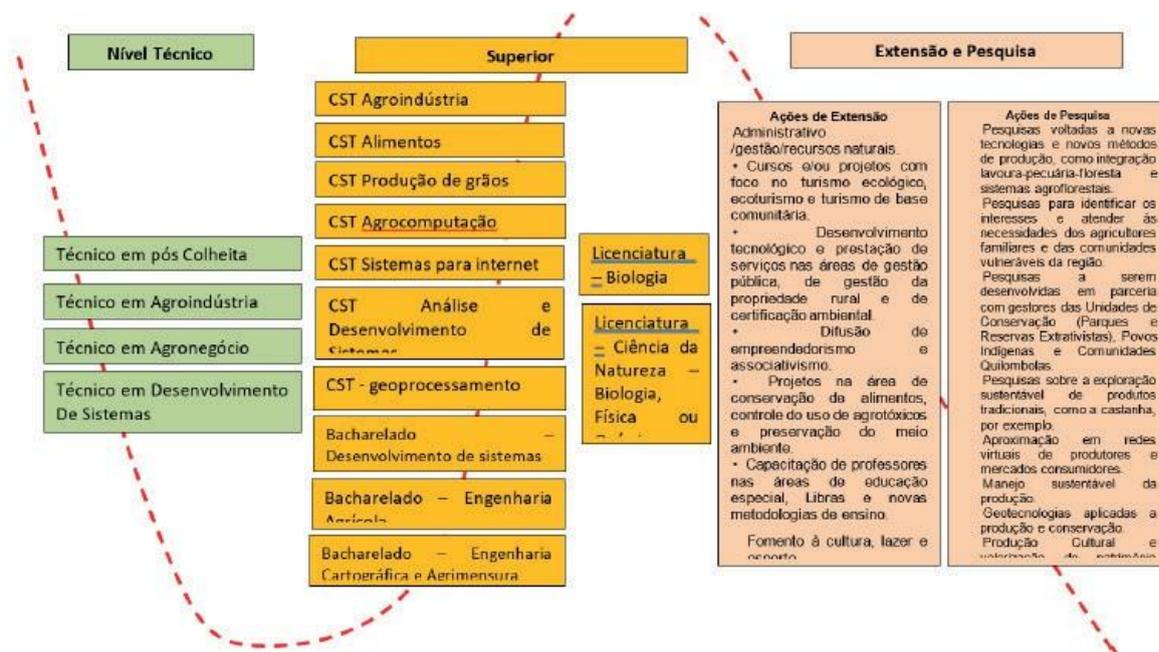
j) A proposta aqui alinha busca ajudar a comunidade local a encontrar o melhor caminho formativo, mas não deve ser uma amarra a autonomia local.

Dessa forma, sintetizamos as propostas de cursos em seus respectivos níveis e possibilidades de verticalização e ações sugeridas para a pesquisa e a extensão conforme QUADRO 1 – SÍNTESE DA PROPOSTA DE ITINERÁRIO FORMATIVO PARA O IFRO – CAMPUS JARU, a seguir:

QUADRO 1 – SÍNTESE DA PROPOSTA DE ITINERÁRIO FORMATIVO PARA O IFRO – CAMPUS JARU

Extensão	Ensino	Pesquisa
<ul style="list-style-type: none"> · Administrativo /gestão/recursos naturais. · Cursos e/ou projetos com foco no turismo ecológico, ecoturismo e turismo de base comunitária. · Desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços nas áreas de gestão pública, de gestão da propriedade rural e de certificação ambiental. · Difusão de empreendedorismo e associativismo. · Projetos na área de conservação de alimentos, controle do uso de agrotóxicos e preservação do meio ambiente. · Capacitação de professores nas áreas de educação especial, Libras e novas metodologias de ensino. · Fomento à cultura, lazer e esporte. 	<ul style="list-style-type: none"> · No nível Técnico: Curso Técnico em Agroindústria; Curso Técnico em Agronegócio; Curso Técnico em Pós-colheita Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas · Licenciaturas: Licenciatura em Biologia Licenciatura em Ciência da Natureza – Biologia, Física ou Química CS de Tecnologia: CST Agroindústria CST Alimentos CST Produção de grãos CST Agro computação CST Sistemas para internet CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas · CST – geoprocessamento · Bacharelados: Bacharelado – Desenvolvimento de sistemas Bacharelado – Engenharia Agrícola Bacharelado – Engenharia Cartográfica e Agrimensura 	<ul style="list-style-type: none"> · Pesquisas voltadas a novas tecnologias e novos métodos de produção, como integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais. · Pesquisas para identificar os interesses e atender às necessidades dos agricultores familiares e das comunidades vulneráveis da região. · Pesquisas a serem desenvolvidas em parceria com gestores das Unidades de Conservação (Parques e Reservas Extrativistas), Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas. · Pesquisas sobre a exploração sustentável de produtos tradicionais, como a castanha, por exemplo. · Aproximação em redes virtuais de produtores e mercados consumidores. · Manejo sustentável da produção. · Geotecnologias aplicadas à produção e conservação. · Produção Cultural e valorização do patrimônio material e imaterial da região.

QUADRO 1 – SÍNTESE DA PROPOSTA DE ITINERÁRIO FORMATIVO PARA O IFRO – CAMPUS SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ



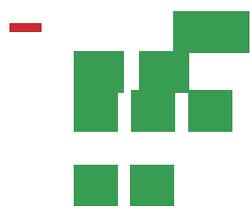
REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? Rev. Desenvol. Meio Ambiente, v. 40, p. 231–251, abril 2017. 231– 251. DOI: 10.5380/dma.v40i0.48566.

FERNANDES , Juliana Cristina da Costa. Educação Tecnológica e Empregabilidade: revelações de egressos. 2012. Tese de Doutorado – Pontificia Universidade Católica de Goiás. 2012. 211 f.

ALKMIM, Giuliano Viana de; ANTUNES, Felipe César de Castro; OLIVEIRA, Cleiane Gonçalves. EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS TECNÓLOGOS DO CURSO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS NO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA. SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 5., 2016, Montes Claros. EVENTOS DO IFNMG, 2016, Montes Claros. Anais. Disponível em <https://ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/bb2a333a-1366-4ad9-9837-120674af6769.pdf>. Acessado em 06/08/2021

MEC. Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003–2007). Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesqui-sa-redefederal&Itemid=30192. Acessado em 06/08/2021.



INSTITUTO FEDERAL

Rondonia